



Q U A R E N T A A N O S

Compilação de António Melo e revisão do autor

Memória & Prospectiva 2

Ilídio Alves de Araújo

Economia, Arquitectura e Gestão das Paisagens:

Um Longo Olhar (1949-2009)

2

Ilídio Alves de

Economia, Arquitectura e Gestão das Paisagens:

Um Longo Olhar (1949-2009): Textos, Bibliografia e Notas

Araújo

Arte Paisagística e dos Jardins

História do Povoamento e das Paisagens

Património Arqueológico, Histórico e Paisagístico

Ecologia, Economia e Ordenamento da Paisagem

Planeamento e Gestão do Território

Nota de Abertura

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) nasceram há 40 anos, mas são hoje muito diferentes da sua configuração inicial, quanto mais não seja porque o contexto histórico, cultural e político registou neste período grandes mutações: da ditadura à democracia, do centralismo absoluto ao poder democrático local.

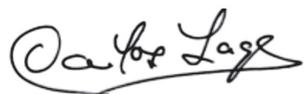
Mas onde há rupturas também há continuidades, na formação de uma cultura de política regional no país. As CCDR souberam adaptar-se às mudanças e estão hoje no limiar, espera-se, da instituição do poder regional democrático.

Notáveis figuras passaram ao longo dos anos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), tendo ajudado a construir o prestígio da instituição.

Uma dessas figuras, na qual todas as outras se homenageiam, é o arquitecto Ilídio Araújo, um verdadeiro e inspirado mestre nas questões paisagísticas, de ordenamento do território e do ambiente. Os seus livros e textos gozam ainda hoje de actualidade, como demonstra a compilação aqui apresentada, realizada pelo Dr. António Melo, quadro da CCDR-N, na colecção editorial “Memória e Prospectiva”, lançada por ocasião destes 40 anos.

Porto, Setembro 2009

O Presidente da CCDR-N

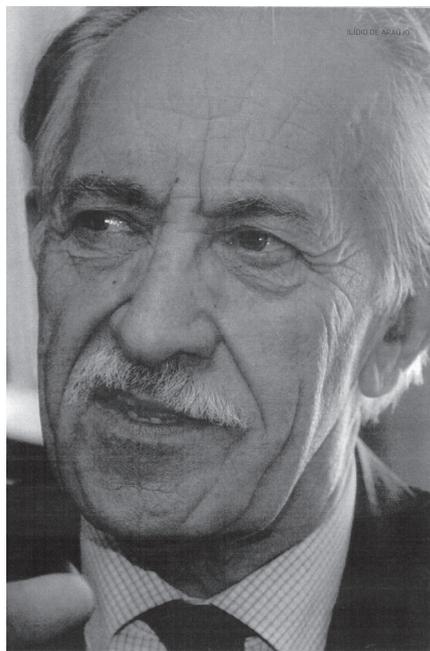
A handwritten signature in black ink, reading "Carlos Lage". The signature is written in a cursive style with a horizontal line underneath.

Carlos Lage

Índice

- 9 I. Um 'Longo' Olhar...
- 11 II. Textos
- 11 II.1. A evolução da sensibilidade política para os problemas da Paisagem em Portugal
(na 2ª metade do século XX)
- 29 II.2. Gestão das Paisagens e Planeamento: uma experiência de meio século
- 53 III. Bibliografia (1949-2009)
- 53 III.1. Textos publicados, existentes em bibliotecas, arquivos ou na web
- 64 III.2. Textos publicados não localizados em bibliotecas, arquivos ou na web
- 65 III.3. Textos não publicados (inéditos)
- 67 III.4. Intervenções em debates sem texto arquivado
- 68 III.5. Textos em vias de conclusão
- 68 III.6. Recensões e citações de IAA por outros autores
- 75 IV. Notas
- 75 IV.1. Nota biográfica do autor
- 76 IV.2. Classificação temática da bibliografia na perspectiva paisagística
- 77 IV.3. Siglas de localização das referências bibliográficas em bibliotecas, arquivos ou na
web
- 78 IV.4. Referências no Sistema de Informação do Património do IHRU (ex DGEMN)
- 82 Ficha Técnica

I. Um longo olhar...



Ilídio Alves de Araújo

Ilídio Alves de Araújo nasceu em 1925 numa família de agricultores, em Pedroso (Rego, Celorico de Basto), um lugar do Planalto da Lameira, com cerca de 700 m de altitude média. Aqui passou a infância, frequentou a escola primária e iniciou a observação da natureza e da paisagem humanizada. Aqui irá voltar amiúde, ao longo da vida. De 1936 a 1944, fez a sua educação liceal em Braga, Fafe e Lamego, alargando conhecimentos e a sua observação ao Baixo Minho e ao Douro. Em 1945 parte para Lisboa. Aí cursou agronomia e arquitectura paisagista, com um trabalho final de etnografia agrícola e ordenamento paisagístico sobre a sua aldeia natal.

Entre 1953 e 1957, trabalhou na Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, primeiro em construções rurais e, depois, colaborou com o Prof. Eugénio Castro Caldas em estudos para o Plano de Fomento Agrário do Alentejo, inserido no I Plano de Fomento. Em 1957 veio para o Porto, onde tem vivido. A sua actividade de Engenheiro Agrónomo e

Arquitecto Paisagista, em serviços públicos de vários ministérios ou como consultor, teve várias facetas: Arte Paisagística e Arte dos Jardins; História do Povoamento e das Paisagens; Património Histórico, Cultural e Paisagístico; Ecologia, Economia e Ordenamento da Paisagem; Planeamento e Gestão do Território. Na sua terra natal, entre 1963 e 1971, foi animador duma Experiência de Desenvolvimento Comunitário, dirigiu um Jornal e uma Cooperativa Agrícola e, mais tarde (1995-1997), uma Associação Florestal. Na década de 1970, colaborou nos primeiros trabalhos da Comissão de Planeamento da Região do Norte, instituída em 1969, e integrou a equipe do Plano da Região do Porto. De 1980 a 1986, desenvolveu trabalhos de Ordenamento Agro-florestal e Paisagístico. A partir de 1986, já reformado da função pública, teve mais tempo para aprofundar os seus estudos de proto-história e história do povoamento e das paisagens humanizadas, nos quais relacionou dados provindos de várias disciplinas (geologia, ecologia, arqueologia, história, literatura, mitologia, toponímia).

Durante mais de 50 anos, Ilídio de Araújo, destacado profissional da 1ª geração de arquitectos paisagistas, foi um observador atento da grande transformação operada na Europa, a troca inter-

sectorial¹ entre áreas agro-rurais e urbano-industriais, caracterizada por êxodo rural, urbanização, reestruturação fundiária, novas tecnologias mecânicas, químicas e biológicas, aumento da produtividade do trabalho agrícola, aumento da produção agro-alimentar. Porém, relativamente a Portugal, constatou que esta transformação, além de ter sido efectuada com atraso, permanecia incabada: as importações agro-alimentares cresciam, ao êxodo rural não correspondia um aumento suficiente da produção agrícola; o emparcelamento era inexpressivo; a suburbanização invadia os melhores solos agrícolas, com prejuízo da produtividade do trabalho e da economia nacional.

As suas análises, críticas e propostas foram frequentemente expressas em livros, comunicações, artigos, debates e pareceres, sobre diversos temas: a defesa dos solos agricultáveis, a defesa contra a erosão na montanha e orlas costeiras ou fluviais, uma adequada compartimentação territorial e ordenamento das actividades nas paisagens, uma rede urbana de serviços de apoio a todo o território nacional que estancasse a litoralização e suburbanização, ou a amenização ambiental dos centros urbanos com zonas verdes. Viajou pelo País e pela Europa, contactou, fotografou, projectou, orientou técnicos, conhecendo, como poucos, a Região Norte.

Razões suficientes para, nos 40 anos de instituição da CCDR-N, se editar este caderno com três partes:

- i. Na primeira, incluem-se dois textos seus, ambos com um balanço de meio século: um sobre o modo como viu processar-se o desenvolvimento da sensibilidade política para os problemas da paisagem (de 2009); outro sobre a sua experiência e visão como paisagista no domínio do planeamento e gestão das paisagens (de 2002).
- ii. Na segunda, inclui-se uma bibliografia, indexada, localizada e anotada, cobrindo o período 1949-2009, com 173 títulos (por vezes desdobrados em subtítulos), dos quais 142 relativos a trabalhos seus, publicados ou inéditos, e 31 relativos a citações ou resenhas por outros autores;
- iii. Na terceira, incluem-se algumas notas complementares:
 - Os seus principais traços biográficos;
 - Uma classificação temática da bibliografia;
 - Um guião de explicitação das 137 siglas usadas para localização da bibliografia em bibliotecas, arquivos ou sítios Web;
 - Uma tabela das fichas de monumentos e sítios, onde o seu nome surge no Sistema de Informação do Património alojado no Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (ex DGEMN).

Aqui fica, pois, este 'longo' olhar no espaço e no tempo, feito de memória e prospectiva.

Porto, 17 de Abril de 2009

António Mendes Melo,

Assessor da CCDR-N

¹ Cfr. Coulomb, Pierre, *Les systèmes fonciers locaux: approche historique des rapports entre formes d'usage du sol et croissance industrielle*, in *Études Rurales*, n° 110-111-112, 1988, on-line: <http://etudesrurales.terres.org/document1032.html>; Coulomb, Pierre, *De la Terre à l'État*, in *Cahiers Options Méditerranéennes*, Vol. 36, Montpellier: CIHEAM-IAMM, 1999, pp. 13-49, On-line: <http://ressources.ciheam.org/om/pdf/c36/98400028.pdf>, Cfr. Caldas, Eugénio Castro, *Industrialização e agricultura*, in 2º Congresso dos Economistas Portugueses (Lisboa, 1957), Lisboa: INE-CEE, 1957, Fasc. 4, 111 p.; Cfr. Baptista, Fernando Oliveira, *Declínio de um tempo longo*, in Joaquim Pais de Brito, Fernando Oliveira Baptista, Benjamim Pereira (Coord.), *'O voo do arado'*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1996, 658 p.

II. Textos

II.1. A evolução da sensibilidade política para os problemas da Paisagem em Portugal (na 2ª metade do século XX)

Texto inédito, de 6 Março 2009

I. Criação do Serviço de Arquitectura Paisagista na DGS Urbanização (do MOP)

Em 1944, sendo Ministro das Obras Públicas e Comunicações o eng.º Augusto Cancela de Abreu, foi criada pelo Decreto-lei n.º34.337 (de 27/XII) a DGS de Urbanização e nela foram integrados alguns serviços que até aí andavam distribuídos por outros departamentos mais antigos daquele Ministério. O artº 1 do referido decreto-lei dizia:

«É criada no MOPC a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização para a qual transitam os serviços que presentemente competem à Direcção dos Melhoramentos Rurais e à secção de Arruamentos da Junta Autónoma das Estradas, à secção de Melhoramentos de Águas e Saneamento da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, e à Secção de Melhoramentos Urbanos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais»

Nesta última Secção de Melhoramentos Urbanos haviam sido criados por despacho ministerial de 5-XI-1943 uns «Serviços de Arborização e Jardinagem» cujas funções eram definidas no mesmo despacho, do modo seguinte:

«Dentre os vários elementos de interesse para a urbanização das cidades, vilas e outras localidades merecem as árvores atenção muito especial por constituírem motivo de ornamentação das suas avenidas e arruamentos, poderem enquadrar num ambiente próprio os seus edifícios e monumentos e formarem também as grandes manchas de verdura dos seus parques e jardins, além dos efeitos benéficos que da sua existência resulta para a saúde pública. Desde a escolha das espécies a plantar à adaptação... »

Para o desempenho daqueles serviços o decreto-lei, que em 1944 criou a DGSU, previu no seu quadro de pessoal técnico um lugar de engenheiro silvicultor que foi logo ocupado pelo eng.º silvicultor Luís de Ávila e Castro (lic.º em 1941), o qual suponho ter transitado da DGEMN para

a DGSU. Não conheço nenhum documento em que se tivessem definido mais pormenorizada-mente as funções desse eng.º silvicultor na DGSU, o que me leva a supor que elas continuaram a ser as referidas em linhas gerais no citado despacho de 5-XI-1943.

Em 1948, a DGSU sofreu uma primeira reorganização – definida pelo decreto-lei n.º 37.009 (de 12-8) – continuando o quadro de pessoal técnico a prever apenas um lugar de silvicultor ou agrónomo de 3.ª classe – que então estava preenchido pelo eng.º silvicultor Aníbal de Almeida Marques (lic.º em 1945) – e, em 1950, aparecem circuladas para os vários Serviços dessa Direcção Geral umas «Instruções Regulamentares» que no art.º 6º mencionavam – na Repartição de Melhoramentos Urbanos da Dir. Serv. Melhoramentos Urbanos – os Serviços de Arborização e Jardinagem, cujas funções eram fixadas no art.º 22 dessas «Instruções» nos termos seguintes:

Aos serviços de Arborização e Jardinagem compete:

- 1) – *Elaborar os projectos e informações respeitantes a arborização e jardins que forem determinados superiormente;*
- 2) – *Apreciar os projectos e informações apresentados pelas Direcções de Urbanização no sentido de promover a sua aprovação e a concessão das respectivas participações;*
- 3) – *Estudar e dar parecer sobre todos os assuntos respeitantes a Arborização e Jardinagem que sejam submetidos à apreciação da Repartição;*
- 4) – *Estudar os projectos de arborização e jardins que forem determinados superiormente;*
- 5) – *Organizar e enviar os elementos estatísticos solicitados pela secção de Estatística.*

Para o objectivo desta «Memória», interessa referir também que em 1951 foi comunicada aos serviços externos distritais da DGSU – pela Circular n.º 127 (de 22/XI) – a criação de uma Secção de Estudos dos Motivos Artísticos e Sítios, a qual ficou integrada na Repartição de Estudos de Urbanização, e cujas funções e constituição estavam definidas em anexo àquela Circular nos seguintes termos:

«art. 2 – A Secção tem por fim estudar e propor: 1) – Os meios adequados à conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes e que não tenham sido classificados como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público.»

Em Fevereiro de 1953, o Director Geral da DGSU (eng.º Manuel de Sá e Melo), tendo verificado a necessidade de reforçar e alargar a actividade do Serviço de Arborização e Jardinagem, mandou recrutar para esse efeito um outro eng.º silvicultor ou agrónomo, de preferência com o curso de Arquitectura Paisagista, sendo então contratado para os Serviços de Arborização e Jardinagem o eng.º silvicultor e arq.º paisagista António Facco Viana Barreto (lic.º em 1952).

Quatro anos mais tarde, em 1957, o mesmo Director Geral, em ofício n.º 4733 (de 1-VII-1957) dirigido ao eng.º director da DSMU, anunciava-lhe:

«Para os devidos efeitos informo V.ª Ex.ª que, dada a conveniência em limitar o sector de actividade dos engenheiros silvicultores no sentido de um melhor rendimento dos Serviços, foi proposto superiormente que, para esse efeito, fosse o País dividido em duas zonas (Norte e Sul) compreendendo a primeira o território a Norte do Mondego e a segunda o que fica a Sul daquele rio.

Para prestar serviço na zona Norte vai ser admitido um silvicultor, cuja apresentação nesta Direcção Geral se espera tenha lugar no próximo dia 1 de Julho. Convém no entanto que este técnico efectue um estágio na DSMU com o eng.º Facco Viana Barreto, pelo tempo que for necessário, antes de fazer a sua apresentação na Direcção de Urbanização do Porto, que será a sede da zona Norte.»

Verificado o ingresso do novo técnico – (Ilídio de Araújo, lic.º em 1953 e que se transferiu da DGS Agrícolas para a DGSU) – foi em 14-X-1957 enviado, aos Directores de Urbanização dos Distritos de Aveiro, Coimbra, Braga, Porto, Viana, Vila Real, Guarda e Bragança, um ofício (7285 a 7293) do teor seguinte:

«Por determinação do Ex.mo Director Geral e para os devidos efeitos se comunica que deve apresentar-se na Direcção de Urbanização do Porto no fim do mês de Outubro o eng.º agrónomo Ilídio Alves de Araújo a fim de orientar os trabalhos da sua especialidade, ficando a seu cargo a zona do País a Norte do Rio Mondego.»

Em Agosto seguinte (de 1958), na DGSU, a par do anterior Serviço de Arborização e Jardinagem, foi criado um novo Serviço de Arquitectura Paisagista, sendo o País dividido em três Zonas de Arquitectura Paisagista, conforme foi comunicado às diversas Direcções Externas pela Circular n.º 55 de 13-VIII, do teor seguinte:

«Tendo-se reconhecido necessária a existência de um Serviço especial de Arquitectura Paisagista de forma a obter-se o melhor aproveitamento debaixo desse aspecto nas obras e trabalhos de urbanização que se realizam no País, para os devidos efeitos se comunica a V. Ex.ª que foram criadas as seguintes Zonas compreendendo os distritos que se indicam:

Norte (com sede no Porto): distritos de Porto, Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real;

Centro (com sede em Coimbra);

Sul (com sede em Lisboa);

Nestas condições, deverão as Direcções Externas solicitar o parecer do arquitecto paisagista da respectiva zona sobre todos os assuntos da sua especialidade.»

Para este novo «Serviço de Arquitectura Paisagista», foram destacados os dois arquitectos paisagistas que já prestavam serviço na secção de Arborização e Jardinagem da Repartição de MU, e foi contratado um terceiro (o eng.º agr.º -arq.º pais.ª Manuel da Costa Cerveira, lic.º em 1958) para a Zona Centro.

Pouco depois foi admitido um quarto arquitecto paisagista – o eng.º agr.º - arq.º pais.ª Albano Frazão Castelo Branco (lic.º também em 1958) – para dar apoio ao serviço central em Lisboa. Conforme circular n.º 55 de 13-8-1958, visava-se com estas iniciativas «obter-se o melhor efeito e aproveitamento paisagístico das obras e trabalhos de urbanização que se realizam no País».

Em 1959, foram reorganizados os Serviços Regionais de Urbanismo e, em 1960, os Serv. Reg. de Arquitectura, que já existiam desde a década anterior e dependiam também da DSMU. Aos segundos ficou a competir (conforme a Circular n.3 de 7-I-1960), entre outras funções, a de: «prestar toda a colaboração às zonas de Urbanização e aos Serviços de Arquitectura Paisagista». Com efeito, no «Regulamento para o seu funcionamento, remetido com a Circular n.º 38 de 20-IV-1960, precisava-se:

que a cada uma das zonas dos Serviços de Arquitectura competia, entre outras funções, a de colaborar com os Serviços de Arquitectura Paisagista e, no n.º 5 desse Regulamento, acrescentava-se:

«5. A colaboração entre os Serviços de Arquitectura, Zonas de Urbanização e Serviços de Arquitectura Paisagista, permitirá que cada um dos serviços indicados se complete, beneficiando-se mutuamente, visto que os três sectores, formando uma unidade, podem determinar os planeamentos gerais perfeitamente harmónicos... Os Serviços de Arquitectura darão aos Serviços de Arquitectura Paisagista certos estudos, para aqueles trabalhos que, pela sua natureza, determinem particular arranjo de arquitectura no sentido de dotar com temas arquitectónicos as composições paisagísticas.

6. Finalmente, os Serviços de Arquitectura recorrerão por sua vez aos Serviços de Arquitectura Paisagista, quando tiverem de determinar a envolvimento dum edifício e de escolher o arranjo paisagístico para a valorização das suas composições arquitectónicas»².

Tanto para os Serviços Regionais de Arquitectura como para os de Urbanismo e, ainda, para os Serviços Regionais de Hidrologia, foram oportunamente distribuídas Instruções Regulamentares destinadas a regerem o seu funcionamento; e, embora os Serviços Regionais de Arquitectura Paisagista não tivessem recebido instruções específicas para o seu funcionamento, eles adoptaram, nas suas linhas gerais, as instruções regulamentares estabelecidas para os outros Serviços Regionais, em idêntica situação de dependência técnica directa dos respectivos Serviços Centrais, as quais constavam dos artigos 62 a 77 das Instruções Regulamentares da DGSU.

Em 1960, o Director Geral autorizou o arquitecto paisagista da Zona Norte a ir assistir, na Holanda, ao VIIº Congresso da Federação Internacional de Arquitectos Paisagistas (o qual teve por tema «As relações entre a Arquitectura Paisagista e as profissões conexas») e apontou-lhe o interesse em aproveitar a deslocação para tomar também conhecimento do que, em matéria de «espaços verdes urbanos», estava a ser feito em várias cidades alemãs. Das suas observações, deu conta o signatário em relatório que foi publicado em 1961³ – tal como também o fora o relatório da visita anteriormente efectuada pelo eng.º Viana Barreto a várias cidades da Itália, da Suíça e de França⁴.

2. Evolução dos Serviços de Arquitectura Paisagista para Serviços de Ordenamento da Paisagem

Em 1962, ocorreu a aposentação do eng.º Sá e Melo e a DGSU entrou numa nova fase, sob a direcção do eng.º Manuel Macedo dos Santos, que até aí fora Director dos Serviços de Salubridade da mesma Direcção Geral.

² Oito anos mais tarde, em 1967, estes Serviços de Arquitectura foram fundidos com os de Urbanismo, acumulando os novos serviços de Urbanismo e Arquitectura as funções dos anteriores (Of.º 2484 de 8-IV-1967).

³ *Problemas da paisagem urbana: relatório da visita de estudo à Alemanha e Holanda*, Lisboa: Direcção Geral Serviços de Urbanização, Centro Estudos de Urbanismo, 1961, 107 p

⁴ *Relatório de uma visita de estudo efectuada a França, Itália e Suíça, Vol. 1: Paisagem Urbana, Paisagem Rural*, Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1959, 186 p.

Em 1965, o Arquitecto Paisagista da Zona Norte foi autorizado – com uma «bolsa» da Fundação Gulbenkian – a efectuar uma visita de estudo à Grã-Bretanha que se prolongou por quatro meses e, na qual, procurou recolher o máximo de informação: *i.* Sobre a formação dos arquitectos paisagistas, urbanistas e planeadores regionais nas Universidades daquele país; *ii.* Sobre a política de gestão das paisagens e, nomeadamente, da gestão dos seus parques nacionais; *iii.* Sobre a concepção das novas cidades, dos respectivos espaços verdes e protecção das suas cinturas rurais; *iv.* Sobre a integração paisagista de infra-estruturas, em particular das descomunais (como centrais nucleares, explorações mineiras a céu aberto, auto-estradas, refinarias de petróleo, barragens, etc.); e *v.* Sobre a organização e funcionamento dos gabinetes de planeamento, onde estavam a ser elaborados os «County Development Plans», em harmonia com a Town and Country Planning Act de 1947, revista e actualizada em 1962, e sujeita a contínuas apreciações (como a constante do relatório de 1965, do Planning Advisory Group, sobre «The Future of Development Plans»).

Em 1967, o Director Geral dos S. Urbanização, na proposta de reorganização da DGSU (datada de 24/VII), escrevia na pág. 11:

«n.º 4. Mais de metade dos municípios (portugueses) não dispõem de outro apoio e orientação técnicos que não seja o que lhes proporciona o pessoal da Direcção Distrital de Urbanização. É uma honrosa tarefa, mas que implica um autêntico desvio das funções próprias da Direcção Geral, que são de orientação superior e não de substituição.

n.º 5. As mais evidentes e flagrantes deficiências que apresenta a organização actual da DGSU são as seguintes (...)

c) Insuficiência do Serviço de Arquitectura Paisagista, indispensável colaborador do Serviço de Estudos de Urbanização, para que a ocupação territorial não lese ou inutilize quer a paisagem quer as áreas mais aptas à exploração agrícola...

Deverão descentralizar-se os serviços de Estudos de Urbanização e de Paisagismo, os serviços de Geohidrologia e os de Electromecânica, permitindo às direcções distritais uma intervenção directa muito mais extensa e profunda e muito mais oportuna em tempo. Por outro lado os Serviços Centrais deverão estar aptos a desempenhar cabal e rapidamente a sua missão de orientação e coordenação (...)

(...) A reestruturação da DGSU deverá ter ainda outro objectivo fundamental: libertar o seu «staff» da intervenção em multidões de insignificantes assuntos que não têm o menor interesse para o progresso do País e absorvem grande parte do seu tempo...»

O Director Geral propunha, então (1967), a conversão da Repartição de Estudos de Urbanismo em Direcção de Serviços de Planeamento Urbanístico, para funcionar a par das outras três Direcções de Serviços então existentes: a de Melhoramentos Urbanos, a de Melhoramentos Rurais e a de Salubridade.

A reorganização dos Serviços da DGSU foi efectuada, no ano seguinte, pelo Decreto 48.498 (de 24-VII-68) que criou a *Direcção dos Serviços de Planeamento Urbanístico*, com uma Divisão de Estudos e outra de Planeamento, ficando integrado nesta um Serviço de Ordenamento da Paisagem (em que se transformou o anterior Serviço de Arquitectura Paisagista). Foi também prevista a criação de Gabinetes de Planeamento Regional (de que o primeiro foi o de Lisboa, seguindo-se-lhe os do Algarve, Aveiro e, só em 1973, o do Porto).

As atribuições, organização e competência da nova DSPU ficaram definidas, na Nota de Serviço nº.2 (de 20/9/68) emanada do Gabinete do Director Geral, e a nota de serviço 1/68/DSPU determinou a distribuição de 91 funcionários pelas duas Divisões dos serviços centrais recém-criados.

Como Serviços descentralizados, além das 20 Direcções distritais de Urbanização, de 10 Zonas de Urbanização e Arquitectura, as ZAP converteram-se em 4 Zonas de Ordenamento da Paisagem, com sedes em Porto, Coimbra, Castelo Branco e Lisboa, a funcionarem nas Direcções de Urbanização dos distritos-sede e na dependência técnica e administrativa dos respectivos directores, mas sob a orientação técnica superior da DSPU, através do seu Serviço de Ordenamento da Paisagem. Este Serviço de Ordenamento da Paisagem (Rural), com serviços descentralizados nas 4 Zonas de Ordenamento da Paisagem, tinha por atribuição:

- «- classificar, para fins de planeamento urbanístico, a paisagem rural;
- delimitar as suas zonas de diferente valor e aptidão;
- hierarquizar e propor a ordem dos estudos e das intervenções a levar a efeito;
- elaborar os estudos de defesa e valorização e a devida regulamentação;
- preparar e propor a legislação adequada ao fim em vista;
- verificar a correcta aplicação dos estudos e da legislação, comunicando ao Chefe da Divisão as violações que porventura se constatem;
- emitir parecer, nos aspectos de defesa da paisagem rural, sobre os planos de urbanização locais, concelhios e regionais;
- apreciar e promover a aprovação dos estudos de zonas verdes urbanas (parques, jardins, vias-sacras, etc.) que sejam presentes à Direcção de Melhoramentos Urbanos;
- elaborar, em regime de assistência técnica gratuita projectos de zonas verdes urbanas que sejam solicitados e autorizados pela Direcção Geral.»

Para execução destas tarefas, o quadro técnico da nova Direcção de Serviços de Planeamento Urbanístico – chefiada pelo eng.º A. Celestino da Costa – foi alargado para 7 engenheiros (civis, agrónomos e geógrafos), 16 arquitectos, 8 arquitectos paisagistas, geógrafo, sociólogo, economista, consultor jurídico, além dos 21 lugares de chefia, 8 adjuntos técnicos e pessoal auxiliar (desenhadores, dactilógrafos, escriturários).

O Serviço (central) de Ordenamento da Paisagem Rural ficou chefiado pelo arq.º pais.ª A. Viana Barreto, apoiado pelo eng.º silv. Aníbal Almeida Marques e pela arqt.ª pais.ª Lucília Meymone, competindo-lhe a coordenação das 4 zonas de Ordenamento da Paisagem Rural. Mas, logo se verificou que a magnitude das tarefas, atribuídas a estas, requeria o recrutamento de mais pessoal técnico para o Serviço Central, que foi dividido por três Secções: Inquéritos e Planeamento Paisagístico; Projecto de Zonas Verdes Urbanas; e Elaboração de Pareceres e Regulamentação.

Em «nota de serviço», enviada às Zonas de Ordenamento da Paisagem, o Director Geral determinou que a apreciação dos planos de Urbanização, a fazer por aquelas Zonas, se orientasse pelas seguintes instruções:

- «a) Ser resultante de um inquérito sumário à paisagem interessada e que assinale os seus principais valores.
- b) Hierarquizar esses valores, de forma a verificar se foram, assim, respeitados e integrados no estudo urbanístico do aglomerado.

c) Elaborarem-se os pareceres urgentemente, e em termos sucintos e concretos, para os fins de planeamento urbanístico.»

Para cumprimento dessa determinação, o Chefe do Serviço de Ordenamento da Paisagem enviou, às Zonas de Ordenamento da Paisagem, as seguintes instruções:

«Figurando nas atribuições deste Serviço o emitir parecer, sob o ponto de vista da sua especialidade, acerca dos planos de urbanização locais, concelhios e regionais, afim de se apurar um critério uniforme quanto à apreciação a fazer, e elementos a fornecer para novos planeamentos, deverá ter-se em conta o seguinte esquema base:

1. Inquérito e Demarcação dos valores ecológicos individuais de interesse nacional ou local e das zonas sensíveis* da paisagem interessada, abrangendo os seguintes aspectos:*

- a) Científicos – botânico ou fitossociológico, zoológico, geológico;*
- b) Histórico – pré-histórico, histórico, lendário;*
- c) Climático – relações micro-climáticas (temperatura-humidade e ventos para definições de conforto., habitat actual e sua relação com o relevo;*
- d) Económico – agrícola (tipo de solos e de culturas), florestal (matas, caça, pesca interior, pastagens), hidrologico (nascentes, lagos, cursos de água), recursos naturais extractivos;*
- e) Estético – pontos de vista, silhuetas, panorâmicas, exemplares, grupos, ambientes, zonas de convívio (jardins, parques e outros espaços livres urbanos)*
- f) Cultural – Compartimentação e escala da paisagem, elementos étnicos e toponímicos, unidades paisagísticas, sua caracterização.*

2. Assinalar estes valores em escala conveniente, apontando sumariamente as razões da demarcação sob os aspectos atrás referidos, em especial aqueles que se encontram juntos aos aglomerados, não só os que estão sujeitos a serem destruídos ou afectados pela expansão urbana imediata e soluções preconizadas, como os que se deverão vir a integrar no planeamento.

*3. Demarcação das malfeitorias existentes que prejudiquem gravemente os valores, potencialidades e a capacidade de uso da paisagem**, indicando caminhos de recuperação a seguir.*

4. Definição preliminar das aptidões regionais e locais e da capacidade de uso da paisagem, com vista ao apuramento de critérios de base ecológica a fornecer ao planeamento urbanístico do território.»

** Consideram-se valores ou zonas sensíveis da paisagem os elementos ou áreas de tipo natural, rural ou urbano, particularmente susceptíveis à acção do tempo ou à intervenção humana e cujo interesse nacional, regional ou local (nos aspectos científico, histórico, económico, estético ou cultural) merece ser defendido da livre interferência humana e valorizado com vista ao seu regrado usufruto, actual e futuro.*

***Considera-se capacidade de uso da paisagem o seu limite de utilização ou de exploração, ultrapassado o qual ela entrará em degradação irreversível, sem possibilidade de recuperação por processos normais.*

Nota – Estas normas-base são susceptíveis das adaptações e correcções que a experiência aconselhar; solicita-se portanto o envio de sugestões nesse sentido. A. Viana Barreto.

Para dar ideia do tipo de trabalho que até então efectuavam as ZAP, refere-se que, em Novembro de 1968, o responsável pela Zona Norte de Arqt^a Paisagista, ao assumir as novas responsabilidades atribuídas pela reorganização da DG, oficiou ao Serviço Central, informando que: *i.* Nesse momento tinha ainda em seu poder para concluir as apreciações de um Ante-plano de urbanização de Valença (desde 22/X), um Esboceto de Urbanização da Praia de Árvore (desde 22/X), um Plano de expansão da Póvoa de Varzim para Norte (desde 23/X), um Ante-plano de urbanização da unidade suburbana de Pedrouços-Areosa (em colab.^o com a Zona de Arquitectura), um Programa de protecção da estrada marginal do Douro no concelho de Gondomar (a pedido da CM), um Plano de construção de uma rodovia através do concelho de Gondomar (enviado pelo Gabinete do Plano do Noroeste); *ii.* Estavam em elaboração nesse Serviço da ZAP: o projecto de um jardim público para Gondomar (a pedido da CM), estudos de arranjo de um largo em S. Julião do Freixo, e de outro em Vila Verde; *iii.* Estava ainda em curso (e para acompanhamento pelo Serviço) a execução das seguintes obras nele projectadas: parque do Largo do Toural em Boticas, Jardim Público de Alijó, e arranjos dos Largos dos Paços do Concelho de Montalegre e de Terras do Bouro.

Dois anos mais tarde, em 1970, foi promulgada a Lei 9/70 que atribuiu ao Governo a competência para promover «o uso racional e a defesa de todos os recursos naturais em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras», nomeadamente, através da demarcação de áreas reservadas e parques naturais. Em 11 de Março seguinte, o chefe do S.O.P. enviava, ao Subdirector Geral, a seguinte informação:

«Sabendo estar em curso uma reforma dos serviços da DGSU, os técnicos que constituem o Serviço Central de Ordenamento da Paisagem julgam oportuno apresentar à consideração superior a seguinte contribuição:

1. Os problemas, que hoje se põem à consideração deste Serviço, vão já abrangendo campos que ultrapassam os normalmente dominados até à data... No decorrer do ano findo, dedicado pelo Conselho da Europa à Conservação da Natureza e, já mesmo em 1969, pela boca do Presidente Nixon, foi o mundo finalmente alertado contra os perigos que os desequilíbrios provocados pelos excessos da civilização técnica acarretam à Humanidade. Imediatamente se criaram novos serviços públicos especializados, direcções gerais e ministérios, convocaram-se conferências internacionais, enfim, falou-se e escreveu-se diariamente sobre as consequências dos exageros das técnicas usadas em qualquer meio, sem prudência e sem controlo. E, assim, o que ontem se considerava tendência de alguns para a tragédia ou visões apocalípticas da juventude é agora reconhecido por todos como realidade, aterradora, se o Homem, no seu desejo de viver melhor, não tiver em conta o reequilíbrio do meio em que se encontra e da paisagem que o envolve. Hoje toda a gente fala da poluição e dos seus perigos, do espaço que falta, da terra que não produz, da água que não se bebe, do ar que dificilmente se respira, da cidade onde já não se pode viver. E isto com o à vontade dos velhos conhecimentos. Olhou-se mais de frente o ambiente. Alguma coisa se modificou e se avançou, em ordem ao verdadeiro progresso.

2. Parece assim oportuna a revisão do âmbito da actuação deste Serviço e da sua designação. Embora saibam que não são especialistas, em todas as numerosas matérias que intervêm nas questões do ambiente, não podem os técnicos deste Serviço deixar de afirmar a sua convicção de que, por formação técnica, biológica e estética, deverão estar presentes não só no inquérito aos valores do meio, como na síntese que fundamenta o projecto equilibrado e harmonioso – que resolva o presente, sem comprometer o futuro – em colaboração com os urbanistas, ou, melhor, com os planeadores, criando a nova paisagem onde apeteça viver.

3. Julgamos portanto de propor que, na futura organização dos Serviços Centrais e Regionais, se considerem as funções correspondentes à seguinte estruturação:

Serviço de Inquérito e Ordenamento: Regional (em colaboração com a Divisão de Planeamento) e Local (em colaboração com a Divisão de Estudos)

Serviço de Criação de Zonas Verdes: Rurais (prestando colaboração à DS Melhoramentos Rurais) e Urbanas (prestando colaboração à D S Melhoramentos Urbanos);

Serviço de Recuperação: Degradações da terra e Poluições do ar e água (em ligação com a DS Salubridade).

4. Propõe-se finalmente a designação de «Serviço de Ordenamento do Ambiente e da Paisagem», considerando o ambiente como o meio ecológico onde o homem vive e a paisagem como seu reflexo ou da actividade humana sobre esse meio».

Na sequência desta informação, o Subdirector Geral (eng.º civil A. Celestino da Costa) determinou que o Serviço de O. P. estudasse as medidas legislativas complementares da Lei n.º 9/70 sobre a Protecção da Natureza e dos seus Recursos –no âmbito que interessava à Direcção Geral dos S. U. – estudo que conduziria à informação 51-SDO-71 (adiante transcrita), submetida pelo Subdirector Geral a despacho do Ministro Rui Sanches em 21-VIII-71.

Entretanto, em 27 e 30/IV, o eng.º agr.º José Correia da Cunha, deputado na Assembleia Nacional, apresentara nesta um aviso prévio que teve como consequência a criação da Comissão Nacional do Ambiente (na JNICT) – pela portaria 316/71, de 19 de Junho – após aprovação, naquela Assembleia, de uma moção que considerava da maior importância:

«a. Necessidade de imprimir maior coordenação à acção da Administração, de forma a corresponder melhor às directrizes de um desenvolvimento planificado (decorria a execução do III Plano de Fomento 1968/73);

b. Adopção urgente de medidas tendentes à defesa do ambiente e protecção da natureza;

c. Racionalização da orgânica de gestão dos recursos hídricos;

d. Revisão da divisão administrativa, em ordem a torná-la mais adequada aos esquemas de planeamento regional (previsto no III Plano de Fomento).»

A informação do Subdirector Geral dos Serviços de Urbanização, submetida em 30/7/71 a despacho do Ministro das O.P., documenta o empenhamento com que, já então, os mentores do nosso Planeamento Urbanístico encaravam a responsabilidade dessa D.G. no processo de transformação da paisagem portuguesa. Escreveu ele nessa informação:

«1. Tem sido preocupação primária de todo o planeamento urbanístico orientado por esta Direcção Geral, tanto através de planos urbanos como regionais, promover as disposições que tenham em consideração os valores naturais merecedores de preservação ou recuperação, contribuindo para se evitar a desvalorização do meio ambiente.

2. Em muitos dos planos elaborados, promoveram-se mesmo estudos especiais com este objectivo – estudos de ordenamento paisagístico do território – em que, para além dos aspectos estéticos, predominam considerações de carácter económico, científico, cultural, recreativo e outros.

3. *Trata-se, portanto, de estudos básicos informadores do planeamento, indispensáveis para seguro fundamento das opções finais, que têm de atender a muitos outros factores (funcionais, de estrutura, etc.).*
4. *Não há, contudo, ainda, uma inventariação completa e sistemática de todos os valores desta índole a considerar no planeamento, em todo o território nacional, não se podendo portanto garantir que, em muitos casos, não se tenham em atenção valores merecedores de protecção.*
5. *Esta necessidade está já reconhecida na Lei fundamental – Lei 9/70 – que, na sua base I, especifica que compete ao Governo, entre outras missões: promover: «...o uso racional e a defesa de todos os recursos naturais em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras...» e, isto, com vista à protecção da Natureza e dos seus recursos.*
6. *São muitas, e de diversos Ministérios, as entidades competentes para procederem à inventariação e à classificação dos valores a considerar, dada a diversidade dos aspectos a ter em conta.*
7. *No entanto, para o planeamento físico do território, interessa a consideração simultânea de todos os valores porque, só dessa forma, se pode evitar omissões graves e ser justo numa hierarquização que, muitas vezes, tem de estabelecer-se entre factores em conflito.*
8. *Não só por esta razão mas, também, porque muitos dos dados e informações a colher terão ainda que ser «urbanisticamente» analisados e sintetizados, antes da sua utilização para o planeamento, parece razoável que esta Direcção Geral se incumba de promover, coordenar, compilar, analisar e representar cartograficamente os inquéritos e os estudos que, para este fim, terão de ser realizados pelas outras entidades.*
9. *Numa primeira divisão de aspectos a tratar e das entidades intervenientes, consideram-se:*
 - a. *Reconhecimento dos solos agricultáveis, sua aptidão, etc.: Secretaria de Estado da Agricultura (Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário);*
 - b. *Recursos Hídricos: D.G.S.H.*
 - c. *Recursos do subsolo: D.G.M.S.G.*
 - d. *Valores culturais (reservas naturais, estações ecológicas, zonas arqueológicas, etc.): D.G.E.M.N., D.G.E.S.B.A., D.G.S.F.A., Estação Agronómica Nacional, etc.*
 - e. *Valores de interesse recreativo e turístico (praias, zonas de pesca e caça, alpinismo, etc.): D.G. Turismo, D.G.S.F.A., D.G. Desportos, etc.*
 - f. *Valores de carácter estético (miradouros naturais, paisagens notáveis, etc.)*
10. *Embora deva competir, a cada Departamento mais directamente interessado, propor as normas para a racional utilização ou protecção dos respectivos valores, compete à Direcção Geral dos Serviços de Urbanização promover e orientar a elaboração dos planos de ordenamento físico do território, através dos quais se poderá assegurar «o uso racional e a defesa de todos os recursos naturais, em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras».*
11. *Esta acção da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização desdobrar-se-ia, portanto, em duas fases: a primeira consistiria na inventariação e classificação dos recursos naturais a considerar e, a seguinte, no planeamento físico do território, a elaborar em cada uma das cinco regiões de planeamento já definidas para os estudos de carácter económico.*

12. *Estes estudos poderão ser conduzidos pela Direcção dos Serviços de Planeamento Urbanístico, através da Divisão de Planeamento, onde funciona o serviço de estudo do meio ambiente e de ordenamento paisagístico, cujas missões abrangem naturalmente mais esta outra.*

13. *Tratando-se duma matéria que interessa a tantos organismos e departamentos do Estado, parece indispensável assegurar, desde o início dos estudos, não só a participação de todos como a devida coordenação de actuações...»*

Em Dezembro do mesmo ano de 1971, foi publicado o Decreto-lei 560/71 que hierarquizou e disciplinou a elaboração dos «planos gerais de urbanização», consagrando a figura dos «planos gerais de urbanização de áreas territoriais» (abrangentes de vários centros urbanos e das zonas rurais intermédias) – de que estavam já nessa altura em execução os de Lisboa, Algarve e Aveiro – pensando-se também no do Porto que iria ser iniciado em 1973.

3. A evolução da DSPU para DG de Planeamento Urbanístico e desta para DG de Ordenamento

As actividades desenvolvidas pelos Serviços de Ordenamento da Paisagem – centrais e regionais – foram ficando registadas nos relatórios anuais do Serviço Central (1969 a 1972) que, no relatório de 1972, aparece já com a designação de «*Secção de Defesa do Ambiente e de Ordenamento da Paisagem*».

Em 1972, o Ministério das Obras Públicas sofreu uma reestruturação, da qual resultou a reforma (definida pelo Decreto-lei n.º 605/72) da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, que passou a ser constituída, a nível central, por uma DS Planeamento Urbanístico (com as Divisões de Planeamento Territorial, Planeamento Urbano, e Estudos), uma DS de Gestão Urbanística (com as divisões de Promoção Urbanística, e de Fiscalização) e uma DS de Equipamentos (com as divisões de Equipamento Urbano, de Equipamento Rural e de Salubridade Urbana).

Ao mesmo tempo, os serviços descentralizados da DGSU foram organizados em Direcções Regionais de Urbanização (do Norte, Centro, Lisboa, Sul, Madeira e Açores, com sedes no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Funchal e Ponta Delgada), após terem sido contratados mais dois arquitectos paisagistas (Lucília Maymone e Fernando Pessoa), mantendo nos distritos delegações constituídas pelo pessoal das antigas Direcções distritais de Urbanização.

Entretanto, no Secretariado Técnico da Presidência do Concelho, a Direcção de Serviços de Planeamento – que acompanhava a execução do III Plano de Fomento (1968-73), em cuja elaboração se notara já o desequilibrado desenvolvimento do País, com o interior a despovoar-se e o litoral a sobrepovoar-se – iniciara, em 1969, os estudos preparatórios para a elaboração do IV Plano de Fomento e, pela primeira vez, se começava a revelar (nos relatórios que iam sendo elaborados) a preocupação com o que se designou por «Ordenamento do Território» (tradução do francês *Aménagement du territoire*). Notava-se, porém, que o conceito subjacente a esse binómio não incluía mais do que a correcção dos referidos desequilíbrios regionais de desenvolvimento, e que a estratégia proposta para a correcção desses desequilíbrios era estender, a outras regiões, o modelo de desenvolvimento que se verificava nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, isto é, pretendia-se corrigir o desequilibrado desenvolvimento do País, generalizando a todo ele o

processo de «desenvolvimento» que estava a conduzir ao completo desordenamento e desqualificação das suas zonas consideradas mais desenvolvidas... (apenas porque nelas era concentrada a distribuição da maior parte do produto nacional).

Este conceito português de «Ordenamento do Território» não chegava a ser um «aborto», porque não sofrera qualquer processo de «gestação» e não passava de um pomposo binómio sem sentido a que cada um emprestava o significado que momentaneamente lhe ocorresse, porque ninguém definira ainda os critérios que, em qualquer território, distinguiam a «ordem» da «desordem». Algumas pessoas mais esclarecidas usavam-no como sinónimo de «ordenamento territorial» dos sistemas constituintes das paisagens humanizadas (rede viária, rede urbana, sistemas agro-florestais, etc). Mas o uso daquele binómio manteve-se até hoje, em largos sectores das nossas elites técnicas, como «carimbo» para significar que, quando ele fosse evocado, teria havido, da parte de quem o usava, a preocupação de atender ao que quer que ele significasse. E esta atitude persiste ainda hoje, apesar de, na 6ª reunião de ministros responsáveis por «L'Aménagement du Territoire», promovida pelo Conselho da Europa e efectuada em 1983 em Torremolinos (Espanha), ter sido assinada a Carta Europeia do Ordenamento Físico do Território – que vinha sendo preparada desde 1978 – e na qual o tal Ordenamento do Território é definido como:

«a expressão espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica de qualquer sociedade, (...) sendo ao mesmo tempo uma disciplina científica, uma técnica administrativa, e uma política concebida como uma abordagem interdisciplinar e global tendente a um desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma concepção orientadora».

Em Portugal – passados 26 anos sobre a assinatura daquela Carta – os mentores do (des)ordenamento do nosso território continuam fiéis ao conceito do STPC em 1969, pelo que *L'Aménagement du territoire* continua a ser orientado e gerido por profissionais que se destacam no nosso meio cultural precisamente pela sua ostensiva e confessada ignorância da Ecologia Humana (integrante das Ecologias de todas os outros seres vivos e dos sistemas bióticos de que eles participam). Devido à insensibilidade ecológica do arquitecto representante do STPC, já naquela altura, foi impossível obstar à implantação do parque industrial de Braga nas férteis veigas de Celeirós.

Porém, em 1969, preconizava-se, pela primeira vez, que o desenvolvimento do País se orientasse numa perspectiva de desenvolvimento equilibrado das várias regiões do País, tendo-se, para esse efeito, improvisado então uma divisão do País em cinco regiões de planeamento, em cada uma das quais foi instituída uma Comissão de Planeamento Regional.

A partir de 1971, a Comissão de Planeamento da Região Norte – região que começou por ser limitada a Sul pelo Rio Douro, mas que acabou por integrar toda a região vinhateira e bacia inferior do Douro – viria a imprimir à participação regional nos estudos preparatórios do IV Plano um interesse inesperado, graças à clarividência, sensibilidade e dinamismo reunidos por três personalidades inexecutáveis na dedicação à causa do Desenvolvimento Regional: o dr. João Mota de Campos, o eng.º silvicultor António Eduardo Carneiro e o sr. Jorge Félix Gonçalves de Araújo – que souberam mobilizar largos sectores do empresariado e da intelectualidade regional, em prol de um desenvolvimento equilibrado da sua Região.

Os Serviços da DGSU (Centrais e Regionais) foram, logo em 1971, chamados a colaborar em múltiplos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito de Comissões Centrais e Regionais de Planeamento – nos quais participaram os gabinetes de Planeamento dos diversos Ministérios. Essa experiência permitiu, aos que nela estiveram envolvidos, transportar para os respectivos departamentos sectoriais uma visão mais ampla e aprofundada dos problemas com que se ocupavam quotidianamente e integrar as suas propostas numa perspectiva não apenas de desenvolvimento coordenado (a nível regional e nacional) das diversas actividades económicas (com respectivos equipamentos e redes de infra-estruturas), mas também numa perspectiva de longo (e médio) prazo. Ela foi particularmente proveitosa para os técnicos da DGSU envolvidos, desde 1968, no Planeamento de Áreas Territoriais promovido pela sua Divisão de Planeamento, e as quais abrangiam, cada uma delas, um conjunto maior ou menor de municípios.

O paisagista da «Zona Norte de Ordenamento da Paisagem» – que (como atrás ficou referido) se informara minuciosamente, em 1965, sobre o sistema de planeamento usado na Grã-Bretanha e sobre a evolução dos seus «*County Development Plans*» – tendo sido chamado, também, em 1972, a colaborar em estudos de ordenamento regional no âmbito da CPRN, elaborou para essa Comissão uma proposta de simplificação e actualização da rede administrativa, contrapondo ao esquema de Ordenamento do Território Nacional proposto pelo STPC, em 1969, uma alternativa baseada na compartimentação geo-económico-social da parte Norte do território português, e em combinação com critérios de polarização por Centros de Prestação de Serviços já existentes (mais patentes na parte Sul do País onde a compartimentação é menos vincada). Com essa proposta, visava-se reforçar a identidade regional das populações distribuídas pelos sete compartimentos em que aquele território se pode considerar naturalmente diferenciado, ajustando para isso, aos mesmos, uma nova rede (hierarquizada) de centros de equipamentos sociais, e a correspondente rede de serviços administrativos⁵. Nessa proposta se terá inspirado a proposta de Regiões de Planeamento, apresentada pelo CEP em 1976⁶, a qual serviu de base à divisão do País em⁷ «regiões agrícolas», em 1977⁷ e, posteriormente, à proposta do PS para as Regiões-plano, em 1979⁸.

Embora a criação (em 1974) de uma Subsecretaria de Estado do Ambiente (no Ministério do Equipamento Social) tivesse aumentado a aceitação das preocupações paisagísticas e ambientais

⁵ Cfr. *Sobre a reforma da Administração Local* (1974) incluía uma proposta de 'Divisão Provincial'; Cfr. à frente n.º 30 e 161 da na Bibliografia.

⁶ *Estudo para a Delimitação de Regiões Plano*, in 'Estudos Urbanos e Regionais', n.º 11, Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento, Dez. 1976; cita a 'Divisão Provincial', Cfr. à frente n.º 161 da Bibliografia; surge, depois, no *Plano a médio Prazo 77-80: Política Regional*, Lisboa: Secretaria de Estado do Planeamento, Abril 1977, Mapa 1; ver também: *Propostas de divisão regional apresentadas até 1980*, Lisboa: Secretariado Técnico para a Regionalização, Março 1982, Mapa 2.

⁷ O art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 221/77, de 28 Maio 1977, que aprova a lei orgânica do Ministério da Agricultura, cria as Regiões Agrárias coincidentes com as Regiões Plano a aprovar na Assembleia da República; o Despacho normativo n.º 164/77, de 28 Julho 1977, estabelece provisoriamente os concelhos abrangidos por cada Região Agrária; o Decreto Regulamentar n.º 6-A/79, de 24 Março 1979, aprova a lei orgânica das 7 Direcções Regionais de Agricultura; o Decreto-lei n.º 287/81, de 9 Outubro 1981, diz que as Regiões Agrárias serão definidas por despacho do Ministro da Agricultura, até serem aprovadas as Regiões Plano na Assembleia da República, altura em que será feito o necessário reajustamento.

⁸ A Lei 31/77, de 23 Maio 1977, que aprova a orgânica de planeamento, previa órgãos regionais de planeamento; o Despacho normativo n.º 91/78, de 12 Abril 1978, do Secretário de Estado do Planeamento, solicita ao Departamento Central de Planeamento uma proposta de Regiões-plano; vários deputados do PS (António Barroso Gomes, António Guterres, Carlos Lage, Salgado Zenha, Herculano Pires, Luís Cid, Alfredo Silva) apresentam, em Março 1979, o Projecto de Lei 226/I., sobre 'Regiões plano e orgânica de planeamento regional' (Cfr. Diário da Assembleia da República, II série N.º 43/1/3, de 22 Março 1979 (pág. 914-920); ver também: *Propostas de divisão regional apresentadas até 1980*, Lisboa: Secretariado Técnico para a Regionalização, Março 1982, Mapa 4.

postas pela DGSU na elaboração dos «planos de áreas territoriais», a fugaz permanência dos Ministros na respectiva pasta (no período que se seguiu à Revolução de 1974) não permitiu converter em decisões políticas as normas disciplinares que os estudos já efectuados recomendavam. Por isso, o controle da construção clandestina tornou-se cada vez mais difícil, sobretudo por ao minifúndio municipal corresponder uma impotência de aculturação de uma população predominantemente analfabeta e irresponsabilizável.

Como, por outro lado, não foram renovados os contratos com os consultores estrangeiros e nacionais que acompanhavam a elaboração dos Planos das Regiões do Porto, Aveiro, Lisboa e Algarve, os vários Serviços da DGPU – nomeadamente os de Planeamento Urbanístico – prosseguiram, em colaboração com os respectivos municípios, uma rotina (entretanto estabelecida) de estudos básicos para a disciplina das intervenções urbanísticas nas paisagens de várias regiões em que a sua gestão estava sujeita a medidas cautelares legalmente estabelecidas, por estarem a ser objecto de planeamento.

Em 1976, as Direcções Regionais de Planeamento Urbanístico foram reorganizadas pelo Dec. 117E/76 e as Zonas de Ordenamento da Paisagem foram integradas em Divisões de Estudos de Ordenamento Territorial, tendo a zona Norte prosseguido com os estudos necessários a uma gestão das paisagens das várias sub-regiões nortenhas, baseada em critérios artísticos tecnicamente fundamentados em bases científicas – como, desde os meados do século, ocorria nos mais progressivos países da Europa.

Em 1978, o 9º Governo post-Revº (de Nobre da Costa) criou no Min.º da Habitação e Obras Públicas (sendo Min.º Almeida Pina) uma Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente, na qual integrou a DGPU a par da DGRAH, da DGSA, e da CNA, do SEA, e do SNPRPP (os três últimos criados só em 1974). Ficavam assim articulados numa SE o conjunto de departamentos mais envolvidos no estudo e gestão do ambiente rural e urbano. Este enquadramento da DGPU manteve-se até 1980, com os arq.º Bruschy e Gomes Fernandes na SE, mas no VI Governo Constitucional as 3 primeiras Direcções Gerais voltaram ao MOP.

Por despacho conjunto (de 30-12-1978) dos ministros da Administração Interna e Habitação e Obras Públicas, a Direcção Regional do Norte foi incumbida de efectuar os estudos para o planeamento urbanístico da Área territorial do Douro Superior, os quais se estenderam seguidamente a todo o planalto mirandês.

A passagem de Gonçalo Ribeiro Teles pela Secretaria de Estado do Ambiente, desde 1974 a 1976, salientara a necessidade de promover um desenvolvimento ordenado do território, mediante a utilização disciplinada dos recursos naturais, de modo a não pôr em perigo a estabilidade física e o equilíbrio biológico das paisagens, e permitiu que, na Constituição da República Portuguesa, ficassem bem expressas algumas preocupações fundamentais com a qualidade de vida dos portugueses.

Mas, a prevalência da atrás referida concepção de Ordenamento do Território, e a insensibilidade de alguns dos Departamentos, com maior capacidade de tutela sobre as actividades responsáveis pelas agressões à qualidade das paisagens e do respectivo ambiente, não permitiu atingir os fins almejados pela Legislação que ia sendo promulgada – até porque os que eram chamados a aplicá-la faziam-no, quase sempre, de forma mais ou menos irresponsável, devido à sua impreparação para o efeito. Por vezes, também, a Legislação publicada reflectia ideias pouco clarificadas

sobre os temas abordados. Era o caso do Decreto nº 188/78, em que se notava alguma confusão de «planeamento urbanístico» com «ordenamento geral do território» – pois que, enquanto este deve visar o desenvolvimento e harmonização dos diversos sistemas produtivos integrantes das paisagens de um determinado território (sistemas bióticos – agrícolas e florestais – rede urbana, e redes de infra-estruturas regionais), ao primeiro exige-se, apenas, o ordenamento dos espaços urbanos ou urbanizáveis. Não era, porém, de estranhar a confusão, em um país que deixara andar a prática urbanística por mãos de amadores mais ou menos ingénuos.

No período de 1974 a 1980, a Divisão de Estudos da DGPU prosseguiu, na medida das suas possibilidades, os estudos de Planeamento que tinha em curso. Na região do Porto, por exemplo (embora essa prossecução só tenha sido imposta pelo artº 49 do Dec. 188/79), aprofundaram-se os estudos da bacia do Sousa, e desenvolveram-se Estudos Básicos para o Planeamento de uma gestão urbanística, coerente com a salvaguarda da qualidade das paisagens, nas sub-regiões da Bacia do Lima (4 municípios), do Douro Superior (Moncorvo, Freixo, Figueira de C.º Rodrigo, Foz Côa, Meda), e do Planalto Mirandês (Mogadouro, Miranda e Vimioso). Só não pôde apresentar propostas correctoras de defeitos estruturais dos sistemas produtivos, por não haver condições políticas para o debate de estratégias de longo e médio prazo, que a sua aplicação exigia (e continua a exigir).

Havia (e há) três ou quatro domínios fundamentais, numa Gestão Paisagística consciente e responsável, em que não é possível definir os respectivos critérios, sem prévia tomada de posição política quanto aos objectivos a perseguir a longo prazo nesses domínios. São eles:

- a) a definição das reservas agrícolas e o estatuto jurídico para que deve tender a gestão fundiária dentro dessas áreas – porque a gestão que se tem feito da chamada RAN é tragicamente ridícula;*
- b) a definição de objectivos estratégicos de racionalização da rede urbana nacional (regionalizada), e da correspondente divisão administrativa, porque a manutenção da situação actual é um atestado autenticado da nossa imbecilidade colectiva;*
- c) a criação do ambiente socio-político que permita a anulação dos bloqueios que inviabilizam o efectivo reordenamento florestal do País e impedem o racional aproveitamento de metade da sua área.*

Alguns dos problemas inerentes a estas questões têm de ser equacionados nos planos directores de gestão, ao nível comunal ou subregional, outros ao nível regional e outros ao nível nacional, mas todos eles exigem prévios diálogos com o poder político, para que este fixe os objectivos a atingir a longo prazo com a gestão corrente.

São domínios que exigem, do planeador maduro, conhecimento dos problemas económicos e sociais da região e a capacidade de para eles apontar soluções credíveis, obrigando o poder político a pensar na remoção dos obstáculos que impeçam a implementação das soluções ou a alterar ou limitar os objectivos da gestão. Nesta situação, exige-se dos decisores algum voluntarismo político, mas não o voluntarismo irresponsável de canalha imatura, incapaz de avaliar não só a credibilidade técnica das soluções que lhe são propostas, como as consequências e os riscos das suas decisões. Já dizia a velha sabedoria popular que «quem confia em canalha acaba borrado».

4. De 1983 a 1986: Criação e aborto da DGO

Em 1983, sendo Min.º da Qualidade de Vida o arq.º G.º R.º Teles, foi criada nesse ministério a Direcção Geral de Ordenamento, transitando para ela o pessoal técnico da DGPU que estava envolvido em estudos de Planeamento de Áreas Territoriais. Devido à frequência com que nesse período se processou a rotação de governantes, a transferência do pessoal e sua instalação prolongou-se até 1985 e, nessa altura, o X Governo Constitucional, então empossado, instituiu o Ministério do Plano e Ordenamento do Território, no qual foi naturalmente integrada a DGO.

Mas logo, numa manifestação de infantilidade governativa, e lavando as mãos como Pilatos, o Governo forçou as então míseras e mesquinhas Câmaras Municipais a assumirem as responsabilidades do planeamento urbanístico, obrigação de que elas se desenrascaram, confiando-o necessariamente aos habilidosos que a Lei da Procura de imediato fez surgir no Mercado. Ao mesmo tempo, marimbando-se para o Ordenamento do Território e para a Qualidade da Paisagens (ou elaborando critérios de «ordem» e de «qualidade» à medida do seu civismo), muitas delas aproveitaram a «maré» que se lhes oferecia de repetir «o milagre das rosas» e curaram de transformar a miséria em fartura;... pelo menos a de alguns auto-privilegiados, porque – segundo informam os nossos doutos econométristas – cada um dos portugueses vivos (incluindo os «sem-abrigo» e até os que vão sendo paridos a cada hora, mal deitem o nariz fora do ventre materno), está ou fica logo a dever a bancos estrangeiros o custo de um automóvel de 1400cc. de cilindrada.

Por isso, ao folhear a colecção de fotografias aéreas publicadas há algum tempo pela editora Argumentum num vistoso volume intitulado «Portugal Visto do Céu», verifica-se que, com exclusão das que focam os «centros históricos» de algumas cidades e aldeias (alguns deles exemplarmente requalificados), a maior parte das restantes – e sobretudo as que mostram os arredores das nossas aglomerações urbanas – dão de Portugal uma imagem de país «leproso», infestado de «piolhos», e gerido por idiotas.

Porém, a gravidade não está tanto na imagem do País, como na destruição da sua Reserva Agrícola e Energética (alimentar), operada por todo o tipo de casas e abarracamentos, feitos muitos deles para instalar actividades que – de antemão se sabia – iriam voar para outras longitudes, ao menor sopro de «vento», deixando o nosso operariado a fenecer de fome nos palacetes construídos, com a bênção dos autarcas, sobre as hortas que lhe asseguravam a sobrevivência, nos inevitáveis períodos de crise. Porque estes, desde há milénios, ciclicamente, assolam o povo de Portugal, que – por imprevidência, comodismo ou impotência dos seus governantes – é posto a divagar pelo mundo em busca de expedientes de sobrevivência.

A imprevidência governativa que conduziu a esta situação desastrosa só começou a revelar-se tardiamente, depois de o movimento de crescimento urbano iniciado em Lisboa na década de 1940, e que alastrou ao Porto só no final da década de 1950, se ter estendido, a partir da década de 1970, a quase todas as cidades e vilas do País. Não parecendo, no início, justificar-se a criação de um Instituto Superior de Urbanismo, optou-se por recorrer a Urbanistas estrangeiros para o planeamento dos casos mais delicados e por confiar a elaboração dos Planos de Urbanização dos aglomerados com menor crescimento a arquitectos e engenheiros civis com algum conhecimento dos problemas de equipamento e gestão urbana. Teria sido mais prudente conceder anualmente duas ou três bolsas de estudo a estudantes que se dispusessem a ir estudar a exigente arte do Urbanismo em conceituadas Escolas da Europa ou da América.

É de notar que o comando da Administração Urbanística sempre esteve atribuído exclusivamente às Câmaras Municipais. A nossa política Urbanística iniciou-se – como ficou dito – em 1944, com a publicação do Decreto-lei 33.921, o qual obrigava a que todas as áreas urbanas fossem dotadas de «planos gerais de urbanização e extensão» cuja execução competia inteiramente às Câmaras Municipais. A esse decreto seguiram-se: em 1946, o Dec.º n.º 35.931 (que estabeleceu a obrigatoriedade de observância dos anteplos aprovados); em 1951, o Dec.º 38.382 (Regulamento Geral das Edificações Urbanas); e, mais tarde, o Decreto 560/71, que definiu as condições técnicas a que deviam satisfazer as edificações urbanas. Em 1966, fora publicado também o Decreto-lei 46.924/66, a estabelecer normas sobre a localização de indústrias e a condicioná-la à aprovação pela DGSU, quando elas se não inserissem em áreas industriais previstas em planos de urbanização aprovados. Outra legislação avulsa exigia, para diversas acções, o parecer favorável da DGSU, no âmbito da sua acção de apoio à política urbanística do Governo.

O comando da administração urbanística cabia pois às câmaras Municipais, competindo à Administração Central as funções de orientação e fiscalização. Sucedia, porém, que «os municípios não dispunham de quadros técnicos e administrativos capazes de corresponder às missões que lhes foram atribuídas. Consequências: os urbanistas eram sugeridos ou indicados pelos Serviços do Estado, os seus contratos promovidos e aprovados também pelos Serviços do Estado, o acompanhamento da elaboração e apreciação dos planos pelos municípios era incipiente, assumindo os Serviços do Estado a principal responsabilidade desta fase essencial do processo. Também, na elaboração e aprovação dos projectos das infra-estruturas, a intervenção dos Serviços do Estado se sobrepôs, pelas mesmas razões, à que competia aos Municípios⁹.

A incapacidade ou inércia da maior parte das Câmaras Municipais, aliada à, ou motivada (também) pela carência de Urbanistas minimamente competentes, teve como resultado que um grande número de aglomerados urbanos não dispunha de planos de urbanização aprovados, ou possuíam-nos desactualizados; e a expansão urbana foi-se fazendo de forma clandestina e caótica.

Para obstar a alguns aspectos desse crescimento urbano anárquico, foi publicado em 1965 o Dec.º-lei 46.673 (substituído em 1973 pelo Dec.º-lei 289/73) que sujeitou a parecer favorável da DGSU o licenciamento, pelas Câmaras Municipais, de loteamentos em áreas não abrangidas por planos de urbanização devidamente aprovados. Em 1971, a política urbanística do Governo foi redefinida pelo Dec.º-lei 560/71, mantendo-se a obrigatoriedade de as Câmaras Municipais apresentarem à aprovação superior os planos gerais de urbanização dos aglomerados urbanos a eles obrigados. Mas, a situação não melhorou significativamente, e a DGSU continuou a ver-se afogada com a emissão de pareceres sobre pedidos de viabilidade de loteamentos em áreas não abrangidas por planos de urbanização aprovados – que eram quase todas.

O Dec.º-lei n.º 794/76 (com o Despacho Normativo 207/79 do MHOP) atribuiu, à recém-criada DGPU (para além de funções herdadas da DGSU), a obrigação de se pronunciar sobre pedidos de loteamento «cuja imediata ou próxima realização fosse considerada inconveniente para o desenvolvimento ordenado da região» e a aplicação de medidas preventivas em áreas a abranger por planos de urbanização.

Da incapacidade de as Câmaras Municipais se dotarem com instrumentos legais (planos gerais de urbanização aprovados) e de capacidade técnica para efectuarem uma correcta administração urbanística, resultou para elas uma exagerada dependência de decisões que tinham

⁹ Cfr. Costa, Augusto Celestino da, *Subsídios para análise da administração urbanística*, Lisboa: DGSU, 1968, 53 f. [DGTDU 298 M GEPAT]

de ser tomadas pelo Governo, sobre informações prestadas pelos seus serviços competentes, os quais com dificuldade crescente se esforçavam por corresponder a todas as solicitações. E como, quer os anteplos de urbanização, quer os planos de loteamentos que eram remetidos à DGSU para apreciação reflectiam a carência de qualificação Urbanística e o amadorismo da maior parte dos seus autores, a generalidade dos planos era devolvida para a introdução de correcções que, porém, raramente eram introduzidas, permanecendo as povoações sem diplomas de gestão que dispensassem as decisões arbitrárias. (Os loteamentos e urbanizações clandestinas que proliferaram nos subúrbios de Lisboa e Porto, até à publicação do Dec.º lei n.º 275/76, dão uma ideia da qualidade de muitos dos planos que eram enviados à DGSU para apreciação).

Como a generalidade do público não era sensível à qualidade dos planos, enquanto não estivessem executadas as estruturas que eles visavam disciplinar, e como havia grande pressão de construtores, para corresponder a uma procura crescente de novas habitações, começou a avolumar-se, a partir de 1974, uma reacção contra a disciplina legal que à DGPU competia fazer respeitar, enquanto as Câmaras Municipais não se munissem dos instrumentos de gestão adequados; e o esforço da construção clandestina redobrou, até à publicação do decreto de 1976 atrás referido.

Quanto ao planeamento de Áreas Territoriais – que deviam abranger «unidades de paisagem» de dimensão regional ou subregional, e que podiam (e deviam) dispensar os planos directores da gestão municipal, ou fornecer a disciplina para estes quando (ou enquanto) as unidades de gestão não coincidissem com as unidades de planeamento – embora existissem, na DGO e nas suas Direcções Regionais (que foram integradas nas Comissões Regionais de Coordenação), quadros técnicos, com experiência e muitos trabalhos efectuados (e outros em curso), para prosseguirem esses estudos e assegurarem a acumulação e transmissão de experiência, decidiu-se – também com total ignorância e irresponsabilidade – ignorar competências e trabalhos existentes, e sobrecarregar o Orçamento Geral do Estado com o custo injustificável de estruturas paralelas, supostamente capazes de fazerem «planeamento de gestão paisagística».

Porém, elas apenas poderão executar novos levantamentos paisagísticos (repetindo por vezes estudos já efectuados), porque quanto à capacidade de um planeamento credível», ela é nula: não apenas por falta de experiência e competência em tarefa de tal natureza e complexidade, mas também, e sobretudo, pela mesma razão que já bloqueara na DGO a passagem da fase de análise para a fase de propostas – o facto de as propostas de gestão, para serem credíveis e consequentes, terem de ser feitas, como atrás se disse, com vistas a opções políticas, previamente estabelecidas, sobre objectivos e critérios de ordenamento para sectores económicos e sociais particularmente delicados; e, isso, é tarefa que uma Política demasiado personalizada tem muita dificuldade em encarar. Sem a definição prévia desses objectivos – ajustada num processo dialéctico entre planeadores e governantes (nacionais e regionais), qualquer proposta que os primeiros façam ou fica esquecida no papel, ou o mais provável é que seja uma nova forma de prosseguir (planeadamente) o desordenamento e a degradação das nossas paisagens.

Do que se passou, posteriormente a 1986, nas esferas políticas que foram assumindo a responsabilidade pela gestão do território português, não sou capaz de me pronunciar porque me tenho limitado a contemplar os seus resultados, sem saber dos esforços que porventura tenham sido feitos para os evitar.

Ilídio de Araújo (agr.º - arq.º paisagista)

II.2. Gestão das Paisagens e Planeamento: uma experiência de meio século

Texto baseado na palestra efectuada no colóquio
'Região do Porto: Áreas Naturais para o Século XXI'
 (Parque Biológico de Gaia, 02 de Fevereiro de 2002)

I. As frustrações de um paisagista em Portugal

Convidado para vir aqui recordar velhas preocupações com a protecção do nosso património natural, isso obriga-me a fazer, perante esta assembleia, a confissão da minha ineficácia – e de muitos dos que superiormente enquadraram a minha actividade profissional no seio da Administração Pública – nas tentativas para vencer o fosso que, tradicionalmente, a maioria dos decisores políticos (detentores de algum poder legislativo) cavavam entre si e o corpo técnico que existia para lhes fundamentar e preparar as decisões em domínios dos quais estavam por vezes completamente alheados, e que por isso tendiam, não raro, a menosprezar. Entre esses desprezados domínios situava-se aquele a que dediquei quase toda a minha carreira profissional: a da preservação da qualidade das paisagens portuguesas, enquanto estas permaneciam ainda isentas de clamorosas agressões. Por isso, esta minha exposição bem se poderá subintitular «As frustrações de um Paisagista da segunda metade do século XX no reino de Sertório».

Os acasos da vida encarregaram-se de me encaminhar por um percurso e de me munir com alguns «auxiliares de visão» particularmente favoráveis para a observação do processo de degradação que as nossas paisagens sofreram durante os últimos 60 anos, e sobre o qual fui por vezes solicitado a pronunciar-me, quer no âmbito de Serviços Oficiais responsáveis, quer em encontros de militantes da Protecção da Natureza, como este em que agora me encontro. Isso acabaria, porém, por me tornar alergicamente sensível aos mais chocantes desmandos desse processo, conduzindo-me, por necessidade de preservação da minha paz de espírito e sanidade mental, a abandonar a função pública, há mais de uma quinzena de nos atrás, quando constatei que quanto mais eu me preocupava com essa desgraça nacional, mais irremediavelmente os meus concidadãos agrediam e abandalhavam as nossas paisagens, não só sob os olhares abúlicos do poder político, mas até com o seu voluntarioso empenhamento: porque, devido à generalizada incultura ecológica e paisagística das nossas elites sociais – com consequências mais graves nas que desempenham funções de supervisão política – os comportamentos que mais agredem as nossas paisagens são, paradoxalmente, promovidos com o propósito sincero e bem apregoado de as valorizar.

Não era, aliás, de esperar outra coisa de ingénuos aprendizes da Arte Política que, conhecedores apenas de alguns sectores restritos da nossa realidade económica e social, inconscientemente entregam a supervisão do planeamento e da gestão das nossas paisagens a engenheiros, arquitectos e contabilistas comerciais, sem um mínimo de instrução nos domínios da Ecologia Humana e da Economia Política (vistas numa perspectiva social, e não meramente empresarial), nem nos conhecimentos propedêuticos indispensáveis à sua autodidática aprendizagem.

Num País em que a quase totalidade da população sofria, ainda há 50 anos, de todo o tipo de carências, seria necessário que as camadas dirigentes tivessem tido o privilégio de uma educação ecológica e cívica muito acuradas, para serem capazes de satisfazer tais carências, sem cometerem inúmeros atropelos contra os critérios que modernamente têm de presidir à gestão das paisagens humanizadas, se não se quer correr o risco de estar a promover a sua acelerada degradação. Os enormes investimentos que, nesse período, houve que fazer com vista ao desenvolvimento industrial, à total renovação do nosso parque habitacional, ao equipamento das aglomerações urbanas, à infraestruturação regional, à reflorestação dos terrenos marginais, à reconversão agrícola das escassas áreas com essa vocação, exigiam uma consciência ambiental e paisagística que os seus mentores não tiveram ocasião de adquirir. Por isso, só por milagre, a forma inconsciente e irresponsável, como em aspectos fundamentais eles foram e continuam a ser planeados e concebidos, podia não conduzir ao desordenamento, progressiva degradação e abandalhamento que a maioria das nossas paisagens hoje exhibe.

Qualquer cidadão que, sendo dotado com um mínimo de educação ambiental, percorra o nosso País atento aos resultados finais da gestão pública dessas paisagens, terá de reconhecer que as estruturas físicas indispensáveis ao nosso desenvolvimento económico e social foram geralmente realizadas de forma que não apenas as desfeia, mas – o que é muito mais grave – destrói as suas potencialidades económicas, implicando simultaneamente baixos índices de produtividade no exercício das actividades que nelas se encontram instaladas.

Já começam, aliás, a aparecer políticos voluntariosos empenhados em patrocinar (à custa dos que trabalham) a implosão de alguns dos mais visíveis (mas não os mais graves ou disparatados) empreendimentos promovidos ou consentidos por seus antecessores. Mas esse voluntarismo, face a agressões predominantemente estéticas, denuncia geralmente uma completa cegueira para as muito mais graves agressões económicas e sociais, e visará ofuscar algum indicador de que também eles vão promover e consentir disparates que os seus sucessores irão igualmente desejar implodir.

O desfasamento entre a complexidade da gestão da vida social actual, e o estágio de evolução cultural das nossas elites, atraídas (por boas ou más razões) para a difícil Arte Política, é tão grande, que se algum dia chegar a ser anulado, todo o país terá de ser implodido «desde o cabo até ao rabo».

2. A paisagem e a produtividade do trabalho humano

Não vou pôr-me, aqui, mais uma vez, a dar exemplos das deseconomias resultantes da incorrecta distribuição das actividades económicas pelo território, e das irracionalidades cometidas na estruturação das nossas paisagens; fi-lo durante as décadas de 60 e 70, em repetidas palestras em Câmaras municipais, escolas e outras instituições. Agora, limitar-me-ei a afirmar – com a tranqui-

lidade que me dá uma vida inteira dedicada ao estudo destas questões – que o nosso desenvolvimento foi um desenvolvimento atabalhado e porco, como o de faminto que não consegue saciar a fome, sem se embodalar a si e a quem dele se aproxime.

Aos responsáveis pela actual rede urbana do País, nem sequer lhes passou pela cabeça que era fundamental que ela atendesse à necessidade de reconversão racional da maior parte das nossas explorações agrícolas e florestais, e que as redes urbana e industrial (muito dependentes da estrutura administrativa do mesmo País (carecida, também ela, de profunda reforma) deviam desenvolver-se coordenadamente com o sector produtivo primário, de modo a promover o indispensável aumento da produtividade conjunta do trabalho nacional, em todos os seus sectores. Porque, tentar hoje competir, em «mercado aberto», com empresas europeias e mundiais instaladas em paisagens mais ricas e melhor ordenadas, continuando nós apoiados num caótico aparelho produtivo, em que a irracionalidade da arrumação espacial das diversas actividades é altamente bloqueadora da produtividade do trabalho e dos investimentos nacionais, é como se um automobilista quisesse competir hoje na «Fórmula 1» montado num automóvel de 1910, com o motor cansado e as engrenagens enferrujadas.

Na verdade, os responsáveis pelo Ordenamento do nosso Território parecem ignorar, ainda, que a produtividade integrada do trabalho nacional depende, em grande medida, na maior parte das actividades económicas e sociais, da adequada e racional arrumação do conjunto de todas essas actividades nas respectivas paisagens. Quando entre nós se fala em produtividade do trabalho, pensa-se quase só na calacice de 15 ou 20% dos trabalhadores portugueses, e esquecem-se as irracionalidades na organização, distribuição espacial e harmonização dos diversos sectores produtivos num território pobre como aquele de que dispomos, onde, de qualquer factor de deseconomia não se pode dizer que contribua «para diminuir a riqueza», mas sim «para aumentar a pobreza».

Muito se tem feito, nos últimos anos, para a protecção de alguns valores pontuais das paisagens, e para a correcção de alguns factores pontuais de degradação ambiental; mas, no que respeita à capacidade de gestão integrada dessas paisagens, tem de se concluir que continuamos hoje, colectivamente, quase ao mesmo nível cultural de que eu parti há 50 anos; com a grande diferença, porém, de que hoje – ao contrário de há 60 anos – as nossas paisagens se encontram irrecuperavelmente desordenadas e degradadas. E, embora haja na Governação um departamento que nominalmente é responsável pelo Ordenamento do Território, pode dizer-se que, se em Portugal há uma Política de Ordenamento do Território, ela estará orientada em sentido diametralmente oposto ao que exige uma sã Economia; visto que, a avaliar pelos resultados, ela mais parece concebida com o propósito deliberado de sabotar a nossa Economia.

Por incapacidade de fundamentação racional de critérios de ordenamento, os seus mentores nem sequer conseguem aperceber-se de que, quando falam de Ordenamento, o seu conceito de Ordem nas Paisagens é, afinal, a expressão de uma verdadeira Desordem. Dessa ignorância resulta a incapacidade de elaborar e aplicar adequados critérios para a sua gestão, e o critério que mais avulta, por detrás desta, parece ser o de satisfazer os caprichos e interesses financeiros dos promotores de investimentos, mesmo que à custa da detruição dos recursos e potencialidades económicas do País, comprometendo gravemente a produtividade do trabalho nacional e, conseqüentemente, a paz social, nos tempos vindouros.

Como na Jurisprudência estatal os «menores» são juridicamente inimputáveis, a menoridade cultural dos gestores das paisagens portuguesas isenta-os de culpas e sanções. Com base no falso

pressuposto de que a quem é dada a competência legal para decidir, concede o Espírito Santo a competência técnica para executar, os cidadãos são obrigados a pagar para se fazerem investimentos ruinosos, a pagar mais tarde para os arrasar, e a voltar a pagar para a experimentação de novas tentativas, que ninguém é capaz de garantir que venham a ser mais bem sucedidas.

3. Os primeiros alarmes, e o desabrochar da arte paisagista

Com este intróito pessimista, perante um público relativamente jovem, e num país onde impera a improvisação, o desenrascanso e a irresponsabilidade de muito discurso político, corro o risco de que seja considerada igualmente gratuita e irresponsável a minha crítica à condução política do processo de evolução das nossas paisagens. Peço, por isso, compreensão para o facto de, ao mesmo tempo que for evocando a evolução que durante o último meio século registou o processo de gestão das nossas paisagens e de defesa de alguns dos seus valores, ir dando também algumas informações sobre a posição dos «galhos» ou «poleiros» em que estive colocado para daí o observar, e dos instrumentos de análise de que me fui munindo para aumentar a minha sensibilidade e acuidade visual na sua observação.

Foi nos bancos escolares do Instituto de Agronomia que, na segunda metade da década de 40 (há 56 anos), sendo eu ainda quase «caloiro», e como militante da «Brigada Agros» (criada pelo então jovem e inquieto agrónomo Miguel Mota, e depois ilustre genetista), comecei a tomar consciência de que a Natureza estava ameaçada de vários perigos, ao ler um minucioso relatório do eng.º silvicultor Francisco Mimoso Flores (publicado em 1939, no Boletim da Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal) sobre a situação mundial dos Movimentos para a Protecção da Natureza, e ao assistir, pouco depois (de 1948/53), a algumas conferências de sensibilização para estes temas, promovidas pela então recém criada Liga para a Protecção da Natureza, de que um dos mais entusiasmados militantes era o meu prof. de Entomologia Agrícola e Florestal, o eng.º silvicultor Carlos Manuel Baeta Neves, grande entusiasta também pelo desenvolvimento que, desde há alguns anos, vinham registando os estudos da Ecologia Animal. (Quanto à Ecologia Vegetal, essa constituía, desde a Antiguidade, o principal suporte científico da Agronomia, arte em que eu queria então iniciar-me).

Pretendendo informar-me sobre tudo que pudesse interessar ao bom desempenho da minha futura actividade de agrónomo, logo aderi à referida Liga para a Protecção da Natureza, fazendo-me sócio dela, para me manter a par das preocupações de quem se mostrava já particularmente atento aos perniciosos efeitos secundários de um progresso tecnológico que começava então a entrar num ritmo mais acelerado.

Nesse tempo, o curso agronómico ainda era – e podia ser – um curso amplamente enciclopédico, entendendo-se então que o agrónomo devia estar preparado para equacionar e procurar soluções para todos os problemas do mundo rural, desde os da higiene individual da vaca leiteira e da mulher do camponês, até aos da poda do pessegueiro e da implantação da justiça social entre o campesinato. O mundo urbano era olhado ainda, por alguns de nós, como uma rede de concentrações, não só de laboriosos artesões e mercadores, mas também de muitos parasitas das comunidades rurais, entre os quais avultavam os agentes do Estado, então quase limitados aos odiados cobradores de impostos, aos mercenários da arbitraria justiça estatal, e aos temidos re-

crutadores de mancebos para a Tropa. Olhando-nos como apóstolos da promoção do bem-estar rural, esqueçamo-nos de que, também nós, aspirávamos a arranjar um lugarzinho no aparelho do Estado, para de lá lutarmos por uma reforma generosa do mundo agrário.

A curiosidade que o currículo escolar me despertou, pela complexidade das relações na paisagem e nas sociedades rurais, levou-me a matricular-me também no Curso de Arquitectura Paisagista que, poucos anos antes (em 1942), começara a ser aí leccionado pelo Prof. Francisco Caldeira Cabral – o qual se viria a revelar como eminente e internacionalmente respeitado professor de Arquitectura Paisagista. Eram então seus assíduos e interessados ouvintes e praticantes: o Manuel Azevedo Coutinho, o Gonçalo Ribeiro Teles, o Edgar Sampaio Fontes, o Fernando Vaz Pinto, o António Facco Viana Barreto, o Álvaro Ponce Dentinho, o Weber de Oliveira, o António Melo Campelo, (todos mais adiantados que eu), e alguns outros que se dispensaram de obter o diploma então concedido a quem revelasse satisfatório aproveitamento naquele Curso.

Foi também nos bancos escolares que, influenciado pelo pensamento holístico do Prof. Caldeira Cabral, comecei a interessar-me pelas questões do desordenamento, gestão e reordenamento das paisagens humanizadas, tema que escolhi para a minha tese de licenciatura apresentada em 1953 (após dois anos de estágios em diversas actividades de carácter agronómico).

Cedo me apercebi de que, no ordenamento das paisagens humanizadas, o critério da preservação da capacidade biogénica da superfície terrestre, e conseqüentemente o da preservação dos patrimónios genético e cultural herdados do passado, era tão fundamental como o da estabilidade das construções na concepção arquitectónica de edifícios. Como dizia em 1956 o Prof. Caldeira Cabral, em conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa (promovida pela Comissão de Protecção à Natureza dessa Sociedade): *«as ideias fundamentais da Arquitectura Paisagista são, afinal, num largo sector, as mesmas de todo o movimento de Protecção à Natureza: o próprio objecto desta é o campo de actividade do Arquitecto Paisagista e, em todo o mundo, as duas acções se encontram estreitamente ligadas»*.

Como arquitecto paisagista alertado para as questões sociais, pelas lições dos cursos de Economia Agrária e Sociologia Rural dos Professores Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas, e pela doutrinação extra-curricular de outros professores, como Mário Azevedo Gomes, a minha preocupação com a Natureza não podia limitar-se à protecção da sua bio- e eco-diversidade, mas tinha de estender-se a todos os valores humanísticos das paisagens, cuja gestão tem de ser feita de modo a assegurar que elas possam continuar, ao longo de gerações sem fim, a proporcionar uma vida plenamente saudável ao maior número possível de seres humanos.

Obtidos os diplomas em Agronomia e Arquitectura Paisagista – que no seu conjunto constituíam então, também, um verdadeiro curso de Ecologia Humana – ingressei na Direcção Geral dos Serviços Agrícolas onde tive a, então rara, oportunidade de, durante 4 anos e no cumprimento da missão que aí me foi atribuída, calcorrear todo o País, na companhia dos veteranos das lides agronómicas em cada uma das 15 regiões agrícolas do Continente, o que me permitiu adquirir, ainda jovem, uma visão global das potencialidades, estrangulamentos e problemas da diversificada e complexa Corografia Agrária Portuguesa e, também, do estado das suas redes urbana e de infra-estruturas regionais. É com grande saudade que, passados quase 50 anos, recordo uma pleiade de algumas dezenas de velhos agrónomos disseminados então pelo País, e hoje todos desaparecidos, a quem fiquei a dever uma iniciação ímpar na análise dos problemas sociais e económicos da nossa multifacetada Sociedade Rural.

4. Aprofundamento da perspectiva ruralista das paisagens, e mudança de «galho»

A minha primeira grande frustração profissional aconteceu-me, logo em 1957, quando o saudoso Prof. Eugénio Castro Caldas, incumbido pelo Governo de coordenar uma equipa técnica que, no âmbito do I Plano de Fomento, elaborasse um Plano de Fomento Agrário para o Alentejo, me desafiou para acompanhar os estudos da sua equipa, e tentar introduzir nela a preocupação integradora (a visão holística, como hoje se diz) do arquitecto paisagista. Já então se questionava a viabilidade económica do empreendimento do Alqueva.

O Planeamento Económico dava nessa altura os primeiros passos entre nós; mas, como políticos e técnicos estavam sensibilizados apenas pelas carências mais gritantes do nosso aparelho produtivo, esse planeamento limitava-se a uma programação de investimentos, com o fim de atingir determinados objectivos sectoriais, de produção de bens de consumo e prestação de serviços. No entanto ele determinou, para o sector agrário, um reconhecimento científico do País, sem o qual seria impossível iniciar, anos depois, um planeamento mais ambicioso e tecnicamente fundamentado, de gestão global das nossas paisagens.

Providencialmente, na Biblioteca da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas (por obra de não sei quem), fui deparar com um apreciável lote de recentes obras inglesas sobre Análises e Estudos de Paisagens, Geografia Agrária, Planeamento Regional, Urbanismo, Administração Local e outras matérias, que os ingleses tinham aprofundado durante a Guerra (com vistas a garantir, quanto possível, o auto-aprovisionamento de bens essenciais e preparar a resistência civil a uma eventual invasão do seu país pelo exército alemão); estudos esses que tinham prosseguido no imediato pós-guerra, com vista à reconstrução das suas paisagens e da rede urbana duramente atingida pelos bombardeamentos.

Ao digerir essa literatura, em que avultava uma visão integradora de todos os sectores vitais para a sociedade britânica, fui-me apercebendo da imensidão e complexidade dos problemas levantados pela racionalização de paisagens, que se tinham desenvolvido desordenada ou anarquicamente – como as nossas – em economias fechadas de auto aprovisionamento, ou em economias de mercado, baseadas no aproveitamento de uma mão de obra excedentária e que lutava apenas e desesperadamente pela sua sobrevivência. E começou a avultar no meu espírito o papel fulcral que, num processo de racionalização das paisagens, desempenha a organização da Administração Pública em seus diversos escalões – como agente nuclear que era de quase todo o desenvolvimento urbano e da sua morfologia.

À medida que mais me ia embrenhando e enredando na análise destas questões, mais a busca de soluções para elas se complicava, porque as situações anómalas que haveria que corrigir no Alentejo eram o resultado de equilíbrios ecológicos e sociais arduamente criados, e a correcção daquelas anomalias tinha de ser conseguida através da lenta e prudente alteração desses equilíbrios. Aplicada ao reordenamento das paisagens, a Arquitectura Paisagista começava a aparecer-me extremamente interdependente da Economia Política e, logo, comecei a aperceber-me de que, se estas duas perspectivas de abordagem dos problemas económicos e sociais não estivessem ao serviço de uma esclarecida vontade (política) de correcção das anomalias económicas e sociais, tais abordagens não passariam de inconsequentes jogos lúdicos, embora muito instrutivos para quem neles participava. Além disso, fui constatando, também, que não era no âmbito tradicional

da acção do Ministério da Agricultura que se situavam os bloqueamentos mais graves ao desenvolvimento do nosso mundo Rural, e que este implicava uma intervenção concertada de todos os sectores da Governação, coerente com um objectivo político de carácter social previamente definido. A Administração Pública estava ainda, porém, demasiado influenciada pela tradição da Monarquia Absolutista, em que era difícil dizer se era o Poder que estava ao serviço do Povo, ou o Povinho ao serviço do Poder. Os vários Ministérios continuavam a funcionar como diversas colónias ou associações de parasitas em busca do respectivo nicho ecológico, sem que o Primeiro-Ministro conseguisse pôr as suas equipas governativas a funcionarem como os músicos de uma orquestra quando sobem ao palco para produzirem uma determinada peça sinfónica. (Esta pecha ainda hoje se mantém, por evidente insuficiência dos chefes de orquestra).

Tomando também consciência da minha incapacidade para levar a bom termo a responsabilidade que, quase em início de carreira, era convidado a assumir, e vendo-me incapaz de levar aos meus colegas (mais experimentados) uma mais valia que justificasse o vencimento que me era pago, desertei da tarefa ao fim de cinco ou seis meses de laboriosa busca de um nicho ecológico para a minha inserção, como arquitecto paisagista, na equipa envolvida no Plano de Fomento Agrário do Alentejo. E troquei, na Administração Pública, o complexo sector da Agricultura pelo das Obras Públicas, sector em que, no nosso país, qualquer regedor de freguesia raiana pode fazer figuração de Grande Ministro e Grande Político, desde que lhe dêem uma boa fatia do Orçamento do Estado para ele empanturrar de betão uma população analfabeta que, já então, começava a só ver progresso onde crescesse o betão, alastrasse o cascalho (ainda mal se usava o asfalto), e se sentisse o espalhafato de qualquer propaganda, ainda que bacoca. Não é por acaso que, neste País, os Ministros das Obras Públicas são sistematicamente considerados os mais «competentes», e geralmente os mais populares.

5. Exploração da perspectiva urbana na compreensão sociológica das paisagens

Ingressei, então (1957), na Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – cujos principais interlocutores eram as Câmaras Municipais (e não os agricultores) – e aí fui encontrar o posicionamento que, com a experiência anterior, me permitiu analisar, com mais proximidade, as inter-relações e interdependências económicas, sociais e ambientais entre o sector rural e o sector urbano das paisagens humanizadas. E fiquei, então, melhor situado para observar que os progressos tecnológicos e a evolução económica e social estavam a tornar, inevitavelmente, inseparáveis e interdependentes o planeamento do sector urbano e o do sector rural, e que estes tinham de passar a ser vistos numa perspectiva de gestão global das modernas paisagens humanizadas, não sendo compreensível que políticas de desenvolvimento rural e urbano continuassem a ser programadas em separado, por quem dava mostras de saber pouco de uma e nada da outra.

Era isso o que acontecia com os planos gerais de Urbanização que, instituídos em 1943, eram ainda, 30 anos depois, os únicos instrumentos legais de gestão planeada de parcelas avulsas do território, continuando então a ser encarados como simples exercícios de desenho urbano, elaborados geralmente por profissionais sem um mínimo de mestria e mal iniciados na arte ur-

banística, alheados de preocupações tão básicas como a qualidade futura do ambiente urbano (incapazes de acautelarem), ou as relações da rede urbana com a área económica e social por ela polarizada. Desenhavam-se cidades e vilas, com a mesma inconsciência com que, em nossos dias, se desenharam jardins para a Sociedade do Porto 2001: como nas creches infantis as criancinhas pintam em painéis de cartão as casinhas dos seus sonhos.

Para quem estivesse preocupado com a evolução global das paisagens humanizadas, e não apenas com a visão restrita de algum dos sistemas ou elementos seus constituintes, considerados isoladamente uns dos outros (fossem estradas, redes de electrificação, ou de abastecimento de água e saneamento, equipamentos sociais, etc.), a gestão de paisagens não podia limitar-se, como num serviço de bombeiros, a acudir a situações pontuais ou sectoriais, como o da sanidade da água e do ar, ou o da produção alimentar, ou o da fluidez da circulação de pessoas e mercadorias, ou o da preservação do pitoresco da paisagem e dos seus monumentos; ela tinha de estar atenta a tudo aquilo que pudesse contribuir para aumentar ou diminuir a capacidade de suporte de vidas humanas de cada paisagem, e para tornar essas vidas mais seguras e mais sãs, mais alegres e gratificantes, tanto no presente como no futuro (próximo e remoto).

A gestão das paisagens tem de ser feita segundo critérios e estratégias ditados por objectivos a atingir a longo prazo, sem descurar objectivos de curto e de médio prazo, mas subordinando estes àqueles.

Tendo ingressado como arquitecto paisagista na DGSU, acabei por me sentir embrenhado num dos sectores da Administração Pública com mais responsabilidades no processo de degradação das nossas paisagens, processo esse que começava a acelerar, precisamente, a partir da data do meu ingresso nela. A DGSU fora criada 13 anos antes, em 1944, para apoiar a Governação na execução de uma política de melhoramentos urbanos e rurais, e para promover e orientar a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes concelhias e de alguns outros centros urbanos. Competia-lhe apoiar tecnicamente os investimentos na execução de estradas municipais e vicinais, abastecimentos de águas, obras de saneamento, cemitérios, e diversos equipamentos tanto em meio rural como urbano.

Quando nela ingressei em 1957, o que se me pedia, tal como ao meu colega Viana Barreto, contratado poucos anos antes, era apenas apoio na apreciação de projectos de espaços verdes urbanos. Creio, porém, que o ingresso na DGSU, até final da década de 60, de outros 2 arquitectos paisagistas (dos primeiros formados em Portugal), terá contribuído para sensibilizar alguns quadros técnicos dessa DG para as questões da paisagem, e para acelerar a evolução que o Planeamento Urbanístico foi assumindo até 1980, começando a revelar-se (pelo menos no papel) uma preocupação crescente desse departamento do MOP com as questões da integração paisagística dos empreendimentos públicos e privados e com a preservação do património natural. Já em 1967, o Director Geral de Urbanização (eng.º civil M. Macedo Santos), em proposta de reorganização da sua Direcção Geral, assinalava a «insuficiência do Serviço de Arquitectura Paisagista, indispensável colaborador do Serviço de Estudos de Urbanização, para que a ocupação territorial não lese ou inutilize quer a paisagem quer as áreas mais aptas à exploração agrícola».

Quando falo do nosso «património natural» refiro-me, obviamente, aos recursos minerais, hídricos e energéticos – nos quais incluo os pedológicos e biológicos que, conforme o tipo de solo e clima local, permitem constituir ecossistemas com diferente capacidade de fixação da energia solar sob a forma dos compostos químicos de que depende a sobrevivência das comunidades hu-

manas. Desse património paisagístico fazem parte, também, diversas potencialidades económicas resultantes quer do modo como aqueles recursos se combinam e apresentam nas paisagens, quer das mais valias que o esforço humanizador de sucessivas gerações e culturas nelas imprimiu.

A primeira oportunidade de aplicação concreta das minhas preocupações com a gestão das nossas paisagens surgiu-me em 1960 – a propósito de um esboço de ante-plano de urbanização do Noroeste Português, apresentado pelo Prof. Antão de Almeida Garret – e consistiu na apresentação à minha Direcção Geral (de Urbanização) de uma proposta de preservação de uma cintura rural ou green belt, à volta da cidade do Porto, que, nucleada pelos rios Leça e Tinto e seus afluentes, acautelasse a preservação de algumas penetrações rurais para dentro da periferia da cidade.

Esta ideia – resultante da observação da expansão descontrolada que, desde a guerra de 1939/1945, vinha registando a cidade de Lisboa (e que, embora de modo mais disperso, começava também a manifestar-se à volta do Porto) – escudava-se no conhecimento de medidas idênticas, que estavam a ser tomadas no Reino Unido (e noutros países), para corrigir situações mais gravosas aí criadas antes da Guerra. Ela foi perfilhada, em 1963, pela Comissão de apreciação do Plano Director da Cidade do Porto, elaborado por Robert Auzele. Sê-lo-ia, também, alguns anos depois, pela Comissão de Apreciação do Antepiano Geral de Urbanização do Concelho de Matosinhos, elaborado pelo arq.º Arménio Losa.

Mas, embora os reparos feitos ao Plano do Porto – que, nos aspectos formais, incluíam o impedimento de construções ao longo das margens dos ribeiros que atravessavam a cidade em direcção ao Douro, e a protecção das suas principais quintas, integrando-as quanto possível em penetrações da paisagem rural (critério que o plano não acautelava) – embora esses reparos tenham sido aprovados pelo Governo, a C.M. nunca promoveu a introdução, na Planta Geral do Plano ou no seu Regulamento, dos ajustamentos que validariam o Plano, e foi fazendo a gestão corrente da cidade, respeitando ou não as propostas do Plano ou do Despacho Ministerial, conforme os critérios variáveis de quem, sem uma estratégia global de longo prazo, casuisticamente informava ou casuisticamente decidia.

O que se passou, com o plano da cidade do Porto, repetiu-se com os de outras cidades e vilas para cujas envolvências eu ia fazendo estudos de zonagem paisagística, sempre que era solicitado a intervir nos respectivos estudos de expansão urbana.

Relativamente à protecção do património genético, a que serão mais sensíveis os que aqui me escutam, recordo-me da aliança de esforços que, naquele mesmo ano de 1963, e a propósito de um Plano Regulador (da urbanização) da Faixa Costeira a Norte de Leça da Palmeira (confiado ao Eng.º Miguel Resende), estabeleci com o Prof. Joaquim Santos Júnior, para acautelar a sua querida reserva ornitológica do Mindelo (que, com a colaboração dos proprietários e da DG dos Serviços Florestais, ele conseguira que fosse instituída em 1957); com o Prof. Arnaldo Roseira, para proteger algumas estações de *Salix Repens* e *Arméria marítima*, entre a Boa Nova e o Cabo do Mundo; com o malgrado naturalista Carlosé Grila, para a protecção do estuário do Ave e de uma zona de dunas a sul deste e a Norte da Póvoa, onde ele assinalara algumas espécies raras.

Conseguiu-se efectivamente que, graças à compreensão de alguns directores distritais de Urbanização, a DGSU fosse assumindo perante as administrações municipais alguma atitude pedagógica de sensibilização para a protecção dos valores da paisagem. A renovação de dirigentes políticos e de quadros técnicos, sem transferência de preocupações e saberes dos que saíam aos que

entram, não comprometia, como hoje, o aperfeiçoamento contínuo da eficácia das Administrações municipais; mas acontecia que mais de metade dos municípios portugueses não dispunham, ainda em 1967, de outro apoio e orientação técnicos que não fossem os que lhes proporcionava o pessoal da Direcção de Urbanização do respectivo distrito.

6. De 1965 a 1970: Perspectiva de uma gestão das paisagens apoiada em planeamento regional

Em 1965, alertado por literatura inglesa da especialidade, e depois de algum empenhamento numa experiência de desenvolvimento comunitário, patrocinada pelos Serviços Agrícolas Regionais, numa zona montanhosa do Minho, uma Bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, permitiu-me ir observar, durante quatro meses, o que estava a ser feito na Grã-Bretanha, em matéria de Planeamento Regional e Gestão das Paisagens (tanto a nível da acção política, como ao nível do estudo e do ensino dessas matérias). Pude documentar-me, simultaneamente, sobre os currículos escolares de todos os cursos de Planeamento Regional, Urbanismo e Arquitectura Paisagista então ministrados nesse país, e visitar os seus mais prestigiados gabinetes de Planeamento Regional, para me informar do modo como estava a ser feita a gestão das respectivas paisagens e, em particular, a dos parques nacionais (que também visitei, todos), onde aquela gestão era mais meticulosa. Aproveitei, ainda, para visitar um conjunto de grandes empreendimentos que tinham sido objecto de especiais cuidados de integração paisagística, designadamente refinarias de petróleo, centrais nucleares, grandes indústrias cimenteiras, aproveitamentos hidráulicos, auto-estradas, redes de distribuição de electricidade e localização de novas cidades. (Tinha-se discutido pouco antes, entre nós, a localização da Refinaria da Sacor em Leça da Palmeira). Pude também documentar-me sobre os já inúmeros e diversificados movimentos populares organizados com vista à defesa do património natural e cultural no Reino Unido, e sobre a sua profícua acção.

Regressando a Portugal, com a minha consciência ecológica reforçada pelo conhecimento directo da avançada experiência britânica, deparou-se-me uma segunda oportunidade para introduzir critérios ecologicamente fundamentados em planos de gestão das paisagens, a quando da apreciação do Ante Plano Geral de Urbanização do Concelho de Matosinhos, na qual tive ocasião de justificar algumas das minhas propostas, com informações graciosamente fornecidas por respeitados professores da Faculdade de Ciências do Porto, como os que já referi e ainda Rezende Pinto e Amílcar Mateus..., de quem era de crer que conheceriam ecossistemas e ecótopos cujo interesse podia escapar-me, e cujas opiniões gozavam de mais credibilidade e aceitação que as minhas, frequentemente vistas como preocupações de um poeta da paisagem, apesar do meu obsessivo esforço para demonstrar que elas tinham a ver exclusivamente com os vazios no estômago, e que as vibrações líricas (que eu também aprecio) só as queria vindas por acréscimo e como prémio, para serem gozadas por todos com o estômago acalmado.

Data dessa altura (meados da década de 60) a elaboração de uma lista de estações de interesse botânico, zoológico e geológico do Norte País, a que se seguiu em 1970 a publicação da proposta de Reservas Biológicas, pelo Prof. Santos Júnior, na revista de Ornitologia «Cyanopica», e a divulgação de uma Lista de 59 locais de interesse botânico, fornecida em 1971 pela Estação

Agronómica Nacional, a qual integraria uma «Lista Provisória de 79 Locais com Interesse para a Protecção da Natureza em Portugal», efectuada em 1973 pela Liga para a Protecção da Natureza, a pedido da Direcção de Serviços de Planeamento Urbanístico e por diligência do meu colega António Facco Viana Barreto.

O gestor das paisagens sente não só a necessidade de conhecer esse património para velar pela sua protecção, mas também a necessidade de saber como preservá-lo, o que implica conhecer-lhe os condicionamentos ecológicos, e saber como preservar a ecodiversidade que comanda o desenvolvimento e sustentação da biodiversidade.

A perspectiva ecológica do gestor de paisagens tem de ser, porém, a da Ecologia Humana (na sua mais abrangente amplitude, e na qual se inclui a ecologia dos sistemas de produção agrícola, florestal, pecuária, haliêutica, industrial, de prestação de serviços, de circulação de pessoas e mercadorias, etc.).

Embora a Ecologia Humana só se tenha desenvolvido (sob esta designação, e como ramo autónomo de investigação e conhecimento sistematizados) a partir do início da década de 70, havia contudo já um amplo conjunto de saberes situados nesse domínio, que se tinham vindo a desenvolver por exigência das próprias actividades agronómicas e que, entre nós, eram tratados e estudados na perspectiva da chamada Geografia Humana e da Agricultura Comparada, complementadas com alguma análise interpretativa da diversidade dos sistemas agrários e das paisagens agrícolas tradicionais. Aliás, tanto a Agronomia como a Arquitectura Paisagista são artes basicamente enquadradas e condicionadas, desde a sua origem, por conhecimentos da Ecologia Humana.

Esta Ciência tem de ser, também, o principal e indispensável suporte de uma arte Política responsável, designadamente na definição de estratégias de gestão das paisagens ao serviço de uma sã Economia Social. E nela se considera, necessariamente, a importância que para o Homem tem, ou pode ter, a preservação de todo o património genético elaborado e conservado pela Natureza, ao longo de muitos milhões de anos. Quando se interessa pela conservação de uma erva ou de um minúsculo crustáceo, o gestor de paisagens não o fará, porém, por amor a essas espécies – que até pode nunca ter visto – mas, fundamentalmente, porque a sua indispensável formação biotecnológica lhe dá a compreensão de como a preservação de tal património pode ser importante para o futuro da Humanidade, e de como seria estultícia e irresponsabilidade encarar de ânimo leve o seu desaparecimento.

A introdução desta perspectiva ecológica, na apreciação do tal Ante-Plano Geral de Urbanização do concelho de Matosinhos, conduziu a um parecer (que foi aprovado) e que fazia depender a aprovação desse Plano da introdução de algumas alterações, que visavam corrigir-lhe determinadas deficiências, devidas a inexperiência ou insensibilidade dos planeadores para aspectos que, vistos naquela perspectiva, eram particularmente importantes. Mas, apesar de ter sido aprovado pelo Governo e de ser documentado com planta em escala 1/25000, em que eram formalizadas essas alterações, e apesar da simplicidade do processo de redesenho da planta de apresentação do Plano e de algumas poucas correcções e adições ao texto, tais correcções nunca foram feitas, e a aprovação do Plano ficou indefinidamente à espera da apresentação de uma sua versão final que as incluísse.

A gestão do território concelhio continuou, por isso, a decorrer segundo critérios de grande ingenuidade técnica e artística, porque os técnicos envolvidos no processo não tinham, e suponho que

continuam a não ter, formação propedêutica que lhes permita adquirir a sensibilidade necessária à formulação racional de critérios de gestão das paisagens e à luta pela sua aplicação, face à pressão de interesses especulativos ofensivos do interesse colectivo regional e nacional. Tais critérios têm de ser baseados numa estratégia que aponte para objectivos previamente bem fundamentados e definidos, e no conhecimento do funcionamento global dos múltiplos sistemas produtivos que integram cada paisagem, conhecimentos esses que, não tendo que ser excessivamente aprofundados, têm de ser porém exaustivamente amplos e compreensivos.

A ingenuidade da nossa cultura ecológica e paisagística faz, ainda hoje, com que muitos responsáveis políticos não estejam sensibilizados para os riscos da expansão urbana e industrial descontrolada, não havendo regedor nem administrador municipal que não deseje ver os campos e matas da sua terra salpicados de casas, as suas estradas debruadas por vivendas e blocos residenciais ou fabris, e os seus rios a defecarem esgotos industriais e urbanos para o mar. Qualquer condicionamento que se proponha para a localização de uma indústria ou de uma casa – com sugestão de outra localização, ou ajustamento de implantação, em obediência a estratégia preventiva de desordenamento e dispersão – continua a ser visto, frequentemente, pelo cidadão comum e pelo autarca possuidor de uma visão primária do interesse colectivo, como um despropositado e irresponsável obstáculo ao desenvolvimento da terriola e à «generosidade social» do investidor.

Foi com essa mentalidade dos seus autarcas que quase todo o litoral do País – onde se concentrava a maior parte dos nossos recursos económicos – começou a ser submergido na década de 1960 por um crescimento urbano desequilibrado, canceroso, e mortífero para a maioria daqueles recursos.

Quando a especulação imobiliária caiu em cheio sobre o litoral, ela não só deparou com municípios destituídos, na sua maioria, de qualquer apetrechamento técnico e cultural – pois, como já disse, em 1967 (e mesmo em 1980), mais de metade deles não dispunham de outro apoio técnico, além do que lhes era dado pela Direcção de Urbanização do respectivo Distrito – como deparou, também, com uma total ausência de legislação adequada à protecção daqueles recursos, e de sensibilização do poder legislativo para a necessidade da sua elaboração.

Que eu saiba, apenas o concelho de Loures possuía um pioneiro estudo e Plano de Ordenamento Paisagístico – elaborado em 1958 pelos arquitectos paisagistas Ribeiro Teles, Edgar Fontes e A. Campelo – precedendo uma Lei do ano seguinte que estabeleceu as bases de elaboração de um Plano Director para o Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa, e um decreto que promoveu a elaboração do Plano Geral de Saneamento da Costa do Sol.

(Por isso, uma atrás doutra, várias das estações ecológicas, atrás referidas, viriam a ser destruídas por empreendimentos clandestinos ou pseudo-clandestinos, sem qualquer contemplação pelo seu eventual interesse social, nem tentativa de conciliação de diversos interesses).

Até à década de 1970, parecia não haver em Portugal ninguém alertado para as nefastas consequências económicas e sociais do desordenamento espacial das actividades económicas, resultante da inexistência de critérios que presidissem à sua distribuição e organização, ou da irracionalidade dos critérios adptados. Alguma voz, que se levantava aqui ou ali, a chamar a atenção para a catástrofe que se estava gerando, era como pio de “choupilo”¹⁰ que, na berma de uma via

¹⁰ Falas regionais (Minho): choupilo 1 [= chapoilo = tsapoilo] = sapoilo (sapo pequeno, vagaroso) = sapillo (espanhol) = sapiño

rápida, clamasse aos automobilistas para que o deixassem ir ao encontro da “fémia”¹¹ postada na outra berma.

Só em 1970, ou seja, 31 anos depois da publicação do relatório do eng^o Mimoso Flores, e 21 anos depois da criação da Liga para a Protecção da Natureza, foi que, com a publicação da Lei n^o 9/70 e com a criação no ano seguinte da Comissão Nacional do Ambiente, o sector da população mais atento a algumas destas questões conseguiu encontrar o primeiro eco, embora ténue, no poder legislativo de então. Porém, nos sectores da Administração Pública mais responsáveis pela ocupação e gestão do território, a incompreensão geral continuou, reflectindo uma generalizada incultura ecológica.

Recordo-me do insucesso da minha argumentação, ao tentar convencer (em 1973 se não estou em erro) um qualificado quadro da Administração Central de que a localização de um parque industrial, na rica mancha agrícola de Celeirós, era um crime gratuito contra o desenvolvimento ordenado daquelas paisagens dos arredores de Braga, havendo várias localizações alternativas muito menos danosas e mais convenientes, para um desenvolvimento equilibrado da Região. Tal como também se não conseguira evitar, anos antes (na década de 60), a localização da refinaria da Sacor imediatamente a Norte de Leça da Palmeira, apesar dos riscos que tal localização implicava, ... como o mostraria, pouco depois, um trágico incêndio numa refinaria francesa também situada em periferia urbana.

Na gestão das paisagens, os maiores conflitos de interesses surgiam, e surgem, na harmonização das redes urbanas e de infraestruturas regionais com os outros sistemas produtivos, dependentes de recursos naturais distribuídos heterogeneamente pelo território. Mas a concepção daquelas redes é geralmente confiada, entre nós, a profissionais com um perfil científico e tecnológico que, sendo o mais indicado para a elaboração do seu «projecto da execução», de modo algum se aproxima, porém, do exigido pelo «planeamento da sua concepção» em harmonia com o território por elas polarizado e servido.

Essa atitude dos responsáveis políticos resulta de se confundir a competência para a concepção global de «sistemas produtivos», com a capacidade técnica para a sua implementação (ou a Arquitectura dos Sistemas com a Engenharia requerida pela sua execução); e, também, da generalizada confusão da Economia Social, com uma «Economia Doméstica» ou «Empresarial» que não vai além da mera «contabilidade comercial» dos sectores económicos. Dessa confusão resulta a incapacidade para despistar e mobilizar, no escasso Mercado Intelectual Português, as competências exigidas pela abordagem adequada dos complexos problemas económico-sociais que a conquista do bem-estar para as comunidades locais levanta no tempo presente.

Parece não se ter percebido, ainda hoje, que Economia Social e Política Económica, que não estejam alicerçadas num adequado conhecimento da «Ecologia» das comunidades humanas, não

(galego); existe também choupilo 2 [=Crassulaceae, *Umbilicus*, *Umbilicus rupestris* (Salisb.) Dandy in Ridd] = conchelo, couxilgo, copila = couchelo, cousello, copilo (galego); Cfr. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates, 2003; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, 3^a ed., 1997; *Diccionario da Real Academia Galega*, A Coruña: RAG, 1997; *Diccionario de la Lengua Española*, 22^a ed., Madrid: ERA, 2001; *Flora Ibérica*, Vol 5, 2^a reimpressão, Madrid: Real Jardín Botánico CSIC, 2003, 376 p [www.floraiberica.org]

¹¹ Pronúncia regional (Minho) de “fêmea” (lat. *femina*) = femia (galego) = fémia [crioulo de Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe] ≠ fema [asturiano]; Cfr. *Dicionário de Galego*, Vigo: Ed. Ir Indo [www.digalego.com]; *Dicionário de Crioulo da Ilha de Santiago (Cabo Verde)*, Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2002, p. 184 [http://books.google.pt]; *Diccionario General de la Lengua Asturiana* [http://mas.lne.es/diccionario/intro.php].

merecem um mínimo de credibilidade, pois, actuando como quem atira a um alvo escondido atrás de um taipal, só por milagre lhe acertam; além de acarretarem, quase sistematicamente, atrás de si, enormes custos sociais para a comunidade nacional. Como poderá, logicamente, ser credível uma Economia (formulação das boas regras de gestão de uma «casa») que se baseie numa ostensiva ignorância da respectiva Ecologia – ou conhecimento dessa casa e do funcionamento dos múltiplos sistemas que a integram – «casa» essa que, no caso da Economia Social, é a paisagem humanizada?

Pelo que diz respeito à concepção geral da rede urbana de um território (não me refiro, portanto, à anatomia e fisiologia de cada aglomerado urbano), ela exige uma capacidade artística que, integrando-se na arte da Economia Social, deve ter por isso a sua principal fundamentação científica na Ecologia Humana e, só muito subsidiariamente, requer algum elementar apoio da «arquitectura» urbanística. Por isso, ela jamais poderá ser responsabilmente exercida por quem não possua qualquer habilitação naquelas artes e, sobretudo, se não possui a formação propedéutica que lhe permita auto-didaticamente improvisá-la, no confronto duradouro com os problemas reais. Embora com amplas faixas comuns de sobreposição, as formações e habilitações exigidas ao planeador regional e ao urbanista são tão distintas entre si, como o têm de ser também as exigidas ao urbanista em relação às do arquitecto.

7. De 1970 a 1974: A preparação do IV Plano de Fomento, e as perspectivas de coordenação entre planeamento urbanístico e planeamento económico

A percepção da necessidade de acelerar a evolução do aparelho do Estado, com vista ao desempenho das suas responsabilidades na difícil gestão da ocupação do território, parecia encaminhar-se, em 1970, para um nível que prenunciava um importante salto qualitativo, a curto prazo.

O III Plano de Fomento (1968-73) introduziu, em Portugal, a óptica do planeamento à escala regional e fez surgir, em 1969, as Comissões Regionais de Planeamento que iam desenvolver importante papel na condução, a partir de 1972, dos estudos e trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento, desenvolvidos nos Gabinetes de Planeamento dos vários Ministérios, sob coordenação da Direcção de Serviços de Planeamento (do Secretariado Técnico da Presidência do Concelho), e acompanhados regionalmente por grupos de trabalho e de estudo coordenados pelas Comissões Regionais de Planeamento. Foram estes numerosos grupos de trabalho que proporcionaram uma visão multifacetada das questões do Desenvolvimento Regional, e permitiram à Governação avaliar melhor as previsíveis consequências dos latentes desequilíbrios de desenvolvimento entre as várias regiões, e prevenir-se atempadamente com as adequadas medidas correctivas.

Pela primeira vez se incluíram então, explicitamente, nos objectivos de um Plano de Fomento, três objectivos que eram balizas fundamentais para uma gestão correcta do território e das suas paisagens:

- a) a defesa do ambiente;
- b) a correcção de desequilíbrios regionais de desenvolvimento;
- c) a salvaguarda das condições de vida das gerações futuras.

Assim os planeadores soubessem encontrar as vias conducentes a esses ambiciosos objectivos.

O facto de, nos numerosos grupos de trabalho envolvidos na preparação e discussão do IV Plano de Fomento, estarem incluídos representantes dos mais diversos sectores estava a revelar, também, os pontos de conflito entre as diversas actividades e a necessidade de adaptar a Administração Pública à prevenção de incompatibilidades e conflitos, e ao incremento da produtividade social dos seus agentes.

Tive a oportunidade de, desde 1973 a 1975, trabalhar simultaneamente na DGSU e no Gabinete Técnico da CPRN e de, neste, desenvolver estudos para a concepção de uma rede urbana hierarquizada de centros de equipamentos rurais e de prestação de serviços que, com economia de recursos na sua instalação e posterior manutenção, garantisse condições de permanência de uma cobertura demográfica do território da Região Norte, onde houvesse recursos ou interesses que justificassem a sua permanência. Essa rede foi discutida com todas as Câmaras Municipais da Região, já depois da Revolução de 1974, levantando-se dúvidas, apenas, quanto à localização escolhida para 2 ou 3 centros, num total de 163.

Acontecia, também, que o Ministério das Obras Públicas tomara, pela mesma altura (1972-73), a iniciativa de promover a elaboração de três ousados planos de disciplina urbanística, para as três zonas mais problemáticas do País: Lisboa, Porto e Algarve – no seguimento da criação, em 1971, do Gabinete para o Plano de Desenvolvimento da Área de Sines. A ambição de cada um desses Planos ia depender, naturalmente, da amplitude e profundidade de visão que os respectivos mentores e colaboradores tivessem dos problemas existentes na região que iam trabalhar, e da capacidade para os enfrentar com mais ou menos sabedoria e competência.

A necessidade de elaboração desses «planos regionais de urbanização» (como foram designados) veio revelar, naturalmente, a inexistência entre nós de «mestres de planeamento», com uma compreensão holística dos problemas que tal planeamento exigia; mas, o prosseguimento deles, sob a supervisão de especialistas estrangeiros (já com alguma experiência nesse tipo de planeamento), ao evidenciar tal incompetência (nomeadamente na consideração das exigências dos vários domínios do sector primário), estava a mobilizar uma contribuição mais empenhada dos Ministérios responsáveis pelo apoio às diversas políticas sectoriais – como as de exploração dos recursos naturais, de criação de infra-estruturas, de condicionamento de novas indústrias, de criação de novos serviços, ... – de modo a corresponderem às exigências de um planeamento que visava uma gestão mais criteriosa do território, de acordo com objectivos de eficácia económica ... e social.

Por esta altura, Viana Barreto, Ponce Dentinho e Albano Castelo Branco desenvolviam, para o Algarve, estudos pioneiros de Reconhecimento Paisagístico, destinados a fundamentar um Plano de Ordenamento Paisagístico para essa província, e suponho que todos os outros três Planos tiveram também o concurso, menos ou mais comprometido, de algum dos 18 diplomados em arquitectura paisagista que o ISA produzira até 1970.

Foi-me então dada, também, a oportunidade de acompanhar, por dentro, os trabalhos para a elaboração do Plano da Região do Porto (18 municípios) e, mau grado a geral incompreensão dos técnicos nacionais mais distanciados da problemática paisagística, tive a satisfação de ver a minha perspectiva ecológica da qualidade das paisagens, e a preocupação com a gestão previdente dos seus recursos e potencialidades, plenamente compreendidas pela equipa da Universidade de Edimburgo que supervisionava a elaboração do Plano e que dispunha dos saberes e da experiência

que faltavam à generalidade dos nossos técnicos, vindos quase todos dos sectores do projecto de estruturas inertes, e completamente alheados de preocupações ecológicas e económicas (na perspectiva da tal Economia Social global, que não da mera «contabilidade comercial» de cada aparelho produtivo).

Estes planos, que não podiam desconhecer as necessidades de racionalização das actividades do sector primário, nem as implicações espaciais e paisagísticas dessa reconversão, tinham de funcionar como autênticos planos directores da gestão das paisagens, e era nesse sentido que os paisagistas da DGSU – envolvidos na aplicação de medidas cautelares de gestão nas áreas em estudo – se esforçavam por encaminhar o planeamento patrocinado por esta Direcção Geral, inspirados em boa parte pelo que já então se vinha fazendo na Holanda e, na Grã-Bretanha, com os «Development Plans» de alguns condados e de alguns parques naturais.

Havia já a percepção de que o ordenamento das actividades económicas, numa paisagem, não pode ser comparado ao ordenamento urbanístico. Enquanto este, de certo modo, é comparável ao de um exército de tropas em parada... ou em desfile por uma avenida, diante de uma tribuna; aquele tem de ser visto como um ordenamento de tropas durante o decurso de uma guerra conduzida em múltiplas frentes, em que, continuamente, se sucedem novas e inesperadas batalhas.

O Planeamento, em curso na Região do Porto, ia apontando já para estratégias de gestão que implicavam o envolvimento de todos os sectores da Administração, com vista a conseguir-se (através do controle dos investimentos públicos, criadores de novos empregos e fomentadores de um reagrupamento populacional orientado) evitar a convergência massiva de populações do interior para o litoral, propondo também tectos demográficos para os núcleos urbanos já existentes na Região e para os novos que o Plano previa.

O contacto com as duas frentes do Planeamento Nacional (o Programático e o Territorial) fez nascer em mim a esperança de que finalmente iria ser possível, através da confrontação dos quadros superiores do STPC com os do MOP, fazer sentir, ao nível dos preparadores das decisões políticas, que o êxito social das políticas económicas não depende, apenas, da criteriosa distribuição dos investimentos por sectores prioritários; a produtividade global e social de muitos desses investimentos depende, também, da forma como as várias actividades se distribuem e articulam entre si no território: orientando-se para a optimização da produtividade integrada do seu conjunto, ou atropelando-se e conflituando umas com as outras.

Esperava, então, que a concepção das novas redes de infra-estruturas regionais – que era urgente criar ou reformar – fosse posta ao serviço da reconstrução de uma paisagem que promovesse o aproveitamento racional dos recursos e potencialidades económicas do território de cada região, e da produtividade social do trabalho das suas gentes, nos sectores primário, secundário e terciário.

Nessa altura, ainda, as exigências feitas pela população ao sector público não eram comparáveis às actuais; mas, já os estudos em curso mostravam a irracionalidade da nossa Administração Pública, a inadequação da divisão administrativa às exigências do crescimento do sector público, e a necessidade, imperiosa, de acautelar a sua produtividade futura, devido à escassez de recursos do País e às exigências crescentes da população.

A prossecução de um objectivo de eficácia, para o sector público, tinha de passar por alguma desconcentração e descentralização da Administração Central, mas sem cair numa pulverização irresponsável da Administração Pública, que seria fatalmente desastrosa, num país condenado

pela Natureza a uma baixa produtividade no aproveitamento da maioria dos seus recursos naturais, carecido de quadros técnicos competentes para guarnecer (sequer) a própria Administração Central (cada vez mais complexa e exigente), e com uma população cujas elites são, ainda hoje, desprovidas de uma visão global da Sociedade que lhes permita avaliar os riscos sociais da satisfação descontrolada de apetites e anseios primários e indisciplinados.

Era, então, razoável esperar que, perante um planeamento cruzado dos vários sectores produtivos, se iria finalmente compreender, nas «altas esferas», a necessidade de a política de investimentos estatais ser posta ao serviço de uma política de racionalização do nosso aparelho produtivo, em todos os sectores da vida económica, a começar pela racionalização da rede nacional de equipamentos e Serviços Públicos (e, portanto, pela rede urbana), logo acompanhada, ou precedida, de uma reforma administrativa, coerente com as novas exigências postas à Administração Pública pela moderna civilização urbana.

8. De 1974 a 1985: Avanços, inflexões e recuos na compreensão da realidade económica e social do País

A revolução de 1974 foi seguida de alguns sucessos que obrigaram a que os objectivos imediatos do planeamento económico tivessem de sofrer várias inflexões, no período que se seguiu até 1980, conforme as reacções exteriores às opções políticas internas. Penso que essas inflexões puderam ser eficazmente conduzidas, num ou noutro sentido, graças ao trabalho anteriormente desenvolvido, ao saber acumulado nos gabinetes de planeamento dos diversos Ministérios e à coordenação assegurada pelo Serviço Central de Planeamento, onde se formara uma brilhante equipa de coordenadores.

Razões conjunturais levaram, por exemplo, o Governo a mobilizar em certa altura aqueles Gabinetes, com base no conhecimento do País acumulado pelos seus quadros técnicos, para definirem políticas de substituição de importações, para campanhas de mobilização política das populações e outras actividades conjunturais que interromperam os trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento e fizeram esquecer a metodologia de preparação de investimentos que então estava a ser adoptada.

No que respeita ao Plano da Região do Porto, dispensada que foi (por incapacidade de outra decisão) a colaboração da Universidade de Edimburgo, e aproveitando algum caos que, a partir de 1974, se estabeleceu na Administração – facilitado pela frequente substituição de Governos e de Ministros – foi-me dada oportunidade de, com uma equipa de uma dúzia de técnicos, e alguns auxiliares que tinham estado envolvidos na elaboração desse Plano, prosseguir até 1980 estudos regionais que seriam indispensáveis para suportar adequados critérios de gestão paisagística na zona Norte do País. Para isso, considerou-se esta zona diferenciada em 17 unidades regionais de planeamento, correspondentes a 9 compartimentos geográficos (bem demarcados naturalmente) no Entre-Douro-e-Minho, e a 8 compartimentos (relativamente homogéneos, mas de contornos às vezes menos precisos) em Trás os Montes e Alto Douro. Prosseguiu-se, então, com os estudos para o Plano da Área Metropolitana do Porto, continuando com a gestão das respectivas medidas cautelares; e desenvolveram-se estudos fundamentais nas bacias hidrográficas do Sousa e do Ave, e nas sub-regiões do Douro Superior e do Planalto ou Terra de Miranda.

Nessa altura, foi possível obter o concurso de vários sectores da Universidade, para fazer um levantamento do património natural e cultural (designadamente agrícola e arqueológico) disperso pelo território da Região Norte, e que devia ser do conhecimento de quem estivesse envolvido na sua gestão. O conhecimento desse património podia, eventualmente, ter importância decisiva na definição da vocação económica das áreas em que ele se inseria, e no regulamento de gestão de cada uma delas.

Mas o processo que, em 1974, estava a conduzir à articulação da programação dos investimentos em infra-estruturas e equipamentos regionais e ao fomento de iniciativas privadas, com o Planeamento integrado da gestão do território – visando a correcção de desequilíbrios regionais de desenvolvimento e a remoção dos factores de bloqueamento da melhoria da produtividade social do trabalho, nos vários sectores económicos – fora interrompido e nunca mais seria reatado.

Ora, os estudos de ordenamento feitos na DGPU procuravam como que «acomodar as ‘enxurradas’ de iniciativas que caíam sobre uma dada área», mas o MOP não tinha competência para exercer qualquer influência na dispersão das mesmas, próximo da sua origem, ... porque tal competência pertencia a outros Ministérios, com os quais deixara de haver canais de diálogo. Digamos que tais canais nem sequer existiam já para um diálogo da DGPU com departamentos do mesmo Ministério, responsáveis pela execução de infra-estruturas regionais, altamente condicionantes de um aproveitamento coerente e racional das potencialidades de cada compartimento regional.

Tendo-se decidido em 1977 pedir a adesão de Portugal à CEE, o pessoal dos Gabinetes de Planeamento dos vários Ministérios viria a ser absorvido pelo complexo processo da preparação dessa adesão, e a dinâmica de Planeamento Regional, desenvolvida com a preparação do IV Plano de Fomento, gorou-se por completo, bem como a desejada convergência entre a programação de investimentos regionais e uma ocupação do território baseada em critérios ecologicamente fundamentados, e apontados a uma estratégia de desenvolvimento equilibrado das várias regiões.

Contudo, em 1976 – já com uma Constituição Política que, graças à doutrinação do arq.^o paisagista Ribeiro Teles, atribuía ao Estado particulares responsabilidades no ordenamento do espaço territorial e na preservação da qualidade das nossas paisagens – a DGPU evoluía para Direcção Geral do Planeamento Regional e Urbano, o que denunciava a existência, a nível do Governo de então, de alguma sensibilidade para a necessidade de disciplinar globalmente a ocupação do território nacional. O regresso, porém, daquela DG, pouco depois e com novo Governo, à denominação de DG Planeamento Urbanístico, mostrava que a visão nele dominante (sobre a necessidade de um «Ordenamento territorial» ... de qualquer coisa) continuava voltada para uma perspectiva simplista de arquitectura urbanística, indiferente à necessidade de conciliação da rede urbana e de infra-estruturas regionais com as exigências de todos os outros sistemas produtivos integrantes de cada unidade de paisagem.

O próprio Ministério da Agricultura, assoberbado a partir de certa altura com a agenda das tarefas preparatórias da adesão à CEE, parece nem ter reparado em que um processo de expansão urbana descontrolado e caótico estava a destruir a viabilidade do aproveitamento agrícola das poucas terras do País com sofrível aptidão para ele; e que se corria o risco de, quando os agricultores estivessem finalmente preparados para a concorrência da CEE, já não existirem, em algumas regiões de Portugal, paisagens onde pudessem constituir-se explorações agrícolas economicamente viáveis.

Porém, em 1978, em congruência (pelo menos aparente) com as responsabilidades do Estado no ordenamento territorial das actividades económicas, foram estrategicamente integrados, num

mesmo Ministério e Secretaria de Estado, alguns Serviços estatais responsáveis pelo «Ordenamento Físico do Território» (as DG do Planeamento Urbanístico, dos Recursos Hídricos e Aproveitamentos Hidráulicos, e do Saneamento Básico), de par com os incumbidos da protecção do Ambiente. Estes últimos, que tinham sido criados em 1975 por iniciativa de Ribeiro Teles, englobavam um Serviço de Estudos do Ambiente (e das Paisagens), um Serviço Nacional de Parques Reservas e Património Paisagístico, e a Comissão Nacional do Ambiente que, sob a orientação do eng.º agrº Correia da Cunha, vinha já realizando, desde 1971, um trabalho muito meritório. Mas, ficou-se na dúvida se o objectivo era estender as preocupações ambientais à implantação espacial das várias infra-estruturas, ou controlar as preocupações daqueles recentes Serviços, para que os sectores responsáveis pela concepção das infra-estruturas pudessem continuar a actuar des preocupadamente e sem necessidade de reciclarem as suas mentalidades.

Em 1979, reflectindo talvez alguma experiência colhida na elaboração dos Planos de Lisboa, Porto e Algarve, era dada à DGPU uma nova estrutura, apontada à promoção de planos de áreas territoriais ou regionais. Mas, em 1980, a condução das políticas de defesa do Ambiente e de Ordenamento do Território – esta tradicionalmente controlada por mentes moldadas na perspectiva dos lobbies do asfalto e do betão – voltavam a situar-se em Ministérios distintos, perdendo a S.E. Ambiente qualquer capacidade de intervenção na gestão do território, fora das áreas classificadas como reservas ou parques naturais.

Enfim, a coordenação do Planeamento Económico com o Planeamento da rede urbana e das infra-estruturas regionais não chegou portanto a acontecer; e os 3 planos regionais de disciplina urbana, que estavam em curso desde 1973, foram interrompidos.

Nessa altura, e depois de 24 anos de dedicação à DGSU e à DGPU, eu regresssei ao Ministério da Agricultura onde, de 1980 a 1983, na DR de Entre Douro e Minho, me dediquei a estudos de Ordenamento Agrícola e Florestal desta região, na perspectiva do nosso previsto ingresso na CEE, que viria a concretizar-se em 1985.

Criada, porém, em 1981 – por iniciativa de Ribeiro Teles (que então voltou ao Governo, como Ministro de Estado e da Qualidade de Vida) – uma Direcção Geral de Ordenamento do Território, e tendo sido promulgado, no ano seguinte, um conjunto de legislação (também de sua lavra) viabilizadora de um planeamento conducente à produção de credíveis instrumentos orientadores da gestão do território nacional e das suas paisagens, anuí ao convite que, em 1983, me dirigiu o seu Director Geral (arqº pais. Viana Barreto) para colaborar com ele, nomeadamente na instalação, no Porto, da respectiva Delegação Regional do Norte. Empenhei-me então em recuperar, para essa delegação, a equipa que comigo trabalhara na DGPU em «ordenamento territorial»,... o que foi parcialmente conseguido ao fim de longo processo burocrático, prejudicado pela curta duração dos mandatos governativos (de Ribeiro Teles, António Capucho e Sousa Tavares) no respectivo Ministério.

Uma convicção, que o meu longo e ziguezaguante percurso pela Administração Pública me arreigara, fôra a de que a gestão racional e credível do território não pode ser capazmente planeada por gabinetes particulares, sujeitos à pressão do lucro imediato e dos «lobbies» locais, e sem preocupações com a evolução futura do processo de planeamento. Sendo um processo contínuo, como o da condução de uma guerra de duração ilimitada (e não como o da execução do projecto de uma catedral), essa gestão tem de ser planeada e acompanhada por gabinetes públicos permanentes, instituídos a nível regional, onde se recolham e acumulem os saberes e se desenvolvam

permanentemente as competências necessárias ao cumprimento da complicada e delicada tarefa desse planeamento e da indispensável formação de quadros técnicos para o seu acompanhamento. Os 7 ou 8 gabinetes de planeamento, de que a gestão das nossas paisagens (do Continente) carecia, tinham de funcionar como «acumuladores duradouros de saber e de experiência», como verdadeiras escolas de formação de planeadores e gestores e, nunca, como vulgares gabinetes de projectos de arquitectura ou urbanismo. A aprendizagem destas artes faz-se – após a apreensão escolar dos adequados conhecimentos propedêuticos – exercendo a arte junto de profissionais que, no exercício da mesma, tenham já alcançado razoável nível de mestria.

Tais Gabinetes Regionais de Planeamento careciam de ser apoiados por um Gabinete de Planeamento Nacional (também previsto na lei orgânica da DGO) que, recebendo daqueles as informações regionais necessárias à fundamentação correcta das estratégias nacionais, lhes remetesse essas estratégias (depois dos ajustamentos acordados com as estruturas centrais de planeamento sectorial), para com elas se conciliarem os instrumentos regionais e subregionais de gestão do território e das suas paisagens.

Acrescia que a participação efectiva no laborioso trabalho de avaliação das potencialidades de cada região, e de apuramento das vocações das suas áreas (face às flutuantes conjunturas nacionais e internacionais) é a única forma de formar gestores competentes, responsáveis e capazes de corrigirem os rumos de navegação, quando as circunstâncias o exigirem.

Como disse, o País não necessitaria de mais de 7 gabinetes regionais de Planeamento, para um total de 50 a 60 unidades territoriais de planeamento (com respectivas secções de apoio à gestão), correspondentes a outros tantos compartimentos subregionais, cujos municípios se deviam federar, para poderem dotar-se com estruturas técnicas eficazes e rentáveis. Essas 50 a 60 estruturas substituiriam os cerca de 300 gabinetes municipais condenados a aplicar, de forma idiota, o planeamento, geralmente idiota, que lhes é ministrado por gabinetes incompetentes, e apreciado por técnicos igualmente incompetentes, a quem políticos irresponsáveis atribuem o cumprimento de tarefas que eles irresponsavelmente desempenham: porque nem sequer têm preparação para avaliar até que ponto chega a sua ignorância, e quanto a sua actuação pode ser desastrosa para o País.

Foi dentro desta concepção que, a partir dos meados da década de 1970 (após estudos da compartimentação geo-económica e social, efectuados na CPRN em 1972/75), conduzi os trabalhos em que participei, considerando 17 unidades de planeamento regional na Zona Norte do País, a qual é naturalmente delimitada a Sul pela linha de alturas que se estende desde a serra da Freita, passando pelas serras de Montemuro, Leomil e Nave, até à serra da Marofa em Castelo Rodrigo. E era dentro dela que me propunha continuar a desenvolver os estudos de Ordenamento, na Delegação do Porto da DGOT, enquanto eu e ela merecessemos a confiança dos responsáveis superiores, ... e eles a minha.

9. Em 1986: Recuando a 1960

Será de deixar aqui registado que a atenção dada, depois de 1974, por alguns governos provisórios, a preocupações expressas publicamente nos meios políticos por Gonçalo Ribeiro Teles, estimulara o aparecimento, nos fins da década de 1970, de algumas aguerridas associações de defesa do património

natural e cultural – como foram a ASPA em Braga, o NPEPVS no Porto, a Quercus e a GEOTA em Lisboa, a par de alguns outros grupos locais com menor audiência. Juntando-se à pioneira Liga para a Protecção da Natureza, eles iriam obrigar os diversos grupos políticos a encontrarem os seus porta-vozes para as discussões públicas sobre o Ambiente, e a adoptarem um discurso preocupado (pelo menos aparentemente) com as questões da Protecção da Natureza e do Ordenamento do Território.

Mas, quando convidados a constituir Governo, os partidos ainda só por milagre podem oferecer ao País um Primeiro-Ministro que esteja minimamente esclarecido sobre a importância das problemáticas do Ordenamento espacial ou paisagístico das actividades económicas, para só confiar a respectiva pasta ministerial a alguém com a inteligência e a perspicácia bastantes para distinguir, na multiplicidade e disparidade dos discursos e das análises, os que reflectem uma fundamentação minimamente aprofundada, credível e responsável, daqueles que não passam de abordagens, porventura enfatizadas, mas demasiado sectoriais, superficiais ou mesmo infantis.

Algumas importantes medidas políticas promulgadas, em 1975/76 e 1982/3, por iniciativa de G. Ribeiro Teles – como a protecção dos solos de vocação agrícola, a definição de Reservas Ecológicas, o planeamento regional desenvolvido seguidamente em planos directores da gestão municipal – esbarraram primeiro com a visão «aparafusante» e aberrante dos especialistas incumbidos dessa definição (geralmente esquecidos de que as unidades de gestão das paisagens são, na quase totalidade do território, as explorações agrícolas e florestais) e, depois, com a generalizada incompreensão dos responsáveis pela aplicação das respectivas normas, os quais, na maior parte dos casos, não possuíam a formação profissional adequada à sua correcta interpretação e aplicação. Os planos regionais de Ordenamento (elaborados por equipas a que fosse assegurada um mínimo de competência em tal domínio de planeamento) seriam os instrumentos fundamentais para a adequada concretização daquelas medidas.

Em Dezembro de 1985, registou-se nova viragem nas cúpulas governativas e, embora a Orgânica do Governo parecesse anunciar uma grande preocupação com o Planeamento e Administração do Território, a actuação governativa posterior viria revelar uma concepção sobre Ordenamento do Território que, de modo algum, ia de encontro aos graves problemas de desordenamento e degradação em curso nas paisagens portuguesas, e representava um corte com a orientação desenvolvida sob a tutela dos 3 anteriores Ministros da Qualidade de Vida.

Estando consciente de que não se iria obter apoio do novo governo para as medidas exigidas pelo combate ao descalabro que, aos olhos das pessoas mais alertadas, já estava a manifestar-se nas nossas paisagens, e de que esse descalabro se ia tornar incontrolável se uma intervenção adequada e decidida não fosse tomada imediatamente por um Poder Político consciente da situação – num estado de espírito algo comparável ao do general Vassalo e Silva quando, 15 anos antes em Goa, fez sentir aos seus soldados que seria sandice enfrentar com uma cruz de Cristo alçada no ar os canhões dos exércitos indianos – confessei o meu cepticismo ao Director Geral, e pedi-lhe para dispensar a minha colaboração e me deixar ir preparar a trouxa, para uma definitiva viagem em busca de repouso à sombra de uma velha carvalheira.

Concretizada com efeito em 1985 a nossa adesão à CEE, e quando as transformações a introduzir nas nossas estruturas produtivas exigiam maior esforço de racionalização, apoiada em saberes e capacidades anteriormente reunidas, substituiu-se no recrutamento das chefias dos quadros técnicos o critério tradicional da competência mais ou menos longamente demonstrada, pelo da cumplicidade

partidária de qualquer idiota, mais ou menos inconsciente da responsabilidade social do lugar que lhe é oferecido, em retribuição da sua cumplicidade com os disparates dos seus dirigentes partidários.

Assim acabou por se perder, não só muito do trabalho elaborado nos diferentes gabinetes de planeamento sectorial, mas sobretudo, (com a escandalosa e imoral «partidarização» do aparelho do Estado) as competências que neles se haviam reunido, e hábitos de cooperação interdepartamental, absolutamente indispensáveis, e que em 1974 começavam a estabelecer-se e a frutificar.

A ingenuidade da nova orientação política ficou bem patente, quando atirou para as Câmaras Municipais (subordinadas aos lobbies locais da especulação imobiliária) a total responsabilidade pela gestão das paisagens, sem cuidar de as dotar previamente com «adequados» planos regionais de ordenamento, e de as preparar – mediante a associação dos municípios de um mesmo compartimento geográfico ou unidade de planeamento regional – para poderem assumir, com algum sentido de responsabilidade e com um mínimo de competência, a complexa, delicada e importante função de gestão das suas paisagens. Para não perderem o acesso às participações do Estado, a maior parte das Câmaras Municipais teve de confiar a elaboração dos seus planos directores (do desordenamento municipal) a gabinetes privados, sem qualquer competência para esse tipo de planeamento.

Por outro lado, ao privar as Direcções Regionais de Ordenamento da capacidade de estudo dos problemas das respectivas regiões, elas ficaram também privadas, e o próprio Ministério, da oportunidade de adquirirem a competência técnica para avaliarem a adequação dos planos elaborados pelos Gabinetes privados (que, ao contrário daqueles, terão pelo menos calcorreado o território cuja ocupação se propoem disciplinar).

Deste modo, se tem estado a transformar o País numa anárquica federação de «reinos de taifas», ao mesmo tempo que se transformou a Direcção Geral de Ordenamento do Território num mero interposto burocrático de tramitação de processos de participações e ajudas do Estado, sem capacidade para realizar os estudos indispensáveis à fundamentação racional das opções políticas de investimento regional, e à formação de pessoal com a competência técnica exigida pela complexa e difícil tarefa da gestão do território.

Assim, o Planeamento Central, alheado de qualquer estratégia (racionalmente fundamentada) que vise o reordenamento do território nacional, a correcção de desequilíbrios regionais de desenvolvimento, a salvaguarda da qualidade das paisagens, e a melhoria da produtividade do trabalho nacional, regressou às concepções do início da década de 1960, funcionando como Senhora da Misericórdia, que vai distribuindo as verbas do PIDDAC pelos que delas lhe parecem mais merecedores, e capazes de reproduzirem, ao nível do município, da paróquia e da aldeia, as desmioladas políticas de obras públicas do Governo Central, com que, no entanto, os partidos vão ganhando os votos dos tolos e dos espertos.

10. Epílogo: segundo o Apocalipse de S. João

Sujeitos os quadros técnicos superiores à mesma dança do içar das bandeiras partidárias, nas assembleias nacionais e municipais, logo começou a sentir-se no território o reflexo da bagunçada reinante na sua gestão.

O resultado da incompetência, na gestão das nossas paisagens, está já bem visível para quem percorra as estradas deste País e observe a irracionalidade do seu habitat, a insustentabilidade de muitas das suas paisagens agrícolas e florestais, o esbanjamento louco e imoral de dinheiros públicos, em exibicionismos de estupidez provinciana, e o apelo incoerente dos governantes aos «trabalhadores» para que aumentem a produtividade do trabalho nacional; e também é perceptível quando, na imprensa, se lêem os relatos da proliferante corrupção em todos os níveis da Sociedade, o alastrar da miséria e do desespero, e a transformação das prisões em últimos refúgios para os inadaptados a uma Sociedade cada vez mais injusta e imoral.

Num tempo em que a liberalização do Comércio implica uma luta mais desesperada pela produtividade do trabalho colectivo, os sucessivos governos parece não sentirem que o aumento da produtividade do trabalho nacional exige, também, uma racionalização da distribuição espacial e paisagística das estruturas produtivas do País – que tem de ser planeada a longo prazo, com visão muito ampla e alicerçada, e jamais delineada de improviso por idiotas.

Lastimavelmente, também, a Fundação Calouste Gulbenkian encerrou o seu Centro de Estudos de Economia Agrária que, devido à formação dos seus investigadores e à natureza dos problemas que os desafiavam, estavam a mergulhar cada vez mais nos domínios da Economia Social, e do seu suporte natural, que é a Ecologia Humana, essenciais para a concepção e correcta condução de qualquer Política económica apontada a objectivos de justiça e paz social. Se o seu trabalho tivesse prosseguido, talvez não aparecessem, ainda agora, tantas pessoas manifestamente inteligentes, mas mal informadas, a compararem a Gestão do Estado com a Gestão de qualquer complexo Empresarial, esquecendo que, nesta, as preocupações sociais são sistematicamente transferidas para o Estado.

A vida das actuais sociedades (em que todos os sectores são interdependentes, na eficácia do seu funcionamento, e em que o rural está estreitamente fundido com o urbano) atingiu tal grau de complexidade, que a arte política já não pode continuar a ser encarada, levemente, como no tempo dos atrevidos reformadores liberais, ou mesmo do circunspecto e previdente Dr. Salazar, pois a incompetência governativa tem hoje tremendos custos sociais e, quando o poder político não é capaz de enfrentar com êxito os problemas mais candentes, a explosão da insatisfação popular pode torná-los muito maiores e incontroláveis. Nos meados do século passado, ainda, qualquer hábil atrevido provinciano ou Zé do Telhado podia passar de vendedor de chitas a sofrível chefe de Governo, porque o que esse povo pedia a Deus era que o Estado se lembrasse dele o menos possível. Hoje é precisamente o contrário: se um cidadão em dia de borracheira, por descuido com o cigarro, deita o fogo ao colchão e à casa, ou se escorrega na casca de banana que de véspera largou no passeio da rua, no dia seguinte aparece na televisão a reclamar do Estado ou do Município o seu suposto direito a um T3, ou a uma pensão de reforma por invalidez parcial.

Entramos já no regime de cada governo ocupar o seu primeiro mandato a evitar reproduzir as asneiras mais visíveis do governo anterior, para colher as graças do eleitorado e ser reeleito para segundo mandato, passando então a fazer as suas próprias asneiras, até que – mais ano, menos mês – o eleitorado o substitui por terceiro governo que se portará fatalmente como os anteriores. E, assim continuará a suceder, até que os sectores da Sociedade vítimas desta insuperável incapacidade governativa (...de políticos que talharam os seus honorários à medida da sua incompetência), sejam suficientemente numerosos, para romperem com esse ciclo vicioso e porem cada

um a governar-se a si como puder; ... ou até que alguém venha de fora governar os que por cá se mantiverem.

A solução dos nossos mais graves problemas económicos e sociais não se compadece, já, com comportamentos políticos demagógicos, perante populações em que um número cada vez maior revela não possuir aquele mínimo de educação cívica exigida pela Economia actual, e que não estão ainda em condições de compreender a complexidade de muitos desses problemas e as restrições de liberdades, ou disciplina cívica que as respectivas soluções fatalmente implica.

Hoje, nenhum Governo pode enfrentar cabalmente os complexos problemas da sociedade contemporânea se não dispuser, à sua retaguarda e na sua vanguarda, de um aparelho do Estado permanentemente atento, perscrutante e preparado, pelo conhecimento dos resultados da sua actuação passada, para a sua auto-regulação, reforma e aperfeiçoamento. Esse aparelho tornou-se necessariamente tão complexo, e de gestão tão delicada, que não pode ficar exposto às intervenções voluntaristas, mas insensatas, de aventureiros da política, inexperientes, ignorantes e, por isso, atrevidos e irresponsáveis.

Lamento a visão pessimista que transparece deste chato discurso, mas é a visão que se me depára do galho, já quase subterrâneo, a que estou agarrado. Acredito que a vista tomada de outros galhos mais altos, mais a Leste ou mais a Oeste, seja algo diferente e, até, menos negra; mas, ao dizer o que vi e vejo, e não o que gostava de ter visto, tentei ser honesto com quem manifestou vontade de me ouvir e teve a paciência de me escutar até ao fim..., ou com quem, agora, teve a suprema e invejável paciência de me ler até aqui.

Ilídio de Araújo (agr.º - arq.º paisagista)

III. Bibliografia (1949-2009)

Em cada referência bibliográfica:

Nº de ordem, Autor (e eventuais pseudónimos), (Data do texto original), Título, Eventual ocasião de apresentação do texto, Eventual obra (livro, actas, periódico) onde está incluído, Local de edição, Editor, Data da edição, Paginação // INDExação temática e geográfica // LOCalização em Biblioteca, Arquivo ou Web (Cfr. Siglas em IV.2) e Cota // NOTas complementares.

III. I. Textos publicados, existentes em Bibliotecas, Arquivos ou na Web

01. Araújo, Ilídio Alves de (1949), *Sistema gemário da videira: Algumas Notas*, in 'Agros', Vol. XXXIII, Nº 1, Lisboa: AE-ISA, Jan.-Feb. 1950, pp. 3-7 // IND: Videira, espécies e castas; Olhos hibernantes e gomos; Abrolhamento e frutificação // LOC: BISA A01-137-D; BN B.A. 2844 V; UCBG 5-54-47-143; BPMP P-A-2876 e I³-5-34-P1(25);
02. Araújo, Ilídio Alves de (1953), *Ordenamento paisagístico do lugar de Pedroso (Precedido de um estudo sobre a região serrana da Lameira)*, Trabalho final da licenciatura em Agronomia e Arquitectura Paisagista, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia: 1953, 268 p // IND: Factores basilares da paisagem (geografia, geologia, clima, floresta clímax, acção antropogénica); Elementos da paisagem (monte, moutas, campos); Ecologia, Etnografia e Economia agrárias, Agricultura; Sistema de exploração; Ordenamento paisagístico, Pedroso (Freguesia de Rego, Celorico de Basto), Planalto da Lameira // LOC: BISA 19631; MADRP-BC 5/48; NOT: Livro Antigo, Cfr. www.antiqubook.com/boox/alcuin/010851.shtml; Complemento Cfr. nº 03;
03. Araújo, Ilídio Alves de (1954), *Zonagem natural e exploração do solo no Planalto da Lameira*, in 'Anais do Instituto Superior de Agronomia', Vol. XIX, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1952-1953, pp.119-156 // IND: Factores basilares da paisagem (geografia, geologia, clima, floresta clímax, acção antropogénica); Elementos da paisagem (monte, moutas, campos); Ecologia, Etnografia, Economia agrária, Agricultura, Sistema de exploração, Freguesia de Rego, Planalto da Lameira, Celorico de Basto // LOC: BISA PP-A01-5/UA, PP-A00-1, F-20483; BN PP 24128 V; UCBG A-2-34; BPMP P-B-5020 e K3-7-25(23); SMS GSL 18-5-129 // NOT: Cfr. nº 02;
04. Araújo, Ilídio Alves de (1954), *A arquitectura rústica e a paisagem*, in 'Agros', Vol. 37 (4), Lisboa: AE-ISA, 1954, pp. 137-148 // IND: Arquitectura rural; Integração paisagística // LOC: BISA A01-137-D; BN J. 2302 B; UCBG A-2-23; BPMP P-A-2876 e I³-5-41(26); SMS GSL 18-5-130 // NOT: Citação, Cfr. nº 143;
05. Araújo, Ilídio Alves de (1955), *L'encouragement de la construction de silos pour fourrages et de fosses à fumier*, Communication au Groupe de travail pour le développement des pâturages et des fourrages de la région méditerranéenne, Lisbonne: 9-16 Mai 1955 // IND: Agro-pecuária, Construções, Silos forrageiros, Estrumeiras // LOC: MADRP-BC 41/276;
06. Araújo, Ilídio Alves de (1956), *Alguns aspectos a considerar na elaboração de projectos de silos trincheira*, Lisboa: Direcção-Geral de Serviços Agrícolas, 1956, 21 f. // IND: Agro-pecuária, Construções, Silos trincheira // LOC: MADRP-BC 1/243;
07. Araújo, Ilídio Alves de (1956), *Uma Revolução Social no Planalto da Lameira*, III lição (18 Março 1956) no '1 Curso de Sociologia Rural', Lisboa: JUC do Instituto Superior de Agronomia, 1956, 21 p. // IND: História da paisagem, séc. XI-XIII, séc. XVI-XVIII, Introdução do milho, Mudança sócio-cultural, Planalto da Lameira (cumeadas, encostas, baixas), Celorico de Basto, Minho // LOC: BISA 27315; MADRP-BC 14/162; BN PP 10398

- V; UCJPII 316.334 JUC; BPMP W7-5-15(1); ISSSP 30/933; SMS SL 12-7-108 // NOT: Reedição Cfr. n.º 08; Citações Cfr. n.º 144 e 145;
08. Araújo, Ilídio Alves de (1956), *A revolução do milho vista dum aldeia do Minho serrano*, in Revista Trimestral de Histórias e Ideias n.º 3-4, Porto: Edições Afrontamento, 1979, pp.19-24 // IND: História da paisagem, séc. XI-XIII, séc. XVI-XVIII, Introdução do milho, Mudança sociocultural, Planalto da Lameira (cumeadas, encostas, baixas), Celorico de Basto, Minho // LOC: BN PP15145 V; UCBG A-8-30; BPMP P-A-297; DE-IAIB Z 3183: 3-4(1979) // NOT: Edição original Cfr. n.º 07;
09. Araújo, Ilídio Alves de (1956), *Arquitectura Paisagista*, in 'Cultura: Revista Portuguesa de Educação Popular', n.º 3 (Maio-Junho), Lisboa: 1956, pp.7-9 // IND: Arquitectura paisagista, Âmbito disciplinar e profissional // LOC: BN PP 10288 V; BPMP P-A-277;
10. Araújo, Ilídio Alves de (1956), *Estrumeiras cobertas ou descobertas*, in Boletim Agrícola, Ano II, N.º 15, Lisboa: Shell Portuguesa, Março 1956, pp. 61-63 // IND: Agro-pecuária, Construções, Estrumeiras // LOC: BGUE MITRA (B4); BN P.P. 3263 A; UCBG B-56-65-2; BPMP P-B-3216 // NOT: Citação e comentário em 'Gazeta do Agricultor', Cfr. n.º 146;
11. Araújo, Ilídio Alves de (1957), *Plano para uma pocilga*, in Boletim Agrícola, Ano III, N.º 27, Lisboa: Shell Portuguesa, Março 1957, pp. 110-111 // IND: Suinicultura, Construções, Pocilgas // LOC: BGUE MITRA (B4); BN P.P. 3263 A; UCBG B-56-65-2; BPMP P-B-3216;
12. Araújo, Ilídio Alves de (1957), *Engenharia Biológica*, in 'Cultura: Revista Portuguesa de Educação Popular', n.º 8 (Março Abril), Lisboa: 1957, pp. 25-27 // IND: Agronomia, Silvicultura, Zootecnia, Biotecnologia // LOC: BN PP 10288 V; BPMP P-A-277;
13. Araújo, Ilídio Alves de (1957), *Alguns aspectos actuais da paisagem portuguesa*, in 'Agros', Vol. XL, Lisboa: AE-ISA, 1957, p. 69-84 // IND: Conhecer para respeitar a paisagem; Produtividade e utilidade integral da paisagem; Transformações da paisagem e insuficiências no seu ordenamento; Paisagens rurais e reordenamento agrário; Evolução das paisagens, Impacto das tecnologias e erosão; Compartimentação, biodiversidade e amenização climática, Portugal // LOC: BISA A01-137-D; BN B.A. 2844 V; UCBG 5-54-47-143; BPMP P-A-2876; BPMP I³-5-34-P1(25); UM-BPB HG 7123¹ V;
14. Araújo, Ilídio Alves de (1958), *A mata no ordenamento da nossa Paisagem*, in Gazeta das Aldeias, Porto, Ano 63, N.º 2371 (16 Março 1958, pp. 207-210) e N.º 2372 (1 Abril 1958, pp. 256-259) // IND: Benefícios da mata de protecção (solos, nascentes, encostas, infiltração, clima, sanidade, alta biodiversidade); Mata de produção intensiva (baixa biodiversidade); Diminuição da área agricultável; Diminuição da população agrícola; Economia agrária, Ordenamento paisagístico, Portugal // LOC: BISA PP-A01-56; BN J. 2509 B; UCBG A-16-49/52; BPMP P-B-3204; MAEDM-B Gaz Ald; UTADBG 843 SD; BMSP 63(051) GAZ;
15. Araújo, Ilídio Alves de (1961), *Problemas da paisagem urbana: relatório da visita de estudo à Alemanha e Holanda*, Lisboa: Direcção Geral Serviços de Urbanização, Centro Estudos de Urbanismo, 1961, 107 p. // IND: Programa do VII Congresso Internacional de Arquitectura Paisagista (Amsterdam); Viagem por Paisagens Urbanas da Europa: França (Paris, Metz, Thionville), Bélgica (Bruges, Gand), Holanda (Amesterdam, Boskoop, Sloterplass, Amstelveen, Rotterdam, Haag, Hilversun, Wageningen), Alemanha (Hannover, Düsseldorf, Köln, Frankfurt, Stuttgart), Suíça (Winterthur, Zürich, Luzern, Interlaken, Bern, Neuchâtel, Lausanne, Genève), Espanha (Donostia – San Sebastián); Paisagem urbana portuguesa (formação, deficiências tradicionais); Virtudes da vegetação (centros administrativos e comerciais, zonas residenciais, grandes vias de penetração e circulação interior, grandes espaços recreativos); Ordenamento paisagístico, Verde urbano // LOC: UACSD SD 711.4 A689p; BGUE VERNEY 712.25 ARA p; BN BA 3582 V; MOPTC 000064C; BISA P011-122-D; UTL-IST-BC B4.20941; UTL-FA PU 170; UTL-ISEG NA9031.A73 1961; UNLCSH AD 94-6111; OASRS APJ 036; DGOTDU 2682 M e 1900 M; UCBG 5-6-43-38; BPMP C7-4-95; FLUP 7/III/34v FG; FAUP U.p.55 Res; FEUP 712/ARAI/PRO (PIS-1); BMPEN 711 AR, I; UM-BPB SA 3177 V; USA-LC 64006358; USA-HUL Loeb Design NAC 1235 Ar 15; CH-ETHZ HDB A CONV 1410; FR-FCG-CCP ENG 129; ES-ICCET 615-33; ES-UPM-ICCP 17C193 // NOT: Citações Cfr. n.º 147, 148 e 149;
16. Araújo, Ilídio Alves de (1962), *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1962, Vol. I, 254 p. // IND: História, Património, Arte paisagista, Arte dos jardins, Portugal; Arte paisagista nos séculos XIII, XIV e XV, 1200-1450; O ressurgimento da arte paisagista e a origem do jardim, 1450-1550; Jardins do Norte do século XVI a XIX // LOC: BGUE VERNEY 712.25.03(469) ARA a; BMPO 71-ARA-art-v.1; FCG-BA AAT 3733; BN B.A.C. 200 V, 205 V e 208 V; DGEMN-BIB ARQP004439-004449/2004; MOPTC 000525C; DGOTDU 2700 M; UCBG 5-44-18; BMC SL 712 ARA/I; BMAV 712.4 ARJ; BMSMF 712 ARAU-I; BPMP C7-7-43; FAUP J.p.12; FCUP-BOT SB470.55 ARAi A 1962; BMFE DP; BMJVC 712.2(469)A; MAEDM-B Ara Art; BMMM 712(469)ARA,I; SMS BG214-7-59; UM-BG IEC 712(469) e

- MNS 712(469); UM-BPB BA 884 V // USA-LC 85212129; USA-HUL Dumbarton Oaks SB470.55 P8 A73 1962; BR-RGPL 22359; NL-TUD BK Por.A. 3; DE-IAIB Port wd 241:1 [8]; DE-UKB Aa 311-1; CH-ETHZ HDB A 12662: 1; FR-INHA 8 C 2724; IT-BC-MI ART.N ART.465; ES-ICCET 615-3/I // NOT: Citações Cfr. n.º 57.1, 65.1, 133, 143, 151, 154, 155 e 156; Recensões Cfr. n.º 150, 152, 153;
17. Araújo, Ilídio Alves de (Director) (1963-1970), *Ecos da Montanha: Jornal para os Emigrantes*, Rego (Celorico de Basto), 1963 (n.º1-6); 1964 (n.º7-18); 1965 (n.º19-24); 1966 (n.º25-32); 1967 (n.º33-34); 1968 (n.º35-36); 1969 (n.º37-41); 1970 (n.º 42) // IND: História, Arqueologia, Literatura, Vulgarização agrícola, Desenvolvimento comunitário, Cooperativa Agrícola de Montelongo, Rego (Celorico de Basto) // LOC: RMBL J87P Misc. E-3º(1); UCBG B-56-38-M 4; BPMP P-C-26; UM-BUA 183710; BMCB Ecos // NOT: Inclui, nomeadamente:
- 17.1 Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. Gil de Montelongo) (1963-1970), *'A nossa história'*, série de 32 artigos in *'Ecos da Montanha'*, n.º 1 a 42 // IND: Proto-história, História, Primeiros habitantes; Lusitanos, Dominação romana, Celorico de Basto;
- 17.2 Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. J. Pires Baeta) (1963), *A lavoura dos Cães e o culto de Artemísia*, artigo in *'Ecos da Montanha'*, n.º 2, 1963, pp. 3-4 // IND: Proto-história, Etnologia, Religião; Animal totémico (Cão), Gentilidades cainitas; Artemísia, Rituais // NOT: Atualizado e corrigido, Cfr. n.º 80;
- 17.3. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. J. Pires Baeta) (1963), *A Estela de Vila Boa*, artigo in *'Ecos da Montanha'*, n.º 4, 1963, pp. 3-4 // IND: Arqueologia, Património, Estela; Epigrafia latina, Divindades antigas; Reutilização, Cruzeiro, Vila Boa, Rego (Celorico de Basto) // NOT: Cfr. www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalle?code_pass=74656
- 17.4. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. J. Pires Baeta) (1963), *São Bartolomeu do Rego nas Guerras da Restauração*, artigo in *'Ecos da Montanha'*, n.º 5, p.1 // IND: História, Guerras da Restauração, 1640 - 1668, Rego (Celorico de Basto);
- 17.5. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. J. Pires Baeta) (1964), *A Casa de Alijó*, artigo in *'Ecos da Montanha'*, n.º 7, pp. 1-2 // IND: Património, Casa de Alijó, Rego (Celorico de Basto); NOT: atualizado e corrigido, Cfr. n.º 90;
- 17.6. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. J. Pires Baeta) (1964), *Vila Boa de Montelongo*, artigo in *'Ecos da Montanha'*, n.º 8, pp. 1-4 // IND: História, Povoamento, Vila Boa de Montelongo, Rego (Celorico de Basto);
- 17.7. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. J. Pires Baeta) (1964), *Há 150 anos nas Invasões Francesas*, artigo in *'Ecos da Montanha'*, n.º 11, p. 1-4 // IND: Guerras Napoleónicas, Invasões Francesas, 1807 – 1814, Terras de Basto;
- 17.8. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. J. Pires Baeta) (1964), *A Casa do Sargento-mor do Rego*, artigo in *'Ecos da Montanha'*, n.º 16, p.1; // IND: Património, Casa do Sargento-mor, Rego (Celorico de Basto);
- 17.9 Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. J. Vicente Macedo) (1964), *'A Dona Silvana'*, Artigo in *'Ecos da Montanha'*, n.º 17 // IND: Etnografia, Literatura popular, Romanceiros, Cancioneiros; Rego (Celorico de Basto); NOT: Complemento: Cfr. Versões de D. Silvana, in Teófilo Braga, *Romanceiro Geral*, Coimbra: Imp. Universidade, 1867, pp. 68 e s., On-line: <http://purl.pt/224/2/>
- 17.10 Araújo, Ilídio Alves de (1964-1965), *'Problemas da nossa terra'*, série de 4 artigos in *'Ecos da Montanha'*, n.º 17 a 20 // IND: Crise da agricultura, Carências educacionais e culturais, Desenvolvimento local, Rego (Celorico de Basto);
- 17.11 Araújo, Ilídio Alves de (1965 a 1967), *'Desenvolvimento Comunitário'*, 7 artigos in *'Ecos da Montanha'*, n.º 20 a 24 (1965), 25 e 28 (1966) e 33-34 (1967) // IND: Desenvolvimento local, Cultura, Cooperativa Agrícola de Montelongo, Rego (Celorico de Basto);
18. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. Gil V. Torre) (1963), *Igrejas Românicas de Basto*, in *'Notícias de Basto'*, Ano 30, n.º 1514, Celorico de Basto, 31 Agosto 1963, pp. 1-2 // IND: História, Património cultural, Arquitectura românica, Terras de Basto // LOC: UCBG GN-16-3; BPMP P-C-89 ;
19. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. Gil de Montelongo) (1966), *O Castelo de Celorico*, in *'Notícias de Basto'*, Ano 33, n.º 1662 (pp. 1 e 4), n.º 1664 (pp. 2 e 3), n.º 1671 (pp. 1 e 2), Celorico de Basto: 3, 17 Setembro e 05 Novembro 1966 // IND: História, Património cultural, Castelo dos Mouros, Arnoia (Celorico de Basto) // LOC: UCBG GN-16-3; BPMP P-C-89;
20. Araújo, Ilídio Alves de (1967-1984), *A degradação da paisagem portuguesa: apreciações sobre a degradação da paisagem portuguesa: falas... que o vento levou (1967-1985)*, Caderno 5, Porto: Direcção Geral do Ordenamento, 1986, 60 p. // IND: Degradação da paisagem, Ordenamento paisagístico, Património natural, Portugal

// LOC: UALG 323.17 ARA*Deg SL; BISA F-P011-30 e F-P011-31; DGOTDU 5413M e 5107 M; CCRLVT AMB. 4429/5; CCRNOR 05048; MAEDM-B Ara Deg // NOT: Inclui:

- 20.1** Araújo, Ilídio Alves de (1967), *Alguns problemas paisagísticos do Noroeste Português*, Conferência de abertura da exposição 'O Homem e a Natureza' (Ateneu Comercial do Porto, de 14 a 23 Julho 1967), organizada pelo Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia // IND: Progresso social e incapacidade artística; Degradações paisagísticas (erosão e podzolização dos solos de montanha, florestações monótonas; dispersão do habitat, expansão urbano-industrial, suburbanização, adensamento de vias de comunicação, destruição de solos agrícolas; poluição do ar, da água e dos solos; deterioração de valores científicos, históricos, arqueológicos e artísticos); Desenvolvimento sustentável e ordenamento paisagístico das actividades; NOT: Reedição de extracto, Cfr. n.º 26.2; Citação Cfr. n.º 157;
- 20.2** Araújo, Ilídio Alves de (1984), *A degradação da paisagem portuguesa vai continuar...*, No acto público de posse como Subdirector Geral de Ordenamento, em 23.01.1984 // IND: Desenvolvimento anárquico, desordenamento da paisagem e baixa produtividade do trabalho; Descoordenação na localização da habitação, agricultura, indústria, serviços e infraestruturas; Dualismo (pressão no litoral, desertificação do interior); Complexidade do ordenamento paisagístico, Formação de quadros e mudança cultural (Papel de Universidades, Administração central, regional e local, Associações profissionais e Jornalistas) // NOT: Citação, Cfr. n.º 157;
- 20.3** Araújo, Ilídio Alves de (1984), *Sobre a protecção do património natural*, Em 05 Junho 1984, Dia Mundial do Ambiente, na sessão promovida no Porto pelo Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem // IND: Qualidade do ambiente, gestão ordenada das paisagens e qualidade de vida; Degradações da paisagem (destruição da reserva agrícola; agricultura e silvicultura intensivas; implantação descuidada da indústria; exploração anárquica de recursos minerais; destruição de património cultural); Ordenamento (conservação de áreas significativas dos ecossistemas, protecção da vida selvagem); Cultura, administração pública e políticas para a sustentabilidade;
- 21.** Araújo, Ilídio Alves de (1967), *Perímetros Florestais - Parques Florestais*, in 'Gazeta das Aldeias', Ano 72, N.º 2597, Porto, 16 Agosto 1967, pp. 619-622 e 640 // IND: População urbana, Lazer na natureza; Saturação de parques citadinos; Limites do agro-turismo; Montanha (variedade paisagística recreativa); Parques ingleses de montanha (Brecan Beacons National Park, Argyll Forest Park); Lazer na montanha; Noroeste português (em perímetros submetidos ao regime florestal) // LOC: BISA PP-A01-56; BN J. 2509 B; UCBG A-16-49/52; BPMP P-B-3204; MAEDM-B Gaz Ald; UTADBG 843 SD; BMSP 63(051) GAZ;
- 22.** Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. Gil de Montelongo) (1969), *Antime e a Senhora do Sol*, in 'Diário do Minho', n.º 16047, Braga: 28 Setembro 1969, pp. 3-5 // IND: Antropologia cultural, Tradição, Culto Solar, Antime (Fafe) // LOC: BN J. 4135 G; UCBG B-9-1/22; BPMP P-D-100 // NOT: Complemento: Cfr. também http://www.museu-emigrantes.org/Senhora_Antime.htm;
- 23.** Araújo, Ilídio Alves de (1970), *Paisagem e Turismo*, in 'Colóquio de turismo e termalismo do Norte: documentos', Braga: Câmara Municipal, 1970, LXXX, 308 p; Direcção Geral do Turismo, 1971, 311 p. // IND: Ordenamento, Qualidade paisagística, Turismo // LOC: BN B.A. 5209 V; UCFCT Antro 379.85(469)/9243; UCBG 5-1-97-10; CCRNOR 00318-001-M 338.48/017;
- 24.** Araújo, Ilídio Alves de; Bourbon, D. Francisco de Paula Peixoto e; Vasconcelos, João Simões de; Meirelles, José Garrido de (1971), *Parecer sobre a localização de um liceu agrícola na região de Basto*, Celorico de Basto, 1971, 8 f. // IND: Ensino Agrícola, Localização, Terras de Basto // LOC: BN S.C. 33318 V; CCRNOR 00556 // NOT: Citações Cfr. n.º 158;
- 25.** Araújo, Ilídio Alves de (1972), *A região de Basto e a política de ordenamento do território*, Porto: Comissão de Planeamento Regional do Norte, 1972, 110 p, 3 mapas // IND: IV Plano de Fomento, Ordenamento, Zona de Basto // LOC: DGOTDU 1713 M; CCRNOR 00112;
- 26.** Araújo, Ilídio Alves de (1967-1973), *A propósito de ordenamento do território*, Porto: Direcção-Geral dos Serviços Urbanização, 1973, 25 p. // IND: Uso racional dos recursos naturais, Ordenamento do território, Equilíbrio regional do desenvolvimento // LOC: BISA F-P011-19; MOPTC PP 0120; DGAA 1499/M e 1499/URB; DGO-TDU 4542 M; CCRLVT UR.P. 8768 // NOT: Citação Cfr. n.º 157; Inclui:
- 26.1** Araújo, Ilídio Alves de (1970), *Sobre o uso racional dos recursos naturais*, adaptação da palestra no Rotary Club do Porto, em 23.11.1970 // IND: Água, Ar, Solos agricultáveis, Valores recreativos da paisagem;
- 26.2** Araújo, Ilídio Alves de (1967), *Sobre o ordenamento do território*, extraído de palestra no Ateneu Comercial do Porto, em 14.07.1967 // IND: Desordenamento da paisagem: montanha (erosão e podzolização dos solos ou sua cobertura monótona com pinhal); terras baixas (expansão urbano-industrial, suburbanização

e destruição de solos agrícolas); cidades, vilas e aldeias (expansão urbana desregrada, gerando paisagens amorfas e desequilibradas); campos, rios e nascentes (poluição); valores científico-culturais e económicos (deterioração ou destruição); NOT: Original, Cfr. nº 20.1;

- 26.3 Araújo, Ilídio Alves de (1973), *Sobre o equilíbrio regional do desenvolvimento*, extracto de um comentário ao 'Relatório do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho' apresentado à Comissão de Planeamento da Região do Norte, em Março de 1973 // IND: Crescimento económico, degradação da paisagem e poluição do ambiente; Desenvolvimento, descentralização e bem-estar social; Planeamento regional e ordenamento territorial; IV Plano de Fomento, Região do Norte;
27. Araújo, Ilídio A, de (1973), *On the origin of the Patios and Gardens of the Islamic period in Spain and Portugal*, in "Les jardins de l'Islam / Islamic Gardens", 2ème Colloque international sur la protection et la restauration des jardins historiques / 2nd International Symposium on protection and restoration of historic gardens (Granada, Out. 29 – Nov. 4, 1973), Paris: ICOMOS / Granada: Patronato de la Alhambra y del Generalife, 1976, pp. 155-161; ISBN 9788450016826 // IND: Património, Arquitectura, Arte dos jardins, Período islâmico, Espanha, Portugal // LOC: USA-HUL Loeb Design SB457.8 C6x 1973 e Dumbarton Oaks SB457.8 C6 1973; FR-PARIS3-BU W 4-4259; UK-V&A GC A.113; ES-UAM FL/Sótano/65361; ES-UCM-GH D703.33-12COL; ES-UGR-ETSA 712 COL Jar; ES-UIB BM 12-6-25 e RL 712.306COL; ES-UNAV-HU LEG 131.740; ES-UPM-ARQ 15.318; ES-USE-ETSA Q712.3 28; INT-ICOMOS On-line www.international.icomos.org/publications/islam11.pdf // NOT: Edição, Cfr. nº 28;
28. Araújo, Ilídio A, de (1973), *The Origin of the Patios and Gardens of the Islamic Period in Spain and Portugal*, In "Jardins et sites historiques / Historic Gardens and Sites", Communications présentés aux séminaires / Papers presented at conferences ICOMOS 1971-1989, Colombo (Sri Lanka): ICOMOS / Aranjuez (Madrid): Doce Calles, 1993, pp. 63-70; ISBN 8487111386 e 9556130330 // IND: Património, Arquitectura, Arte dos jardins, Período islâmico, Espanha, Portugal // LOC: USA-HUL Dumbarton Oaks SB467 I584 1993 e SB467 J37 1993; Loeb Design SB467.I57x; Botany Arboretum Bd J28; UK-KEW 712.61; UK-BL 3106.03358 no 127 1993; LU-BNL A 19827; FR-INHA 4 KO 2219; FR-UFR-CESR REPG A7 26; ES-BNE-AL AHM/79386, AHM/834343, DL/1050671; ES-UAH ARQ S712JAR e FIL ARTE 2115; ES-UCLM CU D23425; ES-UDA-G IG H/712/COM/COM; ES-UDL CAP 2157 e CAP 2158; ES-UDV-BH D-071/139; ES-UEX-EIA S712 JAR jar; ES-UGR-ETSA 712 CON Jar; ES-UMA-HUM FL C-16/5/3; ES-UMU 712 JAR sit ; ES-UPM-ARQ 712.03 ICO JAR; ES-USC-BX 1993 R 42227; ES-UPV.ARQ 712; ES-USE-ETSA Q712.3.147; ES-UR 3E.1 93 JAR; ES-URJC-F 712.25 COM JAR; IT-BIASA BVE 0179841; IT-BFB 712.09 HISGAS; CH-KDPG Keg 5; CH-BAA PER Q 2694/1/1993; CH-ETH HDB A 44694; ICOMOS On-line www.international.icomos.org/publications/93garden6.pdf // NOT: Edição Original, Cfr. nº 27;
29. Araújo, Ilídio Alves de (1973), *Quintas de recreio: breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII*, in 'A Arte em Portugal no Século XVIII. Congresso Internacional de Estudos em Homenagem a André Soares (Braga, 1973), Sep. Bracara Augusta, Vol. 27, Fasc. 63 (75), Braga: Município, 1974, pp. 321-331 // IND: Património, Arquitectura, Arte dos Jardins, Século XVIII, Portugal // LOC: FCG-BA BB 12958; BN BA. 5723 V; UCBG 6-25-13-201; BPMP Z'-11-27(24); UM-BPB BA 885 V; BMCB 908 ARAU-I; FR-BORD.3-LET XE 11266; IT-IMPSPA L1973-13/1 // NOT: Citação Cfr. nº 156 e 160;
30. Araújo, Ilídio Alves de (1974), *Sobre a reforma da Administração Local*, in 'Contribuições para o Ordenamento do Território da Região Plano Norte', Porto: Comissão e Planeamento Regional do Norte, Novembro 1974, ff. 49-126 // IND: História, Povoamento, Compartimentação territorial, Divisão Provincial, Administração Regional e Local // LOC: CCRA 352.9(469.121); UCCD25 332:71(469)"1974" POR; CCRC 02/92; CCRNOR 00001-0164-001-G e On-line http://212.55.137.35/CDI/00001_0164_001_G.pdf // NOT: Citações Cfr. nº 161 e 162;
31. Araújo, Ilídio Alves de (1975), *Porquê o subdesenvolvimento e a desertificação de Trás-os-Montes*, in 'ÈNIÉ: uma Voz do Nordeste Português', Ano I, nº 2, Bragança: 14 Maio 1975, pp. 1 e 5 // IND: Economia de mercado, Zonas urbano-industriais, Zonas agro-rurais, Produtividade do trabalho, Desigualdade de trocas e rendimentos, Assimetrias regionais, Subdesenvolvimento, Despovoamento, Década 1960-1970, Trás-os-Montes // LOC: BN J. 3471 V; BPMP P-C-783;
32. Araújo, Ilídio Alves de (co-autor) (1975), *Tesouros artísticos de Portugal*, Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1976, 669 p. // IND: Património, Arte dos jardins, Paço de Vila Flor (Guimarães), Quinta da Bacalhoa (Azeitão) // LOC: BN B.A. 6563 V; BGUM 7(469)
33. Araújo, Ilídio Alves de (1976), *O valor social dos solos agricultáveis e o reordenamento agrário*, in 'Vida Rural', nº4, Lisboa: 1-15 Agosto 1976, p. 36-39 // IND: Importações agro-alimentares, Produção de alimentos energéticos, Produção de frutos e hortícolas, Pressão urbana, Defesa dos solos agricultáveis, Política fundiária, Reordenamento agrário, Ordenamento do território, Região Norte // LOC: BISA PP-A01-53; MADRP-BC C00/P3; BN PP 32 A; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD;

34. Araújo, Ilídio Alves de (1976), *Princípios de reordenamento para alguns agrotipos de Entre Douro e Minho*, in 'Vida Rural', n.º 5, Lisboa: 16-31 Agosto 1976, pp. 30-33 // IND: Terras de elevada aptidão agrícola (veigas e várzeas, culturas energéticas), Encostas com declive de 8 a 30% (terraços, vinhas e pomares), Encostas com declive superior a 30% (lameiros, pastagens, lazer), Terras de reduzida ou nula aptidão agrícola (matas, pastorícia), Economia agrária, Sistema agrário, Explorações agrícolas, Agrotipos, Reordenamento // LOC: BISA PP-A01-53; MADRP-BC C00/P3; BN PP32 A; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD;
35. Araújo, Ilídio Alves de (1977), *Serviços Públicos e reagrupamento das populações dispersas*, in Tema 7 do 'Colóquio sobre Ordenamento do Território e Protecção do Meio Ambiente' (Porto, 21 a 26 Novembro 1977), Porto: Gabinete do Plano da Região do Porto, 1977, 35 p. // IND: Habitat, aglomeração e centros de equipamentos e serviços; Escalões de compartimentação (municipal, subregional, regional e nacional); Planeamento Territorial // LOC: CCRNOR 02021 // NOT: Projecto de reedição Cfr. n.º 97;
36. Araújo, Ilídio Alves de (1978), *A Agricultura no Ordenamento Paisagístico no Noroeste*, in 'Vida Rural' n.º 39, Lisboa: 1-15 Março 1978, pp. 29-41 // IND: Função social da agricultura; Produção e importação; Solos agrícolas, aptidões e condicionantes (macroclima, microclima, várzeas e socalcos, dimensão dos campos, produtividade); Tipos de explorações e de agricultores; Economia agrária; Ordenamento cultural; Noroeste // LOC: BISA PP-A01-53; MADRP-BC C00/P3; BN PP 32 A; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD // NOT: Citação Cfr. n.º 145;
37. Araújo, Ilídio Alves de (1979), *Sobre o ordenamento agrícola do país*, in Vida Rural, n.º 63, Lisboa: 1-15 Maio 1979, pp. 3-20 // IND: Unidades de paisagem, Economia agrária, Áreas de aptidão agrícola, Ordenamento, Portugal // LOC: BISA PP-A01-53; MADRP-BC C00/P3; BN PP 32 A; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD;
38. Araújo, Ilídio Alves de (1979), *Jardins, Parques e Quintas no aro do Porto*, Comunicação ao colóquio 'O Porto na época moderna', in 'Revista de História', Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, Vol. II, pp. 375-387. // IND: Arte paisagista, Arte dos jardins, Porto e arredores // LOC: BN B.A. 7718 V; UCBG 6-27-13-33; BPMP S⁶-3-19(14); FLUP 93(05); BLCS BPBUM 33928; BMB 908 ARAU-I; BMRP DP-93(05)-VER; FR-FCG-CCP GUM00010003201, GUM00020072301, GUM00020072501 e GUM00030017501 // NOT: Citação, Cfr. n.º 143 e 156;
39. Araújo, Ilídio Alves de (1979), *Ordenamento paisagístico: alguns conceitos basilares*, Porto: Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, 1979, 13 p. // IND: Ordenamento paisagístico, qualidade de vida (indicadores), produtividade do trabalho, desenvolvimento; Desordenamento paisagístico e suas causas; Planos de ordenamento, aspectos, amplitude e tipos; Planeamento paisagístico e económico; Áreas e unidades de planeamento // LOC: DGOTDU 2679 M;
40. Araújo, Ilídio Alves de (1980), *Castros: outeiros e castros na paisagem de Entre Douro e Minho*, in Revista 'Mínia', 2.ª série, Ano 3, n.º 4, Braga: Associação para defesa, estudo e divulgação do património cultural, 1980, pp. 101-117 // IND: História da Paisagem, Povoamento rural castrejo, Castros (pré-romanos), Cidades (castros romanizados), Integração Paisagística (outeiros ou colinas), Entre Douro e Minho // LOC: BN S.A. 55346 V; UCBG 5-19-20-25; BPMP S⁶-3-13(24); BLCS BPBUM 26363 // FR-FCG-CCP GUM00010035001, GUM00010065901 e CNG 142 // NOT: Citações Cfr. n.º 156;
41. Araújo, Ilídio Alves de (1980), *Douro superior I: notas corográficas*, Caderno n.º 4, Porto: Direcção Geral do Ordenamento, 1980, 64 p. // IND: Douro Superior: Uma área problema; Zonagem ecológica, Problemas de ordenamento paisagístico, Bibliografia regional // LOC: DGOTDU 5412 M e 5105 M; BISA F-P011-22 e F-P011-23; UALG 323.17 ARA*Dou SL; CCRLVT UR.P. 4429/4; CCRNOR 05047-001-P 71/062; MAEDM-B Ara Dou. // NOT: Complemento Cfr. n.º 102; Citações, Cfr. n.º 143 e 163;
42. Araújo, Ilídio Alves de (1981), *A função recreativa no ordenamento da paisagem e no desenvolvimento regional*, In 'Jornadas do Termalismo Português' (Vimeiro, 1981), Lisboa: Associação Nacional Industriais de Águas Minero-Medicinais e de Mesa, 1981, pp. 35-52 // IND: Ordenamento e qualidade paisagística; Populações urbanas e lazer; Paisagens e função recreativa; Turismo; Desenvolvimento Regional // LOC: CCRNOR 08344-1981-001-P;
43. Araújo, Ilídio Alves de (1981), *O ordenamento da paisagem, a produtividade do trabalho e o desenvolvimento rural*, in 'Boletim Informativo', Ano 1, n.º 1, Porto: Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1981, pp. 2 a 4 // IND: Desenvolvimento rural; Causas da baixa produtividade do trabalho agrícola; Ordenamento paisagístico, produtividade do trabalho e bem-estar rural // LOC: BN PP 17715 V; UCBG 10-7 B-20-16 e 10-13-17-10; BPMP P-B-1879; MAEDM-B BI-EDM;
44. Araújo, Ilídio Alves de (1982-1985), *A alternativa é rural*, Caderno 7, Porto: Direcção Geral do Ordenamento, 1986, 59 p. // IND: Arquitectura paisagista; Paisagem, gestão dos recursos naturais e agricultura; Estruturação

- dos territórios, centros de serviços e desenvolvimento rural integrado // LOC: UALG 712 ARA*Alt SL; BISA F-P011-20 e 21; DGOTDU 5415 M e 5103 M; APA 18d-49; CCRLVT URP 4429/7; MAEDM-B Ara Alt // NOT: Citação Cfr. nº 143; Inclui:
- 44.1. Araújo, Ilídio Alves de (1982), *A arquitectura paisagista nos anos 80*, em 15 Dezembro 1982, no debate efectuado na Univ Évora; IND: Crise económica, Transformações da paisagem, Desordenamento; Planos Directores Municipais; Formação de Planeadores e Paisagistas;
- 44.2. Araújo, Ilídio Alves de (1984), *A alternativa é rural*, em 4 Dezembro 1984, no 'Encontro sobre o Processo de Ordenamento do Território, Tema III Problemas do Mundo Rural'; IND: Vacas gordas, novo-riquismo e consequências; Vacas magras, saídas da crise e velhos do Restelo; Energia solar, planificação e ocupação do território;
- 44.3. Araújo, Ilídio Alves de (1985), *Sobre a abordagem integrada dos problemas de estruturação dos territórios e de ordenamento das paisagens*, em 06 Março 1985, no debate efectuado na C.C.R. Norte; IND: Território e paisagem; Paisagens ordenadas e desordenadas; Planeamento paisagístico e estruturação do território (nível nacional e regional);
45. Araújo, Ilídio Alves de (1982), *O ordenamento cultural no ordenamento da paisagem rural portuguesa*, in Vida Rural, nº 133, Lisboa: 15-30 Abril 1982, p. 84-105 // IND: Compartimentação orográfica (montanha, socacos de meia encosta, terras chãs); Água e clima; Ordenamento agro-florestal; Povoamento, Paisagem rural // LOC: BISA PP-A01-53; MADRP-BC C00/P3; BN PP 32 A; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTA-DBG 5781 SD;
46. Araújo, Ilídio Alves de (1982), *Regionalização e ordenamento do território*, no debate sobre Regionalização promovido pela Associação para o Desenvolvimento Regional na FEUP em Maio 1982, Caderno 2, Porto: Direcção Geral Ordenamento, 1986, 42 p. // IND: Regionalização; Administração pública e qualidade de vida; Um pouco de história; Administrar o quê; Ocupação da paisagem produtiva; Centros regionais (ou sub-regionais) de prestação de serviços; Centros provinciais (ou regionais); Homogeneidade paisagística e regionalização; Justificação de alguns limites; Limites à concentração; Que autonomia regional? // LOC: UALG 323.17 ARA*Reg SL; DGOTDU 5410 M e 5106 M; CCRLVT UR.P. 4429/2; CCRNOR 05045-001-P 35.07/092 // NOT: Recensão de Castro Caldas, Cfr. nº 164;
47. Araújo, Ilídio Alves de (1982), *Plano de Zonas Verdes para a Póvoa de Varzim*, Póvoa de Varzim, 1982, 35 p. // IND: Póvoa de Varzim (origem e expansão da cidade, perspectivas); Funções do verde urbano: protecção (insolação, vento, ruído, torrentes), higienização (poluição atmosférica), vivificação (biodiversidade), amenização (climática, hídrica, ambiental), recreio (embelezamento, lazer); Rede verde urbana: Pública (praças e passeios); Social (jardins de infância ou terceira idade; recreios de escolas, parques desportivos; logradouros de lares, asilos, casas de saúde, hospitais; adros de igrejas; paradas de quartéis; esplanadas de cafés ou restaurantes); Espécies para a proximidade do mar (arbustos, árvores) // LOC: BMRP FL-DP cx. 80 (fotocópia) // NOT: Complemento Cfr. nº 94; Recensão por Carlos Carvalho Dias, Cfr. nº 165;
48. Araújo, Ilídio Alves de (1983), *A Paisagem e o Homem 1*, Suplemento ao Boletim Informativo nº 5, Porto: Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Abril 1983, 4 p. // IND: Paisagem Rural, Desordenamento (explorações agrícolas na paisagem), Entre Douro e Minho, Ordenamento paisagístico // LOC: BN PP 17715 V; UCBG 10-7 B-20-16 e 10-13-17-10; BPMP P-B-1879; MAEDM-B BI-EDM // NOT: Inclui:
- 48.1 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *Paisagem*;
- 48.2 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *O diabo, o homem e a paisagem*;
- 48.3 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *O desordenamento da paisagem rural de Entre Douro e Minho I*;
- 48.4 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *Ordenamento paisagístico*.
49. Araújo, Ilídio Alves de (1983), *A Paisagem e o Homem 2*, Suplemento ao Boletim Informativo nº 6, Porto: Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Outubro 1983, 8 p. // IND: Paisagem, Ordenamento (Constituição), Defesa dos recursos naturais (Solos Agricultáveis), Desordenamento (nas explorações agrícolas), História, arte e paisagem // LOC: BN PP 17715 V; UCBG 10-7 B-20-16 e 10-13-17-10; BPMP P-B-1879; MAEDM-B BI-EDM // NOT: Inclui:
- 49.1 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *Paisagem, panoramas e pontos de vista*;
- 49.2 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *O ordenamento da paisagem na Constituição Portuguesa*;
- 49.3 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *Em defesa dos recursos naturais: os solos agricultáveis*;

- 49.4 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *O desordenamento da paisagem rural de Entre Douro e Minho 2*;
- 49.5 Araújo, Ilídio Alves de (1983), *Historia, arte e paisagem: Repton e os pardais*.
50. Araújo, Ilídio Alves de (1983), Gomes, José Manuel Lé Ivo, *Proposta de ordenamento da Tapada da Amora, Vairão: memória descritiva e justificativa*, Porto: Direcção Regional de Agricultura de EDM, 1983, 18 p. // IND: Plano de ordenamento, Tapada da Amora, Vairão (Vila do Conde), DRAEDM // LOC: MADRP-BC 48/183R; MAEDM-B Ara Amo;
51. Araújo, Ilídio Alves de (1984), *Plano de Instalação do Museu Agrícola de Entre Douro e Minho*, Vairão: Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1984 // IND: Museu Agrícola de Entre Douro e Minho, Plano, Vairão (Vila do Conde) DRAEDM // LOC: MADRP-BC 48/158R; MAEDM-B Ara Mus // NOT: Cfr. www.geira.pt/Maedourominho/Tema1/publicacoes.html ; www.geira.pt/maedourominho/
52. Araújo, Ilídio Alves de (1984), *Reordenamento Cultural de Entre Douro e Minho*, comunicação na Jornada Florestal de Entre Douro e Minho, organizada em Braga pela STET, in Vida Rural, n° 190, Lisboa: Setembro 1984, pp. 12 e 13 // IND: Entre Douro e Minho; Terras aráveis (chãs, socalcos) e não aráveis (pastagens, matos, florestas); Reordenamento:> 800 m (floresta climática, pastagens, silvo-pastorícia, fauna selvagem, caça, sítios arqueológicos, recreio e turismo), declives de 400m a 800 m (matas de protecção da erosão, matas de produção, biodiversificação) // LOC: BISA PP-AO1-53; MADRP-BC C00/P3; BN PP 32 A; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD;
53. Araújo, Ilídio Alves de (1984), *A Floresta na paisagem minhota no passado*, in Vida Rural, n° 195, Lisboa: 16-30 Novembro 1984, pp. 85-87 // IND: Matas primitivas climáticas; Silvofobia dos primeiros colonizadores (pastores, mineiros, agricultores); Sucessivas florestações entre os séculos XIV e XX; Imprensa agrícola do Norte (séc. XIX), Regime Florestal; Floresta e paisagem (coordenação de usos; material genético; cartografia ecológica) // LOC: BN PP 32 A; BISA PP-AO1-53; MADRP-BC C00/P3; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD;
54. Araújo, Ilídio Alves de (1985), *A Paisagem e o Homem 3*, Suplemento ao Boletim Informativo n° 8, Porto: Direcção Regional de Agricultura de EDM, Março 1985, 4 p. // IND: Regime hídrico do solo, Solos, Ordenamento cultural (terras chãs, socalcos regados, declives sem rega; Água e reordenamento cultural, Entre Douro e Minho // LOC: BN PP 17715 V; UCBG 10-7 B-20-16 e 10-13-17-10; BPMP P-B-1879; MAEDM-B BI-EDM // NOT: Inclui:
- 54.1 Araújo, Ilídio Alves de (1982), *A água no ordenamento cultural do Entre Douro e Minho*, no painel sobre 'Modernização dos regadios tradicionais do Noroeste (Porto, Ordem dos Engenheiros, 15-06-1982)
55. Araújo, Ilídio Alves de (1985), *A Paisagem e o Homem 4*, Suplemento ao Boletim Informativo n° 9, Porto: Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Dezembro 1985, 8 p. // IND: Arquitectura, Escultura, Arte dos jardins, séc. XVIII, Quinta de S. Gens, Matosinhos, Nicolau Nasoni // LOC: BN PP 17715 V; UCBG 10-7 B-20-16 e 10-13-17-10; BPMP P-B-1879; MAEDM-B BI-EDM // NOT: Inclui:
- 55.1 Araújo, Ilídio Alves de (1985), *N. Nasoni e a Quinta de S. Gens* // NOT: Reedição Cfr. n° 68;
56. Araújo, Ilídio Alves de (1985), *Sobre a Gestão do Litoral português*, em 1985, no painel organizado pela Associação Portuguesa de Recursos Hídricos sobre 'A Costa Marítima a Norte do Mondego', Caderno 1, Porto: Direcção Geral Ordenamento, 1985, 29 p // IND: Zonas litorais, desordenamento, Europa, Portugal; Plano de Ordenamento do Território (princípios) // LOC: BISA F-P011-24 e 25; DGOTDU 5409 M e 5188 M; CCRLVT UR.P. 4429/1; UALG 711:551.453.3 ARA*Sob SL; CCRNOR 05046; MAEDM-B Ara Lit;
57. Araújo, Ilídio Alves de (co-autor) (1986), *Guia de Portugal*, Vol. IV (Entre Douro e Minho), Tomo 2 (Minho), Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1986 (2ª ed.), 1996 (3ª ed.), pp. 705-1331 // IND: Património cultural e paisagístico; Jardins, Minho // LOC: BN CG 8397 P; FLUC-BC A-15-1-6; INA 4953; BPMP F8-2-97[4t2]; CVRVV J28; UM-BPB 908(469) PRO; BMBH HR/D GP // NOT: Inclui:
- 57.1 Araújo, Ilídio Alves de (1986), *Quinta da Palmeira* (Braga), p. 850 // Cita: *Arte paisagista ...*Cfr. n° 16;
- 57.2 Araújo, Ilídio Alves de (1986), *Paço de Vila Pouca* (Guimarães), pp. 1157-1158;
- 57.3 Araújo, Ilídio Alves de (1986), *Jardins do Paço de Vila Flor* (Guimarães), pp. 1228-1229;
- 57.4 Araújo, Ilídio Alves de (1986), *Casa de Simões* (Moure, Felgueiras), pp. 1263-1265;
- 57.5 Araújo, Ilídio Alves de (1986), *Castelo de Mouros* (Arnoia, Celorico de Basto), pp. 1293-1294;
- 57.6 Araújo, Ilídio Alves de (1986), *Jardins de Basto* (Região de Basto), pp. 1294-1299;

58. Araújo, Ilídio Alves de (1986), *Região de Basto: que futuro agrícola*, in *Vida Rural*, nº 229, Lisboa: 16-30 Abril 1986, pp. 26-31 // IND: Ideólogos reformadores e impotência governativa (séc. XIX-XX); Políticos urbanos e problemas rurais; Utilização racional dos recursos naturais; Compartimentação territorial; História da paisagem (Povoamento pré-romano, Conquista das encostas, Romanização); Basto; Vale do Tâmega; Entre Douro e Minho // LOC: BISA PP-AO1-53; MADRP-BC C00/P3; BN PP 32 A; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD;
59. Araújo, Ilídio Alves de; Figueiredo, Maria Manuel (1986), *A Gestão do litoral em Portugal*, Caderno 3, Porto: Direcção Geral de Ordenamento, 1986, 57p // IND: Litoral português: Ocupação, Problemas de gestão, Processo de gestão do território, Conhecimento, Planeamento da ocupação // LOC: UALG 323.17 ARA*Ges SL; DGOTDU 5411 M e 5104 M; CCRLVT UR.P. 4429/3; CCRNOR 05046-001-P 71/061;
60. Araújo, Ilídio Alves de (co-autor) (1987), *Guia de Portugal*, Vol. V (Trás-os-Montes e Alto Douro), Tomo 1 (Vila Real, Chaves e Barroso), Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1987 (2ª ed.), 1995 (3ª ed.), 514 p. // IND: Património cultural e paisagístico; Riba Tâmega // LOC: FCG-BG GT 69g.2; APA 24h-116(I); BPMP F8-2-97[5t1] e REF-908-G.P. // NOT: Inclui:
- 60.1 Araújo, Ilídio Alves de (1987), *Terras de Ribatâmega*, pp. 292-298; IND: Paisagem; História e Pré-história;
- 60.2 Araújo, Ilídio Alves de (1987), *Castelo de Pena de Aguiar*, pp. 342-344 // IND: Património Cultural; Telões, Vila Pouca de Aguiar;
61. Araújo, Ilídio Alves de (1987), *Funções sociais da agricultura e dos agricultores no tempo actual*, in *Vida Rural*, nº 3, Lisboa: Fev. 1987, pp. 26-29 // IND: Função social da terra; Uso do solo; Planeamento necessário // LOC: BISA PP-A01-53; BN PP32A; MADRP-BC C00/P3; UCBG GN-64-3; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD;
62. Araújo, Ilídio Alves de (1987), *O essencial sobre o litoral português*, Col. Essencial 23, Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 1987, 62 p. // IND: Litoral português e seus ecossistemas naturais; Reduzida dimensão mas grande potencial produtivo; Ordenamento do território // LOC: BMMTG 913(469) Ara; BMARR DEP/911(469) ARA FCG 45849; BGUE VERNEY 711(469) ARA e; BMPO 03-ARA-lit; IPCB ESE 502.6 ARA Ess; BMO AMB AMB ARA; BN B.A. 5625 P; RMBL 502(469)/ARA; MADRP-BC 55/227; MOPTC 000075A; DGO-TDU 11175 M e 4750 M; FLUL 913 ARA, I; BMM 913(469) ARA; UCBG 6-46-15-23; BMC SL 030.1 ESS-23; BMAV 913(469) ARJ; BMEST A 001.1 ESS; BMFC FG 502 ARAU-I. ess; BMAR 71 ARA; BPMP N3-7-355(23); CCRNOR 02535-023-001-P 71/043/023; BMFE 914ARA; BMJR 91(469) FG-ARA; BME 91-ARA; BMB (A) 502.3(210.5)(469) ARA; BMVC A 574 A689e (v); BMVNC 91 ARA 008121; BLCS BPBUM 69788 e DP 219447; BMRB 914.69 ARA; BMMM 71 COL E; BMCB 91 ARAU-I; BMCH 911 ARA // USA-HUL Widener Depository HW8JG8; USA-UCB HT 395.P8.A75 1987; USA-YUL HT395 P8 A73 1987; UK-BL YA.1990.a.2764; UK-UM-ML BAF 3 914.69 A18; DE-SUHB A/271829; DE-UTR Is1832; FR-FCG-CCP INL ESS 23; CZ-NK 911.3:33(469:210.5)(048.8)=60; ES-UCAIH-HUM XX(491496.1) // NOT: Citação, Cfr. nº 156; Recensão em *Brotéria Cultura* Cfr. nº 166;
63. Araújo, Ilídio Alves de (1987), *Ecologia, economia da paisagem e desenvolvimento ordenado*, In *Actas do seminário 'O Algarve na perspectiva da antropologia ecológica'* (Faro, Univ. Algarve, 1987), Lisboa: INIC, 1989, p. 349-359 // IND: Análise ecológica da paisagem; Ecossistemas e ecótopos (alimentares e matérias primas); Comunidades humanas e compartimentação territorial; Exploração dos recursos naturais e transferência de rendimentos; Crescimento económico, artificialização e desordenamento (habitat, estradas, florestações maciças, suburbanização); Ecologia e economia; Plano de desenvolvimento, ordenamento paisagístico, harmonização intersectorial, produtividade do trabalho // LOC: BISA E50-123; BN HG 38925 V; UCBG 5-51-37-90; BPMP F4-9-81; FLUP 91/V/44; BGUM1 908(469.6);
64. Araújo, Ilídio Alves de (1987), *Regiões naturais e divisões administrativas*, in 'Região do Norte: O Território, O Homem, As Actividades, As Instituições. Contributos para uma ideia', in *Actas Iº Congresso da Região do Norte* (Póvoa Varzim, 16-17 Jan. 1987), Org. Forum Portucalense, Porto: Ed. Athena, 1988, p. 59-74. // IND: Administração pública e qualidade de vida; Regiões naturais (espaços ecológicos de cooperação social local); Regiões administrativas (de apoio ao regular funcionamento das actividades económicas e sócio culturais locais); Regiões Plano (capazes de participar no diálogo com outras regiões da Europa); Reforma da Administração local e criação de Regiões Administrativas // ULUSP 316 COM; ISSSP 908/7; CCRNOR 07808;
65. Araújo, Ilídio Alves de (co-autor) (1988), *Guia de Portugal*, Vol. V (Trás-os-Montes e Alto Douro), Tomo 2 (Lamego, Bragança e Miranda), 1988 (2ª ed.), 1995 (3ª ed.), pp. 515-1086 // IND: Património Cultural, Douro; LOC: FCG-BG GT 68.h; APA 24h-116(II); BPMP F8-2-97[5t2]; // NOT: Inclui:
- 65.1. Araújo, Ilídio Alves de (1988), *Casa do Cabo* (S. João da Pesqueira) // NOT: Cita 'Arte paisagista ...', Cfr. nº 16;
66. Araújo, Ilídio Alves de (1988a), *Sobre o ordenamento paisagístico das zonas de montanha*, comunicação no 'Simpósio Sobre a Floresta e o Ordenamento do Espaço de Montanha' (Vila Real, 26-29 Maio 1988), Org. Univer-

- sidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais, Vila Real: UTAD, 1988, pp. 353-371, ISBN 972-669-254-7 // IND: Montanha, Zona desfavorecida, Rarefacção Demográfica, Desenvolvimento Rural, Planeamento, Arte Paisagística, Função Recreativa, Floresta, Modelos de Ordenamento // LOC: BISA K10-314; DGF Congr 13915; IPCB ESA K10-10854; ESAC K10 19041; UCFE 338.43 SIM; UTADBG SIM 630 38794 CA;
67. Araújo, Ilídio Alves de (1988), *Os Jardins do Porto (1840-1940)*, in 'Casa de Serralves: retrato de uma época', Porto: Secretaria de Estado da Cultura, Casa de Serralves, 1988, 2001, pp. 43 -51 // IND: Organização dos hortos e jardins antigos, Origem dos jardins modernos; Jardins do Porto; Projectistas, Viveiros de plantas // LOC: BN BA 1711 A e P. 3414 A; UCBG 5-26-29-35 e 6-9 A-10-23; BPMP E6-12-107 e 9EP 000138; BMRP 069(469)CAS // BE-KMSK III 22835;
68. Araújo, Ilídio Alves de (1985), *Nicolau Nasoni e a Quinta de S. Gens*, in 'O Tripeiro', Nova Série, Ano VII, nº 10, Porto: Outubro 1988, pp. 293-300 // IND: Arquitectura, Escultura, Arte dos jardins, Quintas suburbanas do séc. XVIII, Quinta de S. Gens (Matosinhos), Nicolau Nasoni // LOC: BN PP3054A; UCBG 8-32-1; BPMP P-B-5061; AHMP Trip; BMRP 908.469.12(05)-TRI; BMMM 008(05)TRI // FR-FCG-CCP PRT-Tr // NOT: Edição original Cfr. nº 55.1;
69. Araújo, Ilídio Alves de (1989), *A Tradição da Arte da Jardinagem na Região do Porto*, em "A Arte de Projectar Jardins", VIº Colóquio da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (Porto, CCRN, 4-6 Maio 1989), in Revista 'O Tripeiro', série nova, Vol. VIII, nº 11-12 (Novembro/Dezembro), Porto, 1989, pp. 339-348 // IND: Arte dos jardins, Jardins históricos, Região do Porto // LOC: BN PP3054A; UCBG 8-32-1; BPMP P-B-5061; AHMP Trip; BMRP 908.469.12(05)-TRI; BMMM 008(05)TRI // FR-FCG-CCP PRT-Tri // NOT: Citação Cfr. nº 143;
70. Araújo, Ilídio Alves de (1994), *Considerações sobre a gestão das paisagens*, Síntese de palestras efectuadas em Felgueiras (25.11.1989), Viana do Castelo (22.11.1990) e Vila do Conde (13.05.1994), in Abreu, M. C. (coord.) 'Paisagem', Colecção Estudos 2, Lisboa: DGOTDU, 1994 e 1997, pp. 121-136 // IND: Paisagem, Território e Ambiente; Paisagens, património e desenvolvimento; Degradação das paisagens, do ambiente e suas causas; Planeamento e Gestão das Paisagens; Ordenamento do território; Responsabilidades do Estado, Municípios, Projectistas e Gestores), Vicissitudes do planeamento municipal // LOC: CCRA 10374 16; BISA P011-445 e P011-460; DGEMN-BIB AMB4948- 5221; IGESPAR AU1132 -10043; OASRS APJ 004; FEUP 71/ALVa/PAI (PISO4); CCRNOR 00965-002-001-G 711.4/033/002; UM-BPB 163087; ESAPL 712 [3091]; UTADBG PAI 712.3 66356 SD e PAI 712.3 66742 SD // NOT: Texto original não editado, Cfr. 107;
71. Araújo, Ilídio Alves de (1994), *Ordenamento da Paisagem: As paisagens de Montanha do Noroeste Português*, in 'Iniciativa para o Desenvolvimento a Energia e o Ambiente', Lisboa: IDEA, Abril 2004, pp. 34 a 41 // IND: Noroeste português, Zona de montanha, Património paisagístico e cultural, Declive e socos, Reversão agrícola problemática, Rede urbana, Desenvolvimento desordenado, Florestação massiva, Degradação da paisagem, Despovoamento // LOC: BN SA 78532 V; UCBG 5-26-38-117; BPMP P-B-8912;
72. Araújo, Ilídio Alves de (Dir.) (1995-1997), *Silvana Bastiana: Boletim da Associação Florestal de Basto*, nº 0, 1 e 2, Suplementos a 'O Povo de Basto' nº 15, 25 e 46, Celorico de Basto: 15 Dezembro 1995, 15 Maio 1996, 30 Março 1997 // IND: Floresta, Associativismo Florestal; Reordenamento paisagístico, História, Identidade cultural, Terras de Basto; LOC: BN J. 3906 V; UCBG B-23; BPMP P-D-26; BMLB Pov. B // NOT: Inclui, nomeadamente:
- 72.1. Araújo, Ilídio Alves de (1995), *A Floresta de Basto*, in 'Silvana Bastiana' nº 0, pp. 7-8, Cfr. 'O Povo de Basto' nº 15, 15 Dez. 1995 // IND: Inventário e estatística florestal, Terras de Basto;
- 72.2 Araújo, Ilídio Alves de (1996,1997), *A Floresta no Reordenamento Paisagístico da Região de Basto* [Em 13 Julho 1991, no debate 'Que Floresta para Basto' efectuado em Celorico de Basto], *Parte 1*, in 'Silvana Bastiana, nº 1, pp. 1-3, Cfr. 'O Povo de Basto' nº 25, 15 Maio 1996; e *Parte 2*, in 'Silvana Bastiana, nº 2, pp. 5-6, Cfr. 'O Povo de Basto' nº 46, 30 Março 1997 // IND: Reflexos da conjuntura económica na paisagem rural; Consequências sociais da extensificação agrícola; Valor social do potencial recreativo da paisagem; Risco de degradação paisagística; Impacto paisagístico dos vários tipos de floresta; Áreas merecedoras de especiais cuidados de gestão;
- 72.3 Araújo, Ilídio Alves de (Pseud. Vicente de Macedo) (1996, 1997), *Em Busca da Identidade Cultural dos Povos de Basto (Memórias do Século VI ao XII)*, *Parte 1*, in 'Silvana Bastiana, nº 1, pp. 5-8, Cfr. 'O Povo de Basto' nº 25, 15 Maio 1996; e *Parte 2*, in 'Silvana Bastiana, nº 2, pp. 7-8, Cfr. 'O Povo de Basto' nº 46, 30 Março 1997 // IND: As Terras de Basto e seus Povos; Limites históricos da Região de Basto e da Diocese de Meinedo; Antigo limite Nordeste da Diocese do Porto e a Região de Basto; Basto e Celorico: de topónimos a corónimos; Cristianização dos povos de Basto; Primeiras paróquias cristãs de Basto e antigas comunas; Brigas ou Ligas de Povos Ibéricos; Dominação Moura.

- 72.4 Araújo, Ilídio Alves de (1997), *Agrupamentos de Produtores Florestais*, in 'Silvana Bastiana' N° 2, p. 2, Cfr. 'O Povo de Basto' n° 46, 30 Março 1997 // IND: Florestação e riscos; Incendiários e vigilância móvel; Gestão e Defesa Florestal; Agrupamentos florestais;
73. Araújo, Ilídio Alves de (1995), *O ordenamento do Espaço Rural*, in '20 valores do mundo rural', Lisboa: IFADR LEADER, 1995, pp. 155-160 // IND: Funções da paisagem humanizada (habitação, produção de alimentos, qualidade ambiental e de vida), Contributo mínimo da agricultura para a economia nacional (reserva agrícola nacional), Relação entre espaços florestais, agrícolas e urbanos, Rede de centros urbanos de serviços, Ameaças ao equilíbrio das paisagens (suburbanização e despovoamento), Desperdício de recursos, Debilidade da política de ordenamento do território // LOC: BN SC 73902 V; UCBG 6-47-15-2; BMC 1-6-99 / 43570; BPMP T7-4-50;
74. Araújo, Ilídio Alves de (1996), *A compatibilização do desenvolvimento rural com a qualidade das paisagens*, in 'Actas das comunicações: 1º Congresso de Agricultura do Norte de Portugal' (Vairão, Vila do Conde, 5-6 Dezembro 1996), Porto: Câmara de Agricultura do Norte, 1997, pp. 109-125 // IND: Regiões Administrativas; Racionalização da Administração e critérios de descentralização (Administração central, Distritos, Concelhos e Freguesias); Paisagem e ambiente; Rural e urbano; Novas funções do espaço rural: Qualidade das paisagens; Evolução do espaço rural e sua recuperação e reconversão; Desenvolvimento rural // LOC: MADRP-BC 57/347; DGF Congr 16625; // NOT: Citação em 'Terras do Ave', Cfr. 167;
75. Araújo, Ilídio Alves de (1997), *Amenização ambiental e Zonas Verdes urbanas: no quadro das políticas para a qualidade do ambiente urbano*, in 'Qualidade do Ambiente Urbano: Comunicações do Seminário' (Porto, Fund. Cupertino de Miranda, 12 a 14 Out. 1997), Porto: Comissão de Coordenação da Região do Norte, 1999, p. 13-45; ISBN 972-734-231-0 // IND: Paisagem (do belo ao agradável); Comunidades humanas e qualidade das paisagens; Ambiente paisagístico, expansão urbana e amenidade; Gestão (recursos, sistemas, paisagens), Território, planeamento e gestão; Níveis nacional, regional, subregional; Requalificação urbana, textura verde e amenidade ambiental); Condução e manutenção de espaços verdes (Parques, jardins e quintas de recreio) // LOC: BN SA 95826 V; UCBG 6-37-43-13; BPMP 5c 000074; CCRNOR 00001-0019-001-G[13-45];
76. Araújo, Ilídio Alves de (1998), *Articulação dos P.R.O.F. com outros instrumentos de ordenamento do território*, no 2º Painel (23 Outubro 1998) do seminário 'O futuro dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal' (Matosinhos, Exponor, 22-23 Outubro 1998), Porto: Forestis (Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal), 1998, pp. 177-189 // IND: Planos Regionais de Ordenamento Florestal, Reflorestação massiva, Impacto paisagístico, Instâncias de planeamento, Planeamento florestal e gestão municipal, Planeamento e Divisão administrativa, Planeamento florestal e Incêndios florestais // LOC: DGF Congr 17213;
77. Araújo, Ilídio Alves de (1998), *Que futuro para os baldios serranos: o caso dos baldios da Região de Basto*, in Boletim Forestis, Ano 3, n.º 8, Porto: Associação Florestal de Portugal, Março 1998, 2 p. // IND: Regime florestal, Baldios, Comissões de Compartes, Juntas de Freguesia, Decreto-lei 39/76, Empresa pública de gestão florestal, Montanha, Zonas desfavorecidas, Silvicultura de uso múltiplo, Emprego, Desenvolvimento local, Proprietários florestais vizinhos de baldios, Ordenamento florestal, Prevenção de incêndios florestais, Empresa florestal regional de capitais mistos (Régie de autarquias, compartes de baldios, produtores autónomos, outros), Política florestal // LOC: BN PP 24267 V; UCBG 10-31-8-10; BPMP P-B-10340;
78. Araújo, Ilídio Alves de (1998), *A antiga Diocese de Meinedo*, in 'Tempos e Lugares de Memória, Actas do 1º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dez 1998)', Vol. II, Porto/Arouca: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Estudos Domingos Pinho Brandão, 2002, pp. 95-119 // IND: Diocese visigótica de Porto Cale (> 583 d.C.); 'Paroquial suévico' (580 d.C); Diocese suévica de Meinedo (<583 d.C), com 25 terras (= concelhos medievais) inclui Região de Basto // LOC: BN R 22083 V; UCBG 7-47 A-7-29; BPMP 2b 000371(2);
79. Araújo, Ilídio Alves de (1999), *Vestio Lonieco e os Argonautas*, no Congresso de Proto-História Europeia (Guimarães, 1999), Actas in 'Revista de Guimarães', n° esp., Vol. I, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1999, pp. 223-261 // IND: Proto-história, Toponímia, Gentilidades, Animais totémicos, Patriarcas eponímicos e Oragos locais, Noroeste peninsular // LOC: BN PP 24723 V e HG 47135 V; UCBG 9-(3)-35/36; BPMP P-B-2034; UM-BUA 181689; SMS BS 17-5-220 e www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RGVE1999_014.pdf;
80. Araújo, Ilídio Alves de (Pseud.: L. Alves da Venda) (2002-2003), *A Comuna de Monte Longo e as suas gentes (apontamentos para a história da sua evolução social, política e religiosa)*, In 'Dom Fafes: revista cultural', Fafe: Câmara Municipal, n° 8/9 (Cap. I e II), 2002, pp. 129-203; n° 10 (Partes III e IV), 2003, pp. 55-162 // IND: Proto-história do povoamento, Toponímia, Ecologia, Etnologia; Montelongo (antiga comuna); Gentilidades (autóctones, orientais, europeias); Lugares, gentes e protectores; Animais totémicos, Patriarcas eponímicos e Oragos; Longos, Longo e S. Longuinhos; Celorico de Basto // LOC: BN PP 22240 V; UCBG A-9-8; BPMP P-A-4849; UTADBG 77714 SD // NOT: Actualiza e corrige n° 17.2; Complemento: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3611.pdf>; www.ipa.min-cultura.pt/pubs/RPA/v5n1/folder/029-038.pdf;

81. Araújo, Ilídio Alves de (2003), *A protecção da natureza e das paisagens no planeamento da sua gestão: evocação histórica e crítica de uma experiência de meio século*, Texto baseado em palestra efectuada no Colóquio Exposição sobre 'Região do Porto: Áreas Naturais para o século XXI (Parque Biológico de Gaia, 02 Fevereiro 2002), in Catálogo da exposição 'A utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles'. Lisboa: Instituto Português de Museus; Évora: Museu de Évora, 2003, pp. 73-95 // IND: Natureza e paisagens, Planeamento, gestão e protecção; Experiência 1953-2003, História e crítica // LOC: RMBL 71 TEL/UTO e ARQ ARQU UTO; FCG-BA AAT 3611; BN BA 22278 V; UCBG 6-1-36-49; BPMP 7c 001369;
82. Araújo, Ilídio Alves de (2003), *Breves impressões da antiga Guimarães*, Prefácio a 'Guimarães Património da Humanidade através do bilhete-postal ilustrado', de José Manuel da Silva Passos, Lisboa: Livros Horizonte, 2003, pp. 7 a 16, ISBN: 972-24-1283-3 // IND: Recordações, emoções, evocações (históricas, míticas e literárias); Figuras venerandas; Documento histórico; Guimarães // LOC: BN H.G. 52882 V; UCBG RC-81-24; BMC 1-9-17; BMVNG 908(469.12) PAS; BPMP 9b 001619 // NOT: Com dados biográficos de Ilídio de Araújo;
83. Araújo, Ilídio Alves de (2003), *Entrevista a Ana Sousa Dias* [Gravada em 2003 para a exposição 'Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas, 1940-1970', Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Belas Artes, 2003], in "Le jardin du temps [DVD e cassettes com entrevistas a arquitectos paisagistas], Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006 // IND: Ilídio de Araújo, Biografia, Paisagismo, Ordenamento, Portugal // LOC: FCG-BA CDR 309, VC 93; VC 94; VC 95; CPFCC On-line: <http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/video/ilidio-de-araujo/ilidio-de-araujo-1-de-3/> //
84. Araújo, Ilídio Alves de (2005), *A casa rural e o desenvolvimento erudito da arte paisagista: um olho sobre o passado e outro virado para o futuro*, in 1.º Congresso Internacional 'Casa Nobre: um património para o futuro: actas' (Casa das Artes, 10-12 Nov. 2005), Arcos de Valdevez: Município, Maio 2007, p. 301-344; ISBN 9789729136511 // IND: Arte Paisagista (humanização das paisagens, evolução recente, níveis de gestão, gestão estatal); Gestão paisagística privada (modelos tradicionais; conchousos de herdades e quintãs; tapadas de caça, matas e parques florestais; quintas e cercas conventuais); Fotos // LOC: BMPL AAA-C2/3 CMAV; DRCN-P 72(469)-1358;
85. Araújo, Ilídio Alves de (2006), *Ensaio sobre a evolução da paisagem em Celorico de Basto*, in Actas de 'Encontros de Basto IX Edição' (Celorico de Basto 4 e 5 Maio 2006), Molares: Centro de Formação de Basto, 2006, pp. 69-118 p. ISBN 972-9502048 // IND: Proto-história do povoamento, Estratificação toponímica, Ecologia, Etnologia; Povos e paisagens do Hemisfério Norte, do IX ao IV milénio a.C.); Povos e paisagens de Basto, desde o fim do IV milénio a.C.); Caçadores e pastores, mineiros, agricultores // LOC: BMC 0-3-345 / 570767; UM-BG 1-37.01-E // NOT: Programa: <http://www.mun-celoricodebasto.pt/turilazer/origens3.asp>
86. Araújo, Ilídio Alves de (2007), *Entrevista com Ilídio de Araújo*, in 'Arquitectura e Vida', Ano 6, nº 78, Lisboa: Loja da Imagem, Jan. 2007, 10 p. // IND: Território, transformações e consciência da paisagem; Natureza, habitat e qualidade paisagística; Agronomia, construções rurais e planeamento agrícola; Ordenamento paisagístico, rede de equipamentos e desenvolvimento local; Economia das paisagens, planeamento e gestão (nacional, regional e local), História do planeamento; Ilídio de Araújo, biografia e bibliografia; Portugal // LOC: BN PP 26453 V; UCBG 8-41-11-6; UTADBG 76344 SD; FAUP 72(05) (469) 0016 //
87. Araújo, Ilídio Alves de (2007), *Sobre a gestão do património agrário e a sustentabilidade das paisagens culturais*, in 'Património Paisagístico: os caminhos da transversalidade: Actas do Colóquio (Palácio da Ajuda, 12 Outubro 2007), Lisboa: Associação Portuguesa Arquitectos Paisagistas, 2008, pp. 63-76, ISBN 978-97299467-38 //IND: Património agrário e paisagístico, Rural e urbano, degradações; Reordenamento agrário e gestão das paisagens; Gestão privada (Empresas), Compartimentação (territórios e paisagens) e Gestão pública // LOC: RMBL Galveias (s/ cota) // NOT: Programa: www.apap.pt/Default.aspx?Module=Artigo&ID=117; http://www.apap.pt/Anexos/folheto_verso.pdf; <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/programaapap.pdf>; <http://www.portaldojardim.com/artigos/noticias041007/programa.pdf>;

III.2. Textos publicados não localizados em Bibliotecas, Arquivos ou na Web

88. Araújo, Ilídio Alves de (1973), *Sobre a necessidade de Planos de Reordenamento*, Texto para debate introdutório dos Estudos para o Plano da Região do Porto, Porto: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Gabinete do Plano do Porto, 1973, 11 p. // IND: Recursos naturais, rede de serviços e ordenamento do território; Causas da

baixa produtividade do trabalho (minas, agricultura, pesca; indústria, abastecimento, habitação, saúde, serviços sociais, ensino, justiça, cultura, administração pública); Ordenamento territorial das actividades; Agrupamento da população em centros de serviços; Salvaguarda (solos agricultáveis, recursos naturais; património cultural) // NOT: Ciclostilado que teve divulgação restrita a instituições públicas e sociais na área do Plano da Região do Porto;

89. Araújo, Ilídio Alves de (1979), *Racionalização das Redes de Serviços Básicos*, nº 8 de 'Princípios Orientadores de um Plano de Ordenamento Territorial para o Entre Douro e Minho', Porto: SEOFA / Direcção de Planeamento Urbanístico de Entre Douro e Minho, 1979, 13 p. // IND: Compartimentação do território; Centros de equipamento e serviços; Reagrupamento de populações dispersas // NOT: Ciclostilado que teve divulgação restrita a instituições públicas e sociais na área de Entre Douro e Minho;
90. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *Posfácio*, in Joaquim Camilo, 'Memórias de um criado de servir: De pegureiro na Serra da Lameira a fiscal da Companhia Carris do Porto, Braga: Emp. do Diário do Minho, Agosto 2008, pp. 65-77 // IND: Joaquim Camilo: Dados biográficos; Ilídio de Araújo: Dados biográficos // LOC: Já enviado ao Depósito legal, aguarda catalogação // NOT: Reedita e completa artigos in 'Ecos da Montanha' Cfr. nº 17;
91. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *Nota biográfica sobre o Autor*, in João Baptista de Araújo, 'Contos da Montanha de S. Bertolameu', Braga: Empresa do Diário do Minho, Agosto 2008, pp. 123-131 // IND: Literatura (Contos); Planalto da Lameira; S. Bartolomeu do Rego (Celorico de Basto) // LOC: Já enviado ao Depósito legal, aguarda catalogação // NOT: Reedita Contos do Autor publicados in 'Ecos da Montanha' Cfr. 17; Actualiza e corrige 'Casa de Alijó', Cfr. nº 17.5;

III.3. Textos não publicados (inéditos)

92. Araújo, Ilídio Alves de (1954), *Aproveitamento do metano proveniente da fermentação de estrume*, Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 5 p.
93. Araújo, Ilídio Alves de (1957), *Relatório sobre o Choupal de Coimbra e sua possível urbanização*, Lisboa: Direcção dos Serviços de Urbanização, Julho 1957, 23 p.
94. Araújo, Ilídio Alves de (1962), *A árvore na cidade: suas funções, critérios de utilização e cuidados de manutenção*, Porto, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962, 90 p. // IND: Estrutura ecológica urbana; Zonas verdes; Planeamento; Manutenção // NOT: Complemento, Cfr. nº 47;
95. Araújo, Ilídio Alves de (1974), *O valor dos locais pitorescos e sítios monumentais*, Porto, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1974, 7 p. // IND: Património Cultural; Património Paisagístico; Conservação do Património; Desenvolvimento local;
96. Araújo, Ilídio Alves de (1974), *O associativismo e o futuro agrícola da Região de Basto*, Conferência em 21 Julho 1974 na Escola Agrícola de Fermil, Celorico de Basto, 1974, 18 p. // IND: Ordenamento agro-florestal; Desenvolvimento rural; Associativismo; Terras de Basto;
97. Araújo, Ilídio Alves de (1977), *A necessidade de reagrupamento das populações dispersas em torno de centros de equipamentos básicos*, Caderno 9, Porto: Direcção Geral de Ordenamento, 1986, 20 p., // IND: Habitat, aglomeração e centros de equipamentos e serviços; Escalões de compartimentação (municipal, subregional, regional e nacional); Planeamento Territorial // NOT: Projecto de edição; Edição Original Cfr. nº 35;
98. Araújo, Ilídio Alves de (1981), *Sobre a implementação do projecto florestal português*, Porto: DO-DRAEDM, 1981, 20 p. // IND: Projecto Florestal Português; Implementação regional, Entre Douro e Minho;
99. Araújo, Ilídio Alves de (1981), *Apontamentos para um projecto de implementação do IIº Plano Frutícola Nacional no Entre Douro e Minho*, Porto: DO-DRAEDM, 1981, 29 p. // IND: IIº Plano Frutícola Nacional; Implementação regional; Entre Douro e Minho;
100. Araújo, Ilídio Alves de (1982), *A água no reordenamento paisagístico da Bacia do Ave*, Porto: DO-DRAEDM, 1982, 8p. // IND: Reordenamento da Paisagem; Água; Bacia do Ave;
101. Araújo, Ilídio Alves de (1982), *Reordenamento da paisagem rural da sub-região do Lima*, Porto: DO-DRAEDM, 1982, 29 p. // IND: Paisagem Rural, Reordenamento, Sub-região do Lima;

102. Araújo, Ilídio Alves de (1986), *Douro Superior II: Apontamentos sobre a História do seu Povoamento e Evolução da sua Paisagem*, Caderno 6, Porto: Direcção Geral de Ordenamento, 1986, 60 p. // IND: Arqueologia, Proto-história, História, Povoamento, Evolução da Paisagem, Douro Superior // NOT Projecto de edição; Complemento Cfr. n.º 41;
103. Araújo, Ilídio Alves de (1986), *O sector do Turismo na Política de Ordenamento do Território*, Porto: Direcção Geral de Ordenamento, 1986, 10 p. // IND: Ordenamento do Território, Turismo, Coordenação política;
104. Araújo, Ilídio Alves de (1988), *A localização da cidade de Ca(n)ínia*, Comunicação nas '1as Jornadas de Estudo de Marco de Canaveses (21-23 Outubro 1988): Secção de História', 10 p. // IND: Ca(n)ínia (povoado evocado por Valério Máximo); Ópido (Alto dos Palhaços), Crastoeiro (encosta sul Sr.ª da Graça); Vilar de Ferreiros (Mondim de Basto); Hipótese de origem cananeia dos Tamecanos, Entre Tâmega e Corgo // NOT: Seria inserida no Vol. 2 das Actas que não foi publicado; Cfr. Programa das Jornadas e Nota Introdutória, in Vol. 1 das Actas, Marco de Canaveses: Município, 1992, 215 p. ISBN 972-95492-2-2 [BN C.G. 15138 V; FCG-BA HT 4808; BMVNG 54100-D];
105. Araújo, Ilídio Alves de (1989), *As plantas dos Jardins Históricos Portugueses*, Comunicação no "Encontro sobre o jardim português: séculos XV a XIX" (Lisboa, Palácio Fronteira, 2 a 4 Junho 1989), organizado pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 19 p. // IND: Portugal, Jardins Históricos, Botânica, Listas de plantas // NOT: Inclui lista de antigas variedades de roseiras;
106. Araújo, Ilídio Alves de (1989), *Sobre o impacto e a integração paisagística das Estradas*, 46 p. // IND: Estradas, Integração paisagística, Turismo;
107. Araújo, Ilídio Alves de (1989), *A gestão das paisagens*, palestra efectuada em Felgueiras (25.11.1989), Viana do Castelo (22.11.1990) e Vila do Conde (13.05.1994) // NOT: Edição de texto síntese, Cfr. n.º 70;
108. Araújo, Ilídio Alves de (1990), *Pioneiros da Moderna Agronomia Minhota (1750-1950)*, Conferência no Iº Encontro Regional de Licenciados do I.S.A., Braga, 1990, 16 p. // IND: Agronomia Moderna, 1750-1950, Pioneiros, Minho;
109. Araújo, Ilídio Alves de (1990), *A avaliação estética da paisagem e a salvaguarda do património paisagístico* (Celorico de Basto, 16 Junho 1990), no debate org. pela Associação Pró Basto, 9 p. // IND: Avaliação estética; Património Paisagístico; Salvaguarda;
110. Araújo, Ilídio Alves de (1990), *A gestão paisagística das áreas de vocação florestal*, no Seminário 'Viver com as árvores' (Fundação de Serralves, 23-24 Novembro 1990), 23 p. // IND: Áreas de vocação florestal; tipos de floresta (protecção, produção); Prevenção de riscos (erosão, pragas, incêndios); Gestão florestal e paisagística;
111. Araújo, Ilídio Alves de (1991), *Espaços Verdes urbanos*, no Seminário internacional sobre as técnicas de conservação e tratamento da árvore no espaço urbano (Porto, 12-13 Dezembro 1991);
112. Araújo, Ilídio Alves de (1998), *Os baldios como potenciais motores do associativismo florestal*, comunicação no "Iº Seminário sobre Baldios: Baldios, passado...e que futuro?" (Gerês: Centro de Animação Termal, 27 Junho 1998), org. ACEB - Associação para a Cooperação entre Baldios (Viana do Castelo), 6 p. // IND: Baldios e compartes; proprietários autónomos vizinhos; gestão e defesa florestal; cooperação e associativismo florestal;
113. Araújo, Ilídio Alves de (1998), *Sobre ordenamento florestal*, comunicação no Curso de 'Associativismo, Gestão e Defesa Florestal' (Porto, 9 Julho 1998), organizado pelas Associações 'Forestis' e 'Portucálea';
114. Araújo, Ilídio Alves de (1999), *Os ambientes monásticos nas paisagens de Portugal*, Comunicação ao Colóquio "Espaço e arquitectura Monástica" (Marco de Canaveses: Mosteiro de Alpendurada, 3 a 5 Maio 1999), org. Centro Editorial CESAP/ESAP (Escola Superior Artística do Porto), 8 p. // IND: Mosteiros, localização, hidráulica, arquitectura, cercas monásticas; Integração paisagística;
115. Araújo, Ilídio Alves de (1999), *O Recreio e o Lazer (em Meio Rural) no Ordenamento e Gestão das Paisagens*, Comunicação ao Seminário "Paisagismo e Integração Ambiental" (Moura, 2 e 3 Dezembro 1999), integrado no evento 'Moura Ambiente 99', promovido pela Câmara Municipal de Moura, 18 p. // IND: Meio rural, recreio e lazer; Integração paisagística, ordenamento e gestão;
116. Araújo, Ilídio Alves de (2000), *A vinha nas paisagens do Minho (perspectiva histórica)*, Palestra na Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 13 p. // IND: Vinha, Integração paisagística, Evolução histórica, Minho;
117. Araújo, Ilídio Alves de (2000), *Inovações na Agricultura de Basto, na época de Silva Cordeiro (1859-1915)*, Conferência em Celorico de Basto, 27 p. // IND: Terras de Basto, Agricultura, Inovações, 1859-1915, Silva Cordeiro;
118. Araújo, Ilídio Alves de (2000), *Algumas considerações sobre o impacto paisagístico da A 7-IC5 no troço Fafe-Gandarela*, 22 p. // IND: Estradas; A7 – IC5, Troço Fafe - Gandarela, Impacto paisagístico, Fafe, Celorico de Basto;

119. Araújo, Ilídio Alves de (2001), *As gentes da Lusitânia proto-histórica*, Comunicação às “1as Jornadas Ibéricas de Ecologia da Paisagem” (Bragança, ESAB, 17 a 21 Abril 2001), org. APEP / AEET, 26 p. // IND: Proto-história, Povoamento, Clãs, Lusitânia;
120. Araújo, Ilídio Alves de (2001), *Os Condicionismos Paisagísticos na Urbanística e na Arquitectura*, Conferência na Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Sul (Lisboa), 20 p. // IND: Arquitectura, Urbanística, Integração paisagística; Condicionismos;
121. Araújo, Ilídio Alves de (2002), *A tradição portuguesa de inclusão da função recreativa no ordenamento das unidades de exploração agro-florestal*, Comunicação ao Encontro “O Jardim, a Horta e a Mata do Paço Episcopal de Castelo Branco” (Castelo Branco, Escola Superior de Educação, 24-25 Maio 2002), 17 p. // IND: Unidades de exploração agro-florestal; Ordenamento; Função recreativa; Tapadas, Jardins históricos;
122. Araújo, Ilídio Alves de (2002), *O Reino de Theron (no Alentejo) e as suas gentes*, Comunicação ao I Congresso Português de Cultura Mediterrânica (Alandroal, 2002), 22 p. // IND: Proto-história; Povoamento; Alentejo; // NOT: Não publicado nas Actas “A Terra, o homem e o pão”, Terena: Confraria do Pão, 2002, 358 p., ISBN 972-9588-2-1 [BGUE VERNEY 39(469.95) CP t; ULCEG VA - 368 GE; BN SC 102834 V];
123. Araújo, Ilídio Alves de (2002), *Parecer sobre a remodelação do Jardim do Calvário em Fafe*, 7 p. // IND: Arte dos jardins; Paisagismo; Jardim do Calvário, Fafe;
124. Araújo, Ilídio Alves de (2007), *Evolução do Povoamento, da Economia e da Paisagem no Entre Douro e Minho (e em particular no Vale do Lima)*, no Seminário ‘Património Paisagístico do Vale do Lima’ (Ponte de Lima, 25 Maio 2007), org. Município / ADRIL, 33 p. // IND: Proto-história; Povoamento, evolução da paisagem, economia; Vale do Lima, Entre Douro e Minho / NOT: Programa: www.por.ulusiada.pt/noticias/artigo.php?news_id=1085
125. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *A importância da compartimentação dos territórios no processo de humanização das suas paisagens*, Comunicação ao Workshop ‘A Paisagem do futuro, conservação e regeneração’ (Vila Real, 11-17 Fevereiro 2008), org. APAP, UTAD-DAP, 23 p. // IND: Compartimentação dos territórios, Povoamento, Humanização das paisagens // Programa: www.landscapearchitecture.utad.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=81:-workshop-2008-11-a-17-fev-a-paisagem-do-futuro-conservacao-e-regeneracao&catid=1:noticias-recntes&Itemid=89 //
126. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *A arte da jardinagem nas Terras de Basto*, na Vª Festa Internacional de Camélias, Celorico de Basto: Município, Abril 2008, 17 p. // IND: Jardins históricos, Arte dos Jardins, Basto // NOT: Programa: www.fiomental.com/qualidadebasto;
127. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *O Povoamento Proto-histórico do Algarve*, Palestra no ciclo ‘Conversas sobre Paisagem’, Faro: Universidade do Algarve, Abril 2008, 11 p. // IND: Proto-história, Povoamento, Humanização das paisagens, Algarve;
128. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *As artes da jardinagem e da paisagística*, in ‘Sinergias no Jardim’, Colóquio do 4º Festival Internacional de Jardins (Ponte de Lima, 30 Maio 2008), 7 p. // IND: Arte paisagística, Arte dos Jardins, Jardins históricos // NOT: Programa: www.apap.pt/Default.aspx?Module=Artigo&ID=101; www.oern.pt/pdf/desdobravel.pdf;
129. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *Ainda sobre a gestão das paisagens*, in Seminário ‘Arquitectura Sustentável: Perspectivas e Práticas de Intervenção’ (Barcelos: 5 e 6 Junho 2008), 11 p. // IND: Paisagens e Arquitectura, Ecologia e Economia, Ordenamento e Gestão // NOT: Programa: www.cm-barcelos.pt/arquitecturasustentavel/programa.html
130. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *Memórias arquitectónicas e tumulares dos antigos fidalgos de Basto*, Comunicação ao II Congresso Internacional “Casa Nobre: Um Património Para o Futuro” (Arcos de Valdevez: Casa das Artes, Novembro 2008), 26 p. // IND: História; Ermamento e repovoamento; Presúria do século IX, Apoio militar à Presúria, Soeiro Belfager presor de Basto e Montelongo; Fidalgos seus descendentes, Poetas trovadores, Memórias arquitectónicas e tumulares; Séculos IX a XIII; Região de Basto, Fafe // NOT: Programa Congresso: <http://casanobre.congresso.googlepages.com>; Já enviado para publicação nas Actas a editar;
131. Araújo, Ilídio Alves de (2009), *Arquitectura e Paisagística*, no Auditório da Escola Superior Artística do Porto, Aula aberta com projecção de slides, 3 p.
132. Araújo, Ilídio Alves de (2009), *Desenvolvimento da sensibilidade política para os problemas da paisagem*, texto elaborado em Março de 2009, 10 p. // NOT: Inseto no ponto II.1 do presente trabalho.

III.4. Intervenções em debates sem texto arquivado

133. Araújo, Ilídio Alves de (1976), *Roteiro dos jardins portugueses*, Intervenção em 'Panorama museológico português, carências e potencialidades: colóquio APOM 76' (Porto, 1 a 5 Dezembro 1976) // IND: Jardins históricos, Arte dos Jardins, Portugal // NOT: Não publicada nas Actas (Lisboa: APOM, 1979) [FCG-BG MLG 99; IGM 22-332 NBP 27749; UCBCG 5-43-62-30] e <http://apom.paginas.sapo.pt>; NOT: Síntese de 'Arte paisagista...', Cfr. nº 16;
134. Araújo, Ilídio Alves de (1978), *Ordenamento da Paisagem e economia*, Intervenção no Iº Encontro Nacional sobre Desenvolvimento Económico e Conservação do Ambiente (FEUP), Porto: NPEPVS-LPN, Abril 1978 // IND: Paisagem, Ordenamento, Economia // NOT: Programa: <http://www.vidaselvagem.pt/historia.html#1978>;
135. Araújo, Ilídio Alves de (2008), *Sustentabilidade das pequenas vilas e cidades*, Intervenção numa mesa redonda (Póvoa de Lanhoso, Junho 2008), Org. Núcleo da Ordem dos Arquitectos de Braga // IND: Centros urbanos e envolvente rural, Sustentabilidade, Ecologia e economia // NOT: Programa: www.oasrn.org/mensagem.php?id1=209

III.5. Textos em vias de conclusão

136. Araújo, Ilídio Alves de, *A Bíblia e a Proto-história das Gentes de Canaan – Antes do reinado de Salomão* // IND: Proto-história, Canaan, Povos, Bíblia //
137. Araújo, Ilídio Alves de, *As Gentes da Proto-história Ocidental e os seus santos patriarcas* // IND: Proto-História Ocidental, Povos, Patriarcas eponímicos, Oragos locais //
138. Araújo, Ilídio Alves de, *Impérios proto-históricos das costas hespéricas: os Reinos dos Titãs, de Orion, de Corono (Crono), de Zeus, dos Atlantes, de Theron e de Tifon ou Sephan* // IND: Proto-história; Povos, Impérios e Reinos; Titãs, Orion, Corono (Crono), Zeus, Atlantes, Theron, Tifon (Sephan); Costas hespéricas //
139. Araújo, Ilídio Alves de, *Terras e Gentes do Tâmega Cismontano* // IND: Proto-história, Povos e lugares; Tâmega Cismontano;
140. Araújo, Ilídio Alves de, *A proto-história das gentes do concelho de Fafe* // IND: Proto-história, Povos e lugares, Concelho de Fafe //
141. Araújo, Ilídio Alves de, *O Povoamento proto-histórico da região do Porto* // IND: Proto-história, Povos e lugares, Região do Porto //
142. Araújo, Ilídio Alves de, *Monografia histórica do Planalto de São Bertolameu* // IND: Proto-história, Povos e lugares, Planalto da Lameira, Celorico de Basto.

III.6. Algumas citações e resenhas de IAA por outros autores

143. Ferreira, Natália Maria Fauvrelle da Costa, *Quintas do Douro: As arquitecturas do Vinho do Porto*, Mestrado de História de Arte, Porto: FLUP, 1999; GEHVID, 2001, 231 p, ISBN 972-96896-7-9 // IND: Paisagem; Arte Paisagista, Arte dos Jardins, Arquitectura; Viticultura, Quintas, Douro // LOC: FLUP 043M-F442q; BPMP 7b 000844; UCBCG A-13-22-2-(8); BMC 1-6-92 (496289); BN P.P. 23029 V e On-line: <http://dited.bn.pt/29223/256/1032.pdf> // NOT: Citações Cfr. nº 04, 16, 38, 41, 44 e 69.
144. Gomes, António Ferreira (Bispo do Porto), *A miséria imerecida do nosso Mundo Rural*, discurso de encerramento da 1.ª Semana de Estudos Rurais (Fátima, 26 Março 1957), na Revista 'Lumen', Vol. 21, Fasc. VII, Lisboa, 1957, pp. 554-569 // IND: Citação de Ilídio de Araújo // LOC: BN J. 5188 B; UCPJPII 05:008 =690-LUM; FCG-BA PAP 316; UCBCG A-4-32/34; BPMP P-A 443 // NOT: Citação Cfr. nº 7;

"No interessantíssimo estudo que sobre a sua terra do alto Minho fez o Sr. Eng.º Ilídio de Araújo, há estas observações: 'Hoje deve haver no Planalto muito poucos proprietários que não paguem em juros aos credores muitíssimo mais do que dantes pagavam em fóros às velhas instituições que detinham a propriedade da Terra'... Estas

finas observações sobre o Planalto da Lameira podiam estender-se a toda uma metade do país, com a simples diferença de que o processo ali em curso já está geralmente muito mais adiantado" -

D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto

145. Rosário, Manuel F. Colaço do, *Contribuição para a caracterização integrada das estruturas agrícolas do Norte de Portugal no contexto do Continente*, Vila Real: UTAD, 2000 // IND: Estruturas agrícolas, Norte de

- Portugal, Continente, Caracterização integrada // LOC: UTAD-DES On-line: http://home.utad.pt/~des/acer-vo_des/2000colmanfoncar62.doc // NOT: Citações Cfr. 7 e 36;
146. **Estrumeiras cobertas e descobertas**, in 'Gazeta do Agricultor', Vol. VIII, n° 83, Lourenço Marques: Abril 1956 // LOC: BN J. 5472 B; UCBG 10-27 A-47 // NOT: Citação e comentário de 'Uma Revolução Social...', Cfr. n° 10;
147. Cruz, Rui Manuel da Vera, **Arquitectura da Paisagem dos Olivais (Lisboa)**, Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Lisboa: Universidade Técnica, 2002 // IND: Olivais (Lisboa), Paisagem Urbana, Ilídio de Araújo // LOC: BN <http://dited.bn.pt/29546/580/756.pdf> // NOT: Citação de 'Problemas da Paisagem Urbana', Cfr. n° 15;
148. Matos, Fátima Loureiro, **Análise e avaliação da qualidade habitacional**, Capítulo VI de 'A habitação no Grande Porto', Doutoramento em Geografia Humana, Porto: Faculdade de Letras da UP, 2001 // IND: Porto, Qualidade habitacional, Ambiente Urbano, Ilídio de Araújo // LOC: BN <http://dited.bn.pt/29491/525/700.pdf>; <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9501.PDF>; <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo9611.PDF> // NOT: Citação 'Problemas da Paisagem Urbana', Cfr. n° 15;
149. Alves, Fernando Lobo, **Programa da disciplina de 'Espaços Verdes Urbanos'**, Coimbra: Escola Superior Agrária de Coimbra, 2003 // LOC: ESAC On-line: <http://www.esac.pt/cursos/ler/442004-8-4.5.pdf> // NOT: Citação de 'Problemas da Paisagem Urbana', Cfr. n° 15;
150. Leitão, Ruben Andresen (Pseud. Ruben A. 1920-1975) (1962), **Livros Escolhidos: Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal**, in 'Quinta-feira à tarde', n° 326, Suplemento do 'Diário Popular', 11 Abril 1963 // IND: Recensão, Ilídio de Araújo // LOC: BN P.J. 4281M e F.P. 213; UCBG BP-2-1/29; BPMP P-C-945 // NOT: O Autor, historiador e escritor, viveu em Lisboa entre 1954 e 1974; O seu Espólio está na Biblioteca Nacional [BN E35]; Cfr. <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/ruben.htm>; Recensão de: 'Arte paisagista...', Cfr. n° 16;

«A ARTE PAISAGISTA E ARTE DOS JARDINS EM PORTUGAL»
— Volume I, por Ilídio Alves de Araújo. (Lisboa, Edições do Centro de Estudos de Urbanismo, da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. 253 págs.)

de RUBEN ANDRESEN LEITÃO

que o autor desta obra nos vem desvendando ultrapassa em muito o nosso conhecimento directo da arte paisagista e da arte dos jardins em Portugal. Estamos na presença de um estudo fundamental, rico, cheio de ensinamentos, livro que nos dá o raro prazer de, pelas numerosas gravuras, ir ao encontro da história, da resenha, da época em que um proprietário ou uma coligada tiveram a imaginação de se exteriorizarem na natureza, apresentando formas que incluíam, à vista, plantas de agradável aspecto e colorido, numa harmonia de prazer, e, neste prazer, o sentido do olfacto entrava também com uma choruda parte de importância.

O quadro histórico que o sr. Ilídio de Araújo nos traça dando as origens de arte paisagista em Portugal, a evolução da paisagem e da arte paisagista na Lusitânia pré e pós-romana, o que se reporta aos séculos XIII, XIV e XV, até entrar na origem do jardim, e o ressurgimento da arte paisagista de 1450 a 1550, é um capítulo novo para juntar ao nosso desejo de alargar os domínios por onde se vai tentacularizando a cultura. É um livro onde se aprende, que entusiasma e faz recordar quando escassa é a nossa bibliografia referente ao assunto. Excluindo pequenas monografias, principalmente as que se reportam a lugares de fama, como o Bom Jesus do Monte, o Jardim Botânico de Coimbra, a Bacalhosa, resta-nos apenas a obra monumental de Sousa Viterbo *A Arte da Jardinagem em Portugal* e os trabalhos de J. Natividade. É pouco para a extensão que a matéria oferece, sobretudo para o interesse que o sr. Ilídio de Araújo desperta num trabalho magno, de importância capital para o património artístico e cultural português, recordando a boa

tradição da obra clássica de Marguerite Charageat *L'Art des Jardins*.

Na parte da flora, lembra-nos que a oliveira, o castor, o salgueiro, a faia, a figueira, o plátano, a gipsófila, as anémons, os lírios, os amoleiros-perfritos e tantas outras espécies, foram importadas, aqui na Península, do Oriente, do Norte de África e de várias regiões da Europa, e que as primeiras realizações onde aparece o horto — palavra genuína empregada até por mestre Gil Vicente — são trazidas do Sul de Espanha no princípio do século XIV, e encontram-se no Palácio de Sintra — ainda no final do século XV, os espaços exteriores mais aprazíveis dos próprios palácios reais eram designados por hortas — enobrecidas embora estas com árvores e ervas de virtude e formosas. Até ao século XV, tais hortas ou hortos, tanto de palácios como de modestos casais, destinavam-se primordialmente ao cultivo de verduras e plantas aromáticas e medicinais e só subsidiariamente seriam utilizados como locais de recreio e sítios de lazer, como nos diz o autor. Ora aconteceu um caso curioso: fomos receber de França a palavra *jardin*, trazida no século XV juntamente com certos hábitos e etiquetas da vida cortesã daquela época. Fomos importar uma palavra que em França tinha dois significados: *jardins d'agrément* para os hortos e *jardins potagers* para as nossas hortas.

Dois marcos fundamentais considerará o autor no estudo que nos apresenta — o primeiro, a Quinta de Vila Fresca de Azeitão, o segundo o Paço Episcopal do Fontelo, em Viseu. Destes dois marcos irradiaram por todo o país os jardins, hortos, que em diversos aspectos celetrozaram a paisagem e foram motivo da riquíssima expressão que os jardins atin-

LIVROS ESCOLHIDOS

giram no norte do país durante o século XVIII, o *siglo de oro* da arte paisagista em Portugal, a norte do país a arte paisagista notabilizou-se sobretudo a partir do século XVIII, tendo provavelmente contribuído para isso a larga emigração de gentes das regiões do norte para o Brasil, e a riqueza que deste se realizou, então para o reino; Não obstante o que se refere, desde os meados do século XVI até ao final do século XVII, surgiram a norte do sistema montanhoso que separa as bacias hidrográficas do Tejo e do Mondego, alguns monumentos dignos de figurarem no presente inventário. Houve até um sector em que o norte teve porventura superado o sul: o dos santuários.

O autor, uma vez traçado o quadro histórico em que se processa a evolução do horto português, servindo-se dos seus conhecimentos de agrónomo e de arquitectura paisagista, apresenta-nos um inventário bastante completo das quintas, cercas, conventos e santuários espalhados pela província, dando a cada particularidade o seu devido valor e traçando uma resenha que nos localiza, em poucas páginas, dentro do ambiente em que foi construída a quinta, do convento ou do santuário. É um trabalho de muitos anos, e só quem está habituado a fazer pesquisas em arquivos pode apreciar bem o esforço que o autor dispendeu para conseguir levar a cabo tão importante empresa — e diga-se de passagem que a única crítica a fazer a tão belo livro é precisamente no lado técnico, uma vez que o autor não nos apresenta índices, falta esta imperdoável em assunto tão palpitante e que o escritor ainda poderá, até certo ponto, remediar, juntando ao segundo volume os índices remissivos e outros referentes a toda a obra. É

estranho que, tendo posto tanto cuidado na elaboração deste trabalho, cuidado de informação, de apreciação de seriedade, fotografias de bom quilate, etc., o autor se tivesse descurado no ponto em questão e que é de relevância para quem queira compulsar a obra.

É termino transcrevendo uma bem equilibrada apreciação do sr. Ilídio de Araújo — que está de parabéns, assim como o Centro de Estudos de Urbanismo, pelo trabalho notável já apresentado e de que esperamos muito em breve o 2.º volume. Aí de certo apreciaremos as famosas quintas do Douro e, possivelmente, o belo jardim da Quinta do Campo Alegre, hoje Jardim Botânico do Porto, produto típico do *fin du siècle* e de ricas recordações pessoais.

«Importa destacar, porém, que esta febre de decoração vegetal, arquitectónica e escultórica, nos jardins, nos hortos, nos pátios, nos claustros, nas carreiras ou alamedas urbanas, nos caminhos das quintas e junto das suas fontes e tanques, nos terreiros dos santuários, ou em qualquer outro sítio que se proporcionasse, não se manifestava ao acaso, mas obedecia a bem elaborados princípios de composição plástica e valorização paisagística. A decoração vegetal surge nos assim de mãos dadas com a arquitectura, a escultura e outras artes menores, para nos deixar composições paisagísticas de rara beleza». Está aberto o caminho para os notáveis trabalhos feitos no século XX, no Brasil, por Burle Marx.

RUBEN ANDRESEN LEITÃO

- 151 Costa, Maria João Dias, **A cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães**, in 'Património: Estudos', n° 2, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, Divisão de Estudos, 2002, pp. 86-95; // IND: IPPAR, Conservação do Património Paisagístico; Jardim Histórico, Cerca monástica, Mosteiro Beneditino de S. Martinho, Tibães (Braga) // LOC: DRCN-P R 254.000 // NOT: Citação de 'Arte Paisagista...' Cfr. n° 16;
152. **Raízes do jardim urbano**, in 'Arquitectura: revista de arte e construção', n° 121-122, Lisboa: 1971, p. 114c // IND: Jardins urbanos, História // LOC: BN J. 2745 B; OASRS PP-ARQ 121; UCBG A-2-36; BPMP P-B-3471 // NOT: Citação de 'Arte paisagista...' Cfr. n° 16;

153. Dias, Maria Gabriela Martins, *Avaliação do carácter da paisagem como contributo para o ordenamento e gestão do Parque Nacional da Peneda Gerês*, Mestrado Planeamento e Projecto em Ambiente Urbano, Porto: FEUP-FAUP, 2002, 198 p. // IND: Paisagem, Avaliação, Ordenamento, Gestão, PNPG // LOC: BN 53076 V e On-line: <http://dited.bn.pt/30664/1654/2096.pdf> // NOT: Citação Cfr. n° 16;
154. França, José Augusto, *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, in 'Bulletin des études portugaises', Nouvelle série, Tome 24, Lisbonne: Institut Français au Portugal, 1963, p. 149-150 // IND: Recensão bibliográfica, Ilídio de Araújo // LOC: BN CG. 3988 V; FCG-BA PJAF 10; UCBG 5-44-18; BPMP P-A-69 // NOT: Recensão de: 'Arte paisagista...', Cfr. n° 16;

<i>Chronique Bibliographique</i>	149	150	<i>Bulletin des Etudes Portugaises</i>
<p>ILÍDIO DE ARAÚJO — <i>Arte paisagista e Arte dos Jardins em Portugal</i>, tome I, Lisbonne, 1963, 253 p. et nombreux plans et gravures.</p> <p>M. Ilídio de Araújo a entièrement raison lorsqu'il affirme, dès les premières lignes de sa préface, que l'ordonnance artistique des «espaces extérieurs» n'a pas encore retenu l'attention des historiens de l'art portugais. Cette lacune a été, dans une certaine mesure, comblée par l'enquête qu'il a menée dans des conditions qui, malheureusement, sont loin de pouvoir être considérées comme satisfaisantes. Oeuvre d'un chercheur isolé et doté de moyens de travail insuffisants, comme il nous en avertit lui-même, elle n'en fait que davantage honneur à son auteur.</p> <p>M. Ilídio de Araújo a réalisé un travail très consciencieux, qui ouvre sans aucun doute la voie à des recherches plus approfondies qui s'imposent. Le premier tome de l'ouvrage, qui vient de paraître, est constitué de deux parties. Dans la première, l'auteur étudie les origines de l'art paysagiste au Portugal depuis les plus lointaines origines jusqu'à la Renaissance, c'est-à-dire jusqu'à l'époque où furent dessinés les jardins des <i>quintas</i> de Bacalhôa et de Fontelo, considérés à juste titre comme les points de départ, dans chacune des deux grandes régions, Nord et Sud,</p>		<p>entre lesquelles se partage le pays, du développement moderne de ce secteur du patrimoine national portugais. La seconde partie de l'ouvrage est constituée par l'inventaire et la description d'une soixantaine de jardins de <i>quintas</i> et de couvents du Nord du Portugal depuis le milieu du XVI^e jusqu'au milieu du XIX^e siècle.</p> <p>L'auteur utilise, non seulement des sources inédites, mais aussi des documents littéraires et iconographiques originaux, tous choisis de façon très cohérente, et s'il n'arrive pas toujours à poser des problèmes vraiment intéressants sur l'évolution du goût de la société portugaise dans ce domaine, il ne manque pas pour autant de nous en offrir un panorama historique fort utile. Ses développements, présentés sous forme de fiches, sont basés sur l'observation directe et sur une bibliographie minutieuse. Des notes sur les bâtiments eux-mêmes tendent à combler une autre lacune de l'histoire de l'art portugais, en attendant le résultat des recherches déjà entreprises par Carlos de Azevedo sur les <i>solares</i> portugais.</p> <p>Plus de 300 photos — dont plusieurs en couleurs — et de nombreux plans de <i>quintas</i> et de jardins, dont la plupart sont inédits, enrichissent ce travail. On regrettera seulement que la consultation en soit rendue assez difficile du fait de l'absence, vraiment incompréhensible, de toute table des matières détaillée.</p>	<p>José-Augusto FRANÇA</p>

155. Castel-Branco, Cristina (Dir.); Chambel, Teresa (Co-aut.); Sacchetti, António, (Foto.), *Jardins com história: poesia atrás de muros*, Lisboa: Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo / Ed. INAPA, 2002, 176 p. // IND: Jardins históricos // LOC: BN BA 3039 A; BMC SL 712 JAR/H; FGC-BA AAT 3612 // NOT: Recensão on-line www.leitura.gulbenkian.pt/index.php?area=rol&task=view&id=29405, com referência a 'Arte paisagista...' Cfr. n° 16:

"Publicado pelas Edições INAPA e sob a direcção de Cristina Castel-Branco, eis um excelente álbum onde se incluem não só as fotografias, como também a descrição dos jardins e das respectivas casas senhoriais a que estes pertencem. Trata-se, sem dúvida, de uma obra notável, quer pela qualidade das imagens, quer pelo que respeita às informações que nele se prestam acerca da história dessas mansões em que Portugal é particularmente fértil sobretudo nas províncias do Norte, no Minho e na Beira Alta. De notar, quanto aos jardins aqui referidos, a predominância do estilo francês, abundante em ruas de buxo artisticamente talhado, o que se deve à influência gaulesa nos nossos hábitos e cultura, até no próprio idioma. No entanto, não estão inteiramente ausentes do volume, os exemplos de outros

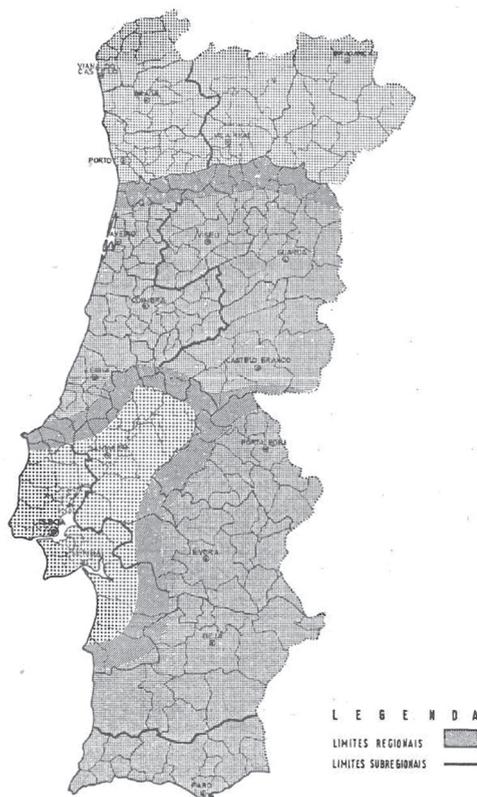
"arranjos" em que se denotam, sem dúvida, as influências inglesa e italiana. Em apêndice a este álbum, há que referir uma relação de diversos jardins, alguns de natureza pública que, decerto por critério de quem dirigiu esta obra, nela não figuram, embora merecessem tal destaque; ainda, sob o título de 'Jardins Escondidos, Jardins Esquecidos', da autoria de Cristina Castel-Branco, faz-se um eloquente libelo contra a incúria das entidades privadas, ou públicas, que deixaram, e continuam a deixar destruir as nossas quintas e, de maneira geral, o nosso património paisagístico e urbano. De distinguir, entre tais censores, a pessoa de Ilídio de Araújo que, há 40 anos fez um levantamento dessa nossa riqueza, hoje em parte tão votada ao abandono".

Mário Braga, *Leitura Gulbenkian*

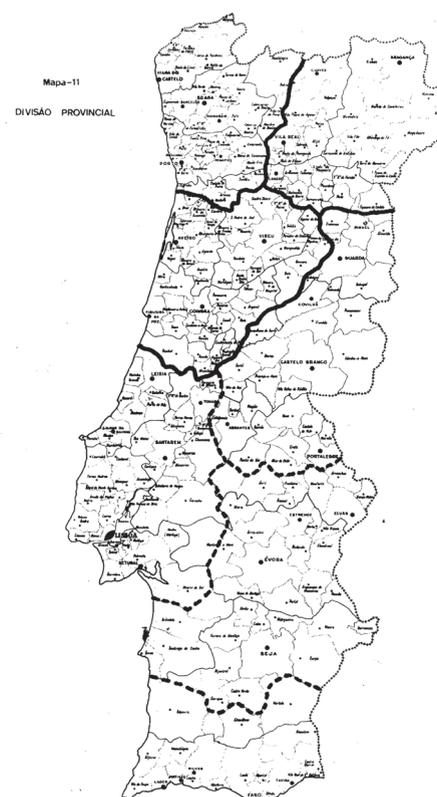
156. Azambuja, Sónia Maria Talhé, *A Quinta da Boa Viagem na rota dos descobrimentos*, Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1999 // IND: Areosa (Viana do Castelo), Quinta da Boa Viagem, Jardins Históricos, Arte Paisagista, Ilídio de Araújo, orientador // LOC: BN <http://dited.bn.pt/30048/1042/1457.pdf> // NOT: Citações Cfr. n° 16, 29, 38, 40, 62;
157. Dias, Maria Gabriela Martins, *Programa da disciplina de Ordenamento do Território*, Ponte de Lima: Escola Superior Agrária, 2004 // LOC: ESAPL On-line: <http://www.cl.esapl.pt/gabges/ot/conteudo.htm> // NOT: Citações Cfr. 20.1, 20.2 e 26;
158. *Uma escola agrícola para a região de Basto: Aspiração justificada da vasta camada rural daquela zona*, in Vida Rural, n° 948, Lisboa: 17 Julho 1971, p. 9 // IND: Liceu agrícola, Região de Basto // LOC: BISA PP-A01-53; MADRP-BC C00/P3; BN PP 32 A; UCBG GN-64-3; BPMP P-B-3211; MAEDM-B Vid Rur; UTADBG 5781 SD // NOT: Citação, Cfr. n° 24;
159. *Temas em debate: Justiça para Basto*, in 'Observador: revista semanal de informação', n° 44, Lisboa: Ed. Verbo, 17 Dezembro 1971, pp. 21-26 // IND: Liceu agrícola, Região de Basto // LOC: BN P.P. 13228 V; UCBG 10-27 A-48; BPMP P-B-63 // NOT: Citação, Cfr. n° 24;

160. *A Arte em Portugal no Século XVIII*, in 'Revista Ocidente', Vol. 84, n.º 419, Março 1973, pp.158-160 // IND: Programa da Conferência 'A Arte em Portugal no Século XVIII' // LOC: BN PP 24757 V; UCBG RP-16/19; BPMP P-A-875 // NOT: Citação Cfr. n.º 29;
161. *Proposta de rede urbana do Vale do Lima: 1º relatório*, Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte, Setembro 1982; 68 f; // IND: Rede urbana, Centros rurais de equipamentos e serviços, Vale do Lima, Região Norte // LOC: CCRNOR 00001-0119-001-G e On-line http://212.55.137.35/CDI/00001_0119_001_G.pdf // NOT: Citações e comentários de 'Sobre a reforma da Administração Local' Cfr. n.º 30;
162. *Estudo para a Delimitação de Regiões Plano*, in 'Estudos Urbanos e Regionais', n.º 11, Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento, Dezembro 1976 // IND: Regiões Plano, Divisão regional, Portugal // LOC: BN PP 14304 V; UCBG 10-29-11; CCRNOR MS-0001/11; BPMP P-B-555 // NOT: Citação de 'Divisão Provincial' (Mapa II), in 'Sobre a reforma da Administração Local', p. 106, Cfr. n.º 30; Ver comparação do Mapa das 'Regiões-plano' e 'Comissões Consultivas Regionais' (1967, 1969) com a 'Divisão Provincial' de Ilídio de Araújo (1974):

DELIMITAÇÃO DAS REGIÕES DE PLANEAMENTO
NO CONTINENTE



Regiões Plano (1967) e Comissões Consultivas Regionais (1969)



Ilídio de Araújo, Proposta de Divisão Provincial (Novembro 1974)

163. Melo, António, *PDRITM Terra Quente: Da solução ao problema (1ª aproximação)*, Vila Real: UTAD-DES / PDRITM-UA, 1988, 83 p. // LOC: CCRNOR 09352 // NOT: Citação Cfr. n.º 41;
164. Castro Caldas, Eugénio, *Aspectos e perspectivas do ordenamento regional português*, In 'O Algarve na perspectiva da antropologia ecológica', Actas do Seminário da Antropologia Ecológica (Faro, Univ. Algarve, 1987), Lisboa: INIC, 1989, p. 49 // IND: Ordenamento do Território, Administração regional, Desenvolvimento regional // LOC: BISA E50-123; BN HG 38925 V; UCBG 5-51-37-90; BPMP F4-9-81; FLUP 91/V/44; BGUM1 908(469.6) // NOT: Recensão de 'Regionalização e ordenamento do território' Cfr. n.º 46;

"Em 1986, Ilídio de Araújo, abordou a "Regionalização e ordenamento do território" em termos de cuidada profundidade científica nos domínios paisagístico, histórico e geopolítico, oferecendo um texto fotocopiado digno de ponderação" – Prof. Doutor Eugénio Castro Caldas

165. Dias, Carlos Carvalho, *A Póvoa Verde*, adaptação de palestra no Arquivo Municipal em Outubro de 2005, in 'Póvoa de Varzim: Boletim Cultural', Vol. 42 (Nº do 50º aniversário), Póvoa de Varzim: Município, Dezembro 2008, p. 539-549 // IND: Zonas verdes e Planos (Plano da Região do Porto, outros); Plano de zonas verdes da Póvoa de Varzim (Ilídio de Araújo, 1982); Declínio posterior da preocupação verde // LOC: BN P.P. 11176 V. e P.P. 13243 V; DGAA 0131/P; UCJPII 05:908.469.121 =690-PV; UCBG A-26-12; BPMP P-A-1902 // NOT: Comen-tários ao 'Plano de Zonas Verdes para a Póvoa de Varzim', Cfr. nº 47;

"O 'Plano de Zonas Verdes para a Póvoa de Varzim' é o título do excelente estudo elaborado em 1982 pelo Arqtº Pais. Ilídio Alves de Araújo. Foi ele que serviu de mote ou de 'pretexto' para me guiar nestas reflexões. Ilídio de Araújo, também colaborador do Plano da Região do Porto, é um profissional de alta categoria, grande competência e total integridade, seguro daquilo que, contra ventos e marés, pensa e executa. Conhecendo excepcionalmente bem o território onde trabalha, o Norte de Portugal, não deixou de ser, salutarmente, um sonhador, com certa dose de utopia, mas sempre prático e consciente. Um profissional de "antes quebrar que torcer". E modesto, também, o que é profundamente significativo nos tempos que correm... Na descrição do seu Plano, *Ilídio de Araújo* procurou ser - e foi - essencialmente didáctico. Sabendo que não poderia propor qualquer solução para uma terra, sem lhe conhecer a génese, a sua evolução no tempo e no espaço, as suas características e as suas actuais capacidades e possibilidades, começou por fazer uma sintética referência

a todos estes aspectos. Passou, depois, a expor o que se podia fazer, e o que vinha sendo feito em situações idênticas, em outros locais e outras latitudes. Definiu os benefícios da utilização adequada da vegetação nos meios urbanos, a maneira como ela pode atenuar ou eliminar condições ambientais adversas. Particularizou alguns casos mais flagrantes na Póvoa, quer os considerados positivos, quer os negativos. A este respeito transcrevo uma única frase, bem característica do seu pensamento: 'Deste modo, nas zonas residenciais, os espaços verdes têm sido sistematicamente esquecidos e apenas o Bairro Piscatório foi concebido para ser rodeado de espaços verdes mas de forma infeliz, pelo que o seu estado é bem um indicador tanto da nossa capacidade técnica como do nosso nível cívico' (Recordo que se estava em 1982, há 25 anos, portanto!). E concluiu o seu estudo, elaborando uma lista das espécies arbóreas e arbustivas cuja introdução considerava possível e útil em ambientes sujeitos à proximidade do mar." - Arqtº Carlos Carvalho Dias

166. P.L., *O essencial sobre o litoral português*, in 'Brotéria Cultura', Vol.126, nº 1, Jan. 1988, p. 116 // IND: Litoral, Portugal, Ilídio de Araújo // LOC: BN PP 25158 V; UCBG A-6-21; BPMP P-A-1069 // NOT: Recensão, Cfr. nº 62;

"Um arquitecto paisagista chama a atenção para os principais problemas de equilíbrio e gestão integrada da nossa zona costeira. Para os necessários controlo político e conhecimento público dos diversos aspectos em causa muito contribui esta síntese, ao informar sobre li-

toral, gestão e defesa' da orla marítima e da orla terrestre, em relação com actividades que os ameaçam. É que a cada português correspondem apenas 5,6 cm de praia ou 9,4 cm de costa. Mas, nem isso estamos habituados a defender" - P.L. (Dr. Francisco Pires Lopes, S.J.)

167. *Planos Directores Municipais*, in Jornal 'Terras do Ave', Ano IX, nº 198, Vila do Conde, 17 Dezembro 1996, pp. 5 e 18 // IND: Intervenção de Ilídio de Araújo, Iº Congresso da Agricultura do Norte, Vairão (V. Conde) // LOC: BN J. 4744 V; UCBG B-52-69; BPMP P-C-1866; BMJR // IND: Citação de 'A compatibilização...', Cfr. nº 74;

168. Gomes, Paulo Varela, *Pontos de Referência: A Exposição de Arquitectura Portuguesa na Europália*, in 'Jornal Arquitectos', Ano X, nº 103-104, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, Outubro 1991, p.26-43 // IND: Arquitectura Portuguesa, Paisagismo, Exposição, Europália // LOC: BN J. 4182 V; OASRS PP-JA 103; UCBG B-49-53; BPMP P-C-724 // NOT: Citação de projectos de Arquitectura Paisagista:

168.1 Araújo, Ilídio Alves de (1977), *Mosteiro de Stª Marinha da Costa / Pousada* (Guimarães);

168.2. Araújo, Ilídio Alves de (1988), *Mosteiro de Refóios / Escola Superior Agrária* (Ponte de Lima);

169. Rosmaninho, Nuno, *O poder da Arte: o Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Tese de doutoramento em História Contemporânea, Coimbra: Edição Original em 2 Vol., 2001; Edição em CD-ROM, 2002; Edição da Imprensa da Universidade, 2006, 410 p, ISBN 972-8704-55-0 // IND: Cidade Universitária de Coimbra, Arquitectura, Jardins e enquadramento paisagístico, 1937-1958 // LOC: UCBG 6-86-15-5 (V.1), 6-86-15-6 (V. 2), CD-A-61 (CD-ROM), 8-(2)-29-4-5 (Imp. Universidade); BN S.C. 34710 P (CD-ROM); UADOC 72D.68 e On-line: <http://www2.dlc.ua.pt/Nuno%20Rosmaninho/%C3%8Dndice%20da%20tese%20de%20doutoramento.doc> // NOT: Inclui: Capítulo XVIII 'Jardins e enquadramento paisagístico', pp. 309-322; e Apontamentos biográficos sobre os Arquitectos Paisagistas Ilídio Alves de Araújo, António Facco Viana Barreto e Manuel da Costa Cerveira.

170. Andresen, Teresa (coord.), *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas, 1940-1970*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Belas Artes, 2003, 319 p., ISBN 972-678-034-9 // IND: Arquitectos paisagistas, 1940-1970, Portugal // LOC: BMC 1-7-110; FCG-BA AAT 3685 (2 a 5) e On-line www.bibliartepac.gulbenkian.pt // NOT: Inclui:

170.1 Araújo, Ilídio Alves de; Barreto, António Viana (1955b), *Cidade universitária, C.A.N.E.U.* // LOC: FCG-BA CFT169.190-196;

170.2 Araújo, Ilídio Alves de (1959), *Projecto para a Quinta da Conceição, Leça da Palmeira* // LOC: FCG-BA CFT169.267; CFT169.908-812;

- 170.3 Araújo, Ilídio Alves de (1960), *Arborização do nó da Quinta da Conceição, Leça da Palmeira* // LOC: FCG-BA CFT169.266 e CFT169.886-893;
- 170.4 Araújo, Ilídio Alves de (1960), *Enquadramento paisagístico da área portuária de Leixões, Norte, Qta da Conceição, Leça da Palmeira* // LOC: FCG-BA CFT169.269 e CFT169.270;
- 170.5 Araújo, Ilídio Alves de (1962), *Jardim a construir junto ao Castelo, Leça da Palmeira* // LOC: FCG-BA CFT169.271;
- 170.6 Araújo, Ilídio Alves de (1969), *Arranjo da Praça Municipal, Póvoa de Lanhoso* // LOC: FCG-BA CFT169.264 e CFT169.265;
- 170.7 Araújo, Ilídio Alves de (1969), *Arranjo do antigo Largo da Feira do Gado, Póvoa de Lanhoso* // LOC: FCG-BA CFT169.263;
- 170.8 Araújo, Ilídio Alves de (1970), *Quinta de Manhente, Barcelos* // LOC: FCG-BA CFT169.262
- 170.9 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Casa do Agro, Ribeiros, Fafe* // LOC: FCG-BA CFT169.272 e CFT169.273;
- 170.10 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães* // LOC: FCG-BA CFT169.281;
- 170.11 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Jardins do Paço Episcopal de Castelo Branco* // LOC: FCG-BA CFT169.278;
- 170.12 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Jardins do Palácio e Matilha de Queluz* // LOC: FCG-BA CFT169.276
- 170.13 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Quinta da Bacalhoa, Azeitão* // LOC: FCG-BA CFT169.279
- 170.14 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Quinta da Mitra, Santo Antão do Tojal, Loures* // LOC: FCG-BA CFT169.275;
- 170.15 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Quinta das Laranjeiras, Lisboa* // LOC: FCG-BA CFT169.282
- 170.16 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Quinta de Sta Cruz do Bispo* // LOC: FCG-BA CFT169.277
- 170.17 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Qta de Santiago, Leça da Palmeira* // LOC: FCG-BA CFT169.268, CFT169.796, CFT169.797 e CFT169.798;
- 170.18 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Quinta do Alão, Leça do Balio* // LOC: FCG-BA CFT169.274;
- 170.19 Araújo, Ilídio Alves de (s/d), *Quinta dos Biscainhos, Braga* // LOC: FCG-BA CFT169.280.
171. Departamento de Arquitectura Paisagista (2004), *Arte Paisagista Norte Portugal: Inventário de Sítios de Interesse*, Vila Real: UTAD, 2004 // IND: Arte Paisagista, Inventário, Norte Portugal // LOC: UTAD-DAP On-line: www.jb.utad.pt/arqpais/consreg2.asp?ID=460 // NOT: Inclui...
- 171.1 Araújo, Ilídio Alves de (1965), *Parque Público do Taboado, Chaves*.
172. Guerreiro, Amaro D. (Pref. e coord.), *Bibliografia sobre a economia portuguesa*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística -Centro de Estudos Económicos, 24 Vol., 1958-1972 // IND: Bibliografia (Monografias, Artigos de Periódicos), Portugal (Continente, Ilhas, Províncias Ultramarinas) // LOC: BN B. 3702 V e B. 7586 V. a B. 7608 V; INE 7702 Lisboa, Coimbra, Porto; On-line: <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/advancedsearch.do> // NOT: várias referências bibliográficas sobre Ilídio de Araújo.
173. Pires, Daniel, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX*, Lisboa: Grifo Ed., 3 Vol.: Vol. I (1900-1940), 1996, 459, [2] p.; Vol II (1941-1974) Tomo I (A-P), 1999, 400 p.; Vol II (1941-1974) Tomo II (Q-Z), 2000, pp.401-780 // IND: Bibliografia (Artigos de Periódicos, Índice antroponímico), Portugal // LOC: BN L. 69787 V., L. 69788 V. e L. 69789 V; UCBG S.L. 03:869.0 PIR; BPMP P5-8-115(1), P5-8-115(2)1 e P5-8-115(2)2 // // NOT: Várias referências bibliográficas sobre Ilídio de Araújo.

IV. Notas

IV.1. Traços biográficos de Ilídio de Araújo



- 1925-1936 | Nascimento, Infância e Ensino Primário em S. Bartolomeu do Rego (Celorico de Basto);
- 1936-1945 | Ensino Secundário e Complementar em Braga, Fafe e Lamego;
- 1945-1953 | Licenciatura (Agronomia e Arquitectura Paisagista) no Instituto Superior de Agronomia (Lisboa);
- 1949-1951 | Editor da Revista "Agros" da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia;
- 1953-1957 | Direcção Geral dos Serviços Agrícolas (Lisboa);
- 1957-1980 | Direcção Geral dos Serviços de Urbanização / do Planeamento Urbanístico (Porto);
- 1963-1970 | Director do Jornal 'Ecos da Montanha', Rego (Celorico de Basto);
- 1968-1974 | Presidente da Cooperativa Agrícola de Montelongo, Rego (Celorico de Basto);
- 1972-1975 | Colaborador da Comissão de Planeamento da Região Norte (Porto);
- 1973-1980 | Colaborador do Gabinete do Plano da Região do Porto;
- 1980-1983 | Divisão de Ordenamento da Direcção Regional Agricultura Entre Douro e Minho (Porto);
- 1983-1986 | Subdirector Geral da Direcção Geral de Ordenamento (Porto);
- 1995-1998 | Presidente da Associação Florestal de Basto (Arco de Baúlhe, Cabeceiras de Basto);
- 2003-2009 | Membro da Comissão Científica da Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricas (Lisboa);

IV.2. Classificação temática da bibliografia na perspectiva paisagística

A numeração das referências bibliográficas = N^a de ordem na bibliografia atrás apresentada (e, por vezes, partes internas do documento)

Código	Classificação na temática paisagística	Numeração das referências bibliográficas
1.	Conceito de «Paisagem» e perspectivas de análise das paisagens	
1.1.	Conceitos básicos associados à Paisagética	9, 12, 48.1, 49.1, 63, 74, 87 (1-3), 107 (1-3), 120 (2), 125
1.2.	Qualidade das paisagens e qualidade de vida dos seus habitantes	37, 43
1.3.	Formas e processos de degradação das paisagens	4, 13, 17.10, 20.1, 23, 26.1-3, 31, 48.2-3, 49.4, 70, 74, 81, 87 (3), 106, 107 (4), 120 (6), 129 (4-6), 131
1.4.	Conservação da sanidade das paisagens	36.1, 132, 134
2.	Análise ecológica das paisagens e caracterização do património paisagístico	
2.1.	Território e sua caracterização geográfica, geológica e climática (regime pluviométrico, térmico, de índices de conforto,...)	2, 3, 41, 58, 60.1, 62, 72.1, 101
2.2.	Potencialidades de fixação e armazenamento energético	3
2.2.1.	Potencial biogénico dos solos, em face do seu perfil, regime hídrico, e climático, carácter do mosaico ecológico	25, 33, 36, 37, 61
2.2.2.	Recursos hídricos e possibilidades do seu armazenamento e aproveitamento para rega; produção de energia eléctrica e usos domésticos e industrias	25, 54.1, 100
2.2.3.	Regime de ventos e possibilidades de seu aproveitamento	
2.3.	Património paisagístico:	
2.3.1.	Sistemas bióticos instalados (naturais e artificiais): campos de cultura arvenses, arbustiva ou arbórea (frutífera ou lenhífera); formações silvícolas (matas, charnecas, gândaras)	1, 2, 3
2.3.2.	Rede urbana e de infra-estruturas comunais e regionais	
2.3.3.	Inventário e interpretação do património artístico-paisagístico	16, 18, 25, 27-28, 29, 32, 38, 40, 49.5, 55.1, 57.1-6, 60.2, 65, 67, 68, 69, 105, 114, 121, 123, 126, 128, 133
2.3.4.	Inventariação e interpretação do património arqueológico na paisagem	
2.3.4.1.	Material	17.1, 17.3, 25, 79, 104, 130
2.3.4.2.	Toponímico (pré-romano)	79, 80, 85, 119, 122, 124, 125, 127
2.4.	Património etnográfico com expressão (efémera ou persistente) na paisagem	17.2, 17.9, 22, 25
2.5.	Avaliação do potencial recreativo e turístico de cada paisagem	23, 25, 94, 103, 109
3.	Análise histórica das paisagens e do património paisagístico	
3.1.	Da evolução de paisagens	7-8, 17.1, 53, 85, 102, 116, 117, 124, 127
3.2.	Do património arquitectónico	16, 17.5, 17.8, 22, 91, 95
3.3.	De comunidades locais e regionais	17.4, 17.6, 17.7, 19, 72.3, 80, 82, 90, 91, 99, 108, 119, 122, 125, 126, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142
3.4.	De delimitação de circunscrições regionais	30, 46, 74.1, 78
4.	Gestão planeada das paisagens com vista à preservação ou melhoria da sua qualidade	
4.1.	Aspectos genéricos do ordenamento paisagístico das actividades económicas	25, 39, 42, 73, 74 (5), 87, 115, 120 (11)
4.2.	Demarcação e regulamentação de reservas paisagísticas/naturais, integrais e parciais	20.3
4.3.	Demarcação e regulamentação das áreas de reserva agrícola (e respectivas áreas de protecção ecológica) e de outras reservas ecológicas especiais	33, 34, 36, 37, 45, 49.3, 61, 99
4.4.	Planeamento da gestão das áreas de utilização silvícola, florestal e pastoril	14, 21, 52, 72.1, 72.2, 72.4, 76, 77, 96, 98, 110, 112, 113
4.5.	Planeamento da gestão dos recursos hídricos	54.1, 100
4.6.	Planeamento de aproveitamentos energéticos não agro-silvícolas e sua integração paisagística	
4.7.	Planeamento da rede urbana e administrativa	30
4.8.	Planeamento das redes de infra-estruturas regionais	35, 46, 64, 88, 89, 97, 135
4.9.	Integração paisagística e amenização dos espaços urbanos	15, 47, 75, 93, 111, 120 (10-11)
4.10.	Integração paisagística das redes de infra-estruturas – viárias e outras	106, 118
4.11.	Visão integrada dos problemas da gestão das paisagens e seu planeamento	44, 48.4, 49.2, 54, 73, 74, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 101, 109, 129 (6)
4.11.1.	Caso especial da gestão do cordão litoral	56, 59, 62
4.11.2.	Caso especial da gestão das zonas de montanha	66, 71
5.	Análise das políticas de gestão das paisagens	
5.1.	Testemunho pessoal sobre a evolução da percepção dos problemas e a resposta do poder político	20.2-3, 81 (3), 86, 132
5.2.	Críticas a políticas adoptadas	81 (6-9), 103, 120, 129 (7)
6.	Participações pessoais em projectos e acções de desenvolvimento local	
6.1.	A nível de comunidade	17.10, 17.11, 24, 51, 72.4, 77, 95, 97, 98, 101 (1-9), 112
6.2.	A nível empresarial	

Nota - Estudos institucionais fora do âmbito desta bibliografia

IV.3. Siglas de localização da bibliografia em bibliotecas, arquivos e web

Na bibliografia, as SIGLAS, antes das cotas, indicam a localização dos documentos em 137 bibliotecas, arquivos ou sítios Web:

PORTUGAL	
AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto	UADOC – Bibliotecas da Universidade de Aveiro
ANTT - Arquivo Nacional da Torre Tombo (Amadora)	UACSD – Biblioteca da Universidade dos Açores
APA – CDI da Agência Portuguesa de Ambiente (Lisboa)	UCBG – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BGUE – Biblioteca Geral da Universidade de Évora	UCCD25 – Centro Doc. 25 Abril da Universidade de Coimbra
BISA – Biblioteca Instituto Superior de Agronomia (Lisboa)	UCFCT – Biblioteca Fac. Ciências e Tecnologia U. Coimbra
BLCS – Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (Braga)	UCFE – Biblioteca Fac. Economia Universidade de Coimbra
BMAR – Biblioteca Municipal de Arouca	UCJPII – Biblioteca João Paulo II Univ. Católica Portuguesa (Lisboa)
BMARR – Biblioteca Municipal António Ramos Rosa (Faro)	ULCEG – Biblioteca Centro de Estudos Geográficos U. Lisboa
BMAV – Biblioteca Municipal de Aveiro	ULUSP – Biblioteca da Universidade Lusitana do Porto
BMB – Biblioteca Municipal de Barcelos	UM-BG – Biblioteca Geral da Universidade do Minho (Braga)
BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra	UM-BPB – Biblioteca Pública de Braga (Braga)
BMCB – Biblioteca Municipal de Celorico de Basto	UM-UA – Biblioteca Unidade Arqueologia U. Minho (Braga)
BMCH – Biblioteca Municipal de Chaves	UTAD-BG – Biblioteca Geral da UTAD (Vila Real)
BME – Biblioteca Municipal de Esposende	UTAD-DAP – Departamento de Arquitectura Paisagista UTAD (Vila Real)
BMEST - Biblioteca Municipal de Estarreja	UTAD-DES – Departamento de Economia e Sociologia UTAD (Vila Real)
BMFC Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (O. Azeméis)	EUROPA E AMÉRICAS
BMFE – Biblioteca Municipal Florbela Espanca (Matosinhos)	BE-KMSK Koninklijke Musea voor Schone Kunsten (Brussels BE)
BMJR - Biblioteca Municipal José Régio (Vila do Conde)	BR-RGPL Real Gabinete Português de Leitura (Rio Janeiro BR)
BMJVC - Biblioteca Municipal José Vieira de Carvalho (Maia)	CH-ETHZ – Library Federal Institut Technology (Zurich, CH)
BMM – Biblioteca Municipal de Mafra	CH-BAA Bibliothéque d’art et d’archéologie (Genève, CH)
BMMM - Biblioteca Municipal Miguel Mota (Felgueiras)	CH-KDPG – Bibliothek Kantonale Denkmalpflege (Chur CH)
BMMTG – Biblioteca Municipal M. Teixeira Gomes (Portimão)	CZ-NK National Library of the Czech Republic (Praha, CZ)
BMO – Biblioteca Municipal de Oeiras	DE-IAIB Bibliothek Ibero-Amerik. Institut (Berlin, DE)
BMPEN – Biblioteca Municipal de Penafiel	DE-SUHB Bibliothek Staats und Universität Hamburg (DE)
BMPL – Biblioteca Municipal de Ponte de Lima	DE-UKB Bibliothek Universität Kiel (DE)
BMPO – Biblioteca Municipal de Portalegre	DE-UTR Bibliothek Universität Trier (DE)
BMRB - Biblioteca Municipal Raul Brandão (Guimarães)	ES-BNE-AL Biblioteca Nacional España (Alcalá Henares, ES)
BMRP – Biblioteca Municipal Rocha Peixoto (Póvoa de Varzim)	ES-ICCET Biblioteca Instituto Ciencias Construcción. E. Torroja (Madrid, ES)
BMVC – Biblioteca Municipal de Viana do Castelo	ES-UAH - Bibliotecas Universidad Alcalá de Henares (ES)
BMVNC – Biblioteca Municipal de Vila Nova de Cerveira	ES-UAM – Biblioteca Universidad Autónoma de Madrid (ES)
BMVNG - Biblioteca Municipal de Vila Nova de Gaia	ES-UCAMIII-HUM – Biblioteca Universidad Carlos III (Madrid, ES)
BMSMF – Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira	ES-UCM-GH Biblioteca Geografía Historia Univ. Complutense (Madrid, ES)
BMSP – Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel (Mirandela)	ES-UCLM Biblioteca Universidad Castilla la Mancha (ES)
BN – Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)	ES-UDA-G Biblioteca Geografía Universidad Alicante (ES)
BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto	ES-UDL Biblioteca Universitat de Lleida (Catalunya, ES)
CCRA - Biblioteca da CCDR Alentejo (Évora)	ES-UDV-BH Biblioteca Histórica da Universidad de Valencia (ES)
CCRC - Biblioteca da CCDR Centro (Coimbra)	ES-UEX-EIA Biblioteca Agrónomos Univ. Extremadura (ES)
CCRLVT - Biblioteca da CCDR Lisboa e Vale do Tejo (Lisboa)	ES-UGR-ETSA Biblioteca Arquitectura Univ. Granada (ES)
CCRNOR – Biblioteca da CCDR Norte (Porto)	ES-UIB – Biblioteca Universitat de les Illes Balears (Palma ES)
CPFCC – Página do Centenário do Prof. Francisco Caldeira Cabral	ES-UMA-HUM Biblioteca Humanidades Universidad Málaga (ES)
CVRVV Biblioteca Comissão Viticultura Região Vinhos Verdes (Porto)	ES-UMU Biblioteca Universidad de Murcia (ES)
DRCN-P – Direcção Regional de Cultura do Norte – Delegação do Porto	ES-UNAV-HU Biblioteca Humanidades Univ. Navarra (Pamplona, ES)
DGAA – Biblioteca da Direcção Geral das Autarquias Locais	ES-UPM-ARQ Biblioteca Arquitectura Univ. Politécnica Madrid (ES)
DGF - Biblioteca da Autoridade Florestal Nacional (Lisboa)	ES-UPM-ICCP Biblioteca ETSI Caminos, Canales y Puertos (Madrid)
DGOTDU – Biblioteca Dir. Ger. Ordenam. Território Desenv. Urbano (Lisboa)	ES-UPV-ARQ Biblioteca Arquitectura Universidad Pais Vasco (ES)
ESAC - Escola Superior Agrária de Coimbra	ES-UR Biblioteca Universidad de La Rioja (Logroño, ES)
ESAPL – Biblioteca da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima	ES-URJC-F - Biblioteca Univ. Rey Juan Carlos (Fuenlabrada, Madrid, ES)
IPCB – Bibliotecas do Instituto Politécnico de Castelo Branco	ES-USC-BX Biblioteca Xeral Univ. Santiago Compostela (ES)
FAUP – Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Univ. Porto	ES-USE-ETSA Biblioteca Arquitectura Univ. Sevilla (ES)
FCG-BA - Biblioteca Artes Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa)	FR-FCG-CCP Biblioteca Centro Cultural Portug. F.C. Gulbenkian (Paris, FR)
FCG-BG Biblioteca Geral Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa)	FR-INHA - Bibliothèque Institut National Histoire de l’Art (Paris, FR)
FCUP-BOT – Biblioteca Departamento Botânica FCU. Porto	FR-PARIS3-BU Bibliothèque Univ. Paris 3 – Censier (France)
FEUP - Biblioteca da Faculdade de Engenharia da U. Porto	FR-UFR-CESR Biblio. CESR Un François Rabelais (Tours, FR)
FLUC-BC – Biblioteca Central Faculdade Letras U. Coimbra	FR-BORD.3-LET – Bibliothèque Lettres Univ. Bordeaux III (FR)
FLUL - Biblioteca da Faculdade de Letras da U. Lisboa	IT-BC-MI – Biblioteca Comunale di Milano (IT)
FLUP - Biblioteca da Faculdade de Letras da U. do Porto	IT-BFB – Biblioteca Fondazione Benetton (Treviso, IT)
IGM – Biblioteca do Instituto Geológico e Mineiro (Lisboa)	IT-BIASA Bibliot. Istituto archeologia storia arte (Roma, IT)
IGESPAR - Biblioteca Inst. Gestão Património Arquitectónico (Lisboa)	IT-IMPSA Bibliot. Istituto Max Planck Storia Arte (Roma, IT)
IHRU-DGEMN-SI – Sistema de Informação IHRU-DGEMN	LU-BNL Bibliothèque Nationale du Luxembourg (LU)
IHRU-DGEMN-BI – Biblioteca do IHRU-DGEMN (Sacavém)	NL-UTD Delft University of Technology Library (Delft, NL)
INA - Biblioteca do Instituto Nacional de Administração (Oeiras)	UK-BL – British Library (London, UK)
ISSSP – Biblioteca Instituto Superior Serviço Social do Porto	UK-KEW - Library of the Royal Botanic Gardens (Kew, UK)
MADRP-BC Biblioteca Central Ministério da Agricultura (Lisboa)	UK-UM-ML - Main Library, University of Manchester (UK)
MAEDM-B Biblioteca Museu Agrícola de EDM (Vairão, VilaConde)	UK-V&A Art Library Victoria & Albert Museum (London, UK)
MOPTC – Biblioteca Ministério Obras Públicas (Lisboa)	USA-HUL Harvard University Libraries (Cambridge MA, USA)
OASRS - Biblioteca Ordem Arquitectos Secção Regional Sul (Lisboa)	USA-IC – Library of Congress (Washington DC, USA)
RMBL – Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa.	USA-UCB – Univ. of California Berkeley Libraries (USA)
SMS – Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães)	USA-YUL – Yale University Libraries (USA)
UALG – Biblioteca da Universidade de Algarve (Faro)	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
	INT-ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IV.4. Referências no Sistema de Informação do IHRU (ex DGEMN)

NUTS II		www.monumentos.pt		Hlídio Alves de Araújo				
Município		Monumento ou Sítio	Nº IPA	Projecto Arq. País.	Doc. Gráfica	Doc. Fotográfica	Bibliografia	Doc. Admin.
Freguesia								
Norte								
Arcos de Valdevez								
	Gabeira	Santuário de Nª Sª da Peneda	PT011601130030				IAA 1962	
Caminha								
	Lanhelas	Torre de Lanhelas	PT011602110016			Arquivo IAA	IAA 1962	
Monção								
	Pinheiros	Palácio da Brejoira	PT011604210003				IAA 1962	
Ponte de Lima								
	Refóios do Lima	Mosteiro de Refóios do Lima	PT011607370006	1988				CV IAA
Valença								
	Ganfei	Mosteiro de Ganfei	PT011608080006				IAA 1962	
		Santuário de Nª Sª do Faro	PT011608080030				IAA 1962	
Viana do Castelo								
	Areosa	Quinta da Boa Viagem	PT011609050249	1990				
		Ruínas Castro de Sta Luzia	PT011609050007			Arquivo IAA		
Amares								
	Bouro (Sta Maria)	Santuário de Nª Sª da Abadia	PT010301190012			Arquivo IAA		
Barcelos								
	Lama	Solar dos Azevedos	PT010302420023	1983				CV IAA
	Negreiros	Quinta da Covilhã	PT010302530176	1989				CV IAA
	Pereira	Convento da Franqueira	PT010302590178			Arquivo IAA		
Braga								
	Adaúfe	Casa de Adaúfe	PT010303010250	1960				CV IAA
	Mire de Tibães	Cerca do Mosteiro de Tibães	PT010303250159		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	CV IAA
	Palmeira	Paço de Palmeira	PT010303310251		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	
	Braga (Sé)	Museu dos Biscainhos	PT010303520016		Arquivo IAA		IAA 1962	CV IAA
	Tenões	Santuário Bom Jesus Monte	PT010303580024				IAA 1962	CV IAA
Vila Verde								
	Pico de Regalados	Igreja Matriz	PT010313360044	1992				
Guimarães								
	Costa	Mosteiro de Sta Marinha	PT010308120020	1977			IAA, 1962	CV IAA
	Selho (S Cristóvão)	Quinta do Ribeiro	PT010308500067				IAA, 1962	
	Guimarães (S Paio)	Casa do Proposto e jardins	PT010308600044		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	
	Urgezes	Palácio de Vila Flor	PT010308710056				IAA, 1962, 1976	
Póvoa de Lanhoso								
	Nª Sª Amparo	Santuário de Nª Sª do Pilar	PT010309190039			Arquivo IAA		
Vieira do Minho								
	Vieira do Minho	Praça Municipal	PT010311200029	1969				CV IAA
Vila Nova de Famalicão								
	Cruz	Quinta e Mata da Pindela	PT010312120019				IAA 1962	
	Landim	Mosteiro de Landim	PT010312210011			Arquivo IAA	IAA 1962	
Santo Tirso								
	Santo Tirso	Mosteiro de São Bento	PT011314220005		Arquivo IAA			
Maia								
	Moreira	Qta Mosteiro de S Salvador	PT011306090042		Arquivo IAA		IAA 1962, 2000	

NUTS II		www.monumentos.pt		Ilídio Alves de Araújo				
Município		Monumento ou Sítio	Nº IPA	Projecto Arq. Pais.	Doc. Gráfica	Doc. Fotográfica	Bibliografia	Doc. Admin.
Freguesia								
Matosinhos								
	Leça do Balio	Quinta e Casa do Chantre	PT011308040014		Arquivo IAA			CV IAA
		Quinta do Alão	PT011308040018		Arquivo IAA		IAA 1962	CV IAA
	Leça da Palmeira	Forte de Leça da Palmeira	PT011308050004	1962	Arquivo IAA			CV IAA
		Quinta da Conceição	PT011308050063	1958				CV IAA
		Quinta de Santiago	PT011308050064	1972				CV IAA
	Sta Cruz do Bispo	Quinta de Sta Cruz do Bispo	PT011308080012		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	CV IAA
	S Mamede de Infesta							
	Senhora da Hora	Quinta de São Gens	PT011308100040	1988			IAA 1985, 1988	
Porto								
	Campanhã	Jardim do Palácio do Freixo	PT011312030184		Arquivo IAA		IAA 1962	
		Quinta da China	PT011312030394		Arquivo IAA			
	Foz do Douro	Zona do Passeio Alegre	PT011312050074				IAA 1979	
	Massarelos	Quinta da Macieirinha	PT011312070061		Arquivo IAA			
	Miragaia	Quinta das Virtudes	PT011312080241				IAA 1979	
	Paranhos	Escola Sup. Enferm. S João	PT011312100240	1973				CV IAA
		Instituto Port. de Oncologia	PT011312100299	1972				CV IAA
	Ramalde	Quinta da Prelada	PT011312110042		Arquivo IAA		IAA 1962, 1979	
		Quinta do Ramalde	PT011312110185		Arquivo IAA		IAA 1962	
	Santo Ildefonso	Jardim de São Lázaro	PT011312120179				IAA 1962	
Vila Nova de Gaia								
	Canidelo	Casa do Fojo	PT011317040010		Arquivo IAA			
Santa Maria da Feira								
	Feira	Castelo da Feira	PT010109060001				IAA 1962	
Cabeceiras de Basto								
	Refojos de Basto	Mosteiro S Miguel de Refojos	PT010304140002		Arquivo IAA			
Celorico de Basto								
	Britelo	Casa do Tarroeiro	PT010305040157	1992				CV IAA
		Quinta e Casa do Prado	PT010305040012				IAA, 1996	
	Corgo	Quinta de S Romão do Corgo	PT010305090008				IAA, 1996	
	Molares	Jardim da Casa do Campo	PT010305140155				IAA, 1962	
	Basto (S Clemente)	Quinta da Casa da Gandarela	PT010305200154				IAA, 1996	
Mondim de Basto								
	Mondim de Basto	Casa da Igreja	PT011705050048	1962				CV IAA
Felgueiras								
	Moure	Jardins da Casa de Simões	PT011303110006		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	
Marco de Canaveses								
	Alpendurada e Matos	Casa de Vilacetinho	PT011307010043	1965				CV IAA
	S Lourenço do Douro	Quinta e Casa do Ribeiro	PT011307200031		Arquivo IAA			
Paços de Ferreira								
	Raimonda	Quinta da Raimonda	PT011309140023	1972				CV IAA
Penafiel								
	Paço de Sousa	Mosteiro de Paço de Sousa	PT011311220003			Arquivo IAA		
Vila Real								
	Vale de Nogueiras	Fragas de Panóias	PT011714270001			Arquivo IAA		
Lamego								
	Lamego (Sé)	Santuário Nª Sª Remédios	PT011805210019				IAA 1962	
Moimenta da Beira								
	Paradinha	Casa de Paradinha	PT011807120125			Arquivo IAA	IAA 1962	
Penedono								
	Penedono	Castelo de Penedono	PT011812060001				IAA 1962	

NUTS II		www.monumentos.pt		Ilídio Alves de Araújo				
Município		Monumento ou Sítio	Nº IPA	Projecto Arq. Pais.	Doc. Gráfica	Doc. Fotográfica	Bibliografia	Doc. Admin.
Freguesia								
São João da Pesqueira								
	S João da Pesqueira	Casa do Cabo	PT011815080011		Arquivo IAA			
		Santuário Salvador do Mundo	PT011815080070			Arquivo IAA	IAA 1962	
Tarouca								
	Salzedas	Cerca Mosteiro de Salzedas	PT011820050012				IAA 1962	
Vimioso								
	Argozelo	Santuário de São Bartolomeu	PT010411030036				IAA 1962	
Centro								
Aveiro								
	Aradas	Quinta de Verdemilho	PT020105010068			Arquivo IAA	IAA 1962	
Mealhada								
	Luso	Mata Carmelita do Buçaco	PT020111040014		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	
Coimbra								
	Santa Clara	Estádio Universitário	PT020603160216	1958				CV IAA
	Santa Cruz	Claustro da Manga	PT020603170025			Arquivo IAA		
	S Martinho do Bispo	Quinta da Casa do Bispo	PT020603220120				IAA 1962	
	Coimbra (Sé Nova)	Parque de Santa Cruz	PT020603250032		Arquivo IAA			
		Jardim Botânico	PT020603250037		Arquivo IAA		IAA 1962	
Condeixa-a-Nova								
	Condeixa-a-Velha	Ruínas de Conímbriga	PT020604050001		Arquivo IAA			
Lousã								
	Lousã	Santuário de Nª Sª da Piedade	PT020607030033			Arquivo IAA	IAA 1962	
Mangualde								
	Mangualde	Jardins Solar Paes do Amaral	PT021806100012		Arquivo IAA		IAA, 1962	
		Solar Paes do Amaral	PT021806100007				IAA, 1962	
		Quinta da Almeidinha	PT021806100032			Arquivo IAA	IAA, 1962	
		Santuário de Nª Sª do Castelo	PT021806100020				IAA, 1962	
		Ermida de Nª Sª do Castelo	PT021806100023				IAA, 1962	
Nelas								
	Santar	Casa de Santar	PT021809040017				IAA, 1962	
Penalva do Castelo								
	Ínsua	Quinta da Ínsua	PT021811050015				IAA 1973	
Santa Comba Dão								
	Santa Comba Dão	Quinta da Regueira	PT021814040012		Arquivo IAA	Arquivo IAA		
São Pedro do Sul								
	São Pedro do Sul	Casa dos Cunhas Abreu	PT021816140183		Arquivo IAA	Arquivo IAA		
Viseu								
	Coração de Jesus	Quinta de Marzovelos	PT021823090338			Arquivo IAA	IAA, 1962	
	São José	Paço Episcopal do Fontelo	PT021823280044		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	
	Vil de Souto	Quinta da Carriça	PT021823320181		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	
Guarda								
	Faia	Quinta da Ponte	PT020907160299			Arquivo IAA	IAA 1962	
Trancoso								
	Rio de Mel	Quinta de Ferro	PT020913160038				IAA 1962	
Castelo Branco								
	Castelo Branco	Jardim do Paço Episcopal	PT020502050082		Arquivo IAA		IAA 1962	CV IAA
Lisboa e Vale do Tejo								
Lisboa								
	Lumiar	Quinta dos Azulejos	PT031106180071				IAA 1973	
		Núcleo Antigo Rua do Lumiar	PT031106180333				IAA 1973	
		Quinta dos Embrechados	PT031106180396				IAA 1973	
		Quinta de São Sebastião	PT031106180643				IAA 1973	
	Madalena	Zona Ribeirinha de Lisboa	PT031106191041			Arquivo IAA		
	S Domingos Benfca	Jardim Palácio das Laranjeiras	PT031106390436		Arquivo IAA		IAA 1962	

NUTS II		www.monumentos.pt		Ilídio Alves de Araújo				
Município		Monumento ou Sítio	Nº IPA	Projecto Arq. Pais.	Doc. Gráfica	Doc. Fotográfica	Bibliografia	Doc. Admin.
Freguesia								
Loures								
	Loures	Quinta do Correio-Mor	PT031107070123				IAA 1973	
	Santo Antão do Tojal	Palácio da Mitra	PT031107140006		Arquivo IAA		IAA 1973	CV IAA
		Palácio de Pintéus	PT031107140039				IAA 1973	
Oeiras								
	Oeiras e S Julião Barra	Quinta do Marquês de Pombal	PT031110040071		Arquivo IAA		IAA 1973	
		Palácio Marquês de Pombal	PT031110040002				IAA 1973	
Sintra								
	Belas	Paço Real de Belas	PT031111040018				IAA 1973	
	Queluz	Quinta da Matinha	PT031111070162		Arquivo IAA		IAA 1962	CV IAA
		Palácio Nacional de Queluz	PT031111070008				IAA 1973	
	S Martinho	Quinta da Penha Verde	PT031111110143			Arquivo IAA		
		Solar da Qta da Penha Verde	PT031111110023				IAA 1962	
	S Pedro de Penaferrim	Convento Palácio da Pena	PT031111120007			Arquivo IAA		
Setúbal								
	São Simão	Quinta da Bacalhoa	PT031512060005			Arquivo IAA		
		Qta Bacalhoa, Ville Fraiche...	PT031512060025		Arquivo IAA	Arquivo IAA	IAA 1962	CV IAA
Alentejo								
Évora								
	Nª Sª da Graça do Divor	Casa da Sempre Noiva	PT040705020024			Arquivo IAA		
		Horto da Sempre Noiva	PT040705020085				IAA 1962	
	Nª Sª da Tourega	Convento Bom Jesus Valverde	PT040705040087		Arquivo IAA			
	Sé e São Pedro	Palácio Antigos Condes Basto	PT040705210037			Arquivo IAA		
Redondo								
	Redondo	Cerca do Convento de S Paulo	PT040710020026				IAA 1962	

 Fonte: www.monumentos.pt

Ficha Técnica

Memória & Prospectiva 2

Ilídio Alves de Araújo

Economia, Arquitectura e Gestão das Paisagens: Um Longo Olhar (1949-2009)

Edição: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Autor: Ilídio Alves de Araújo; compilação de António Melo e revisão do autor

Coordenação editorial: Gabinete de Marketing e Comunicação / CCDR-N

Design: Furtacores Design de Comunicação

Paginação: Loja das Ideias

Impressão: Tecniforma

Depósito Legal: 299011/09

Setembro 2009

